



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA

LIBERTAS

ISSN 2238-782X

Revista de Iniciação Científica da Libertas
Volume 11 - Número 1 - Dezembro de 2022



Revista de Iniciação Científica da Libertas - ISSN 2238-782X

A Revista de Iniciação Científica da Libertas-Faculdades Integradas é um espaço de publicação e divulgação de pesquisas realizadas em áreas correlatas aos cursos de graduação mantidos pela Instituição. Tem o propósito de demonstrar à comunidade acadêmica resultados e contribuições em âmbito de iniciação científica, proporcionando a interação entre corpo docente e discente. O corpo editorial é composto por professores da Libertas.

Periodicidade: Semestral

Cursos de graduação da Libertas - Faculdades Integradas

Mantenedora: Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso (FECOM)

Endereço Postal:

Coordenação de Pesquisa e Extensão
Libertas - Faculdades Integradas
Av. Wenceslau Bráz, 1018/1038 - Lagoinha
São Sebastião do Paraíso - MG CEP: 37.950-000
e-mail: pesquisaextensao@libertas.edu.br

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que lançamos o primeiro número do décimo primeiro volume da Revista de Iniciação Científica da Libertas. Este volume conta com publicações de pesquisas realizadas pelos docentes e discentes da Libertas – Faculdades Integradas. A Revista de Iniciação Científica da Libertas é um espaço de publicação e divulgação de pesquisas realizadas na Libertas bem como de outras instituições de ensino, desde que dentro das áreas de conhecimento. A revista possui um conselho editorial formado por professores da Libertas, a revista prima por pesquisas diferenciadas e profundas, aptas a contribuir para a formação dos acadêmicos nos cursos de graduação, assim como dos egressos e demais profissionais da área. O presente volume conta com publicações relevantes dentro da área de conhecimento dos cursos de graduação, e se espera contribuir através dele para o debate acadêmico.

São Sebastião do Paraíso, 26 de dezembro de 2022.

Conselho editorial.

SUMÁRIO

ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO: CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS	1
<i>Rosa Cristina Silva Cassiano, Gismar Monteiro Castro Rodrigues, Iácara Santos Barbosa Oliveira, Mariana Gondim Mariutti Zeferino, Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira</i>	
COMUNICAÇÃO DE ENFERMEIROS COM DEFICIENTES AUDITIVOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	14
<i>Beatriz Aparecida Narcizo, Tainara Borges Evangelista, Gismar Monteiro Castro Rodrigues, Tobias Divino dos Santos, Damiana Rodrigues, Beatriz Nasser Pereira, Mariana Gondim Mariutti Zeferino, Ana Paula Horta</i>	
CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	33
<i>Ísis Mariana de Fátima Santos, Gismar Monteiro Castro Rodrigues, Damiana Rodrigues, Tobias Divino dos Santos, Mariana Gondim Mariutti Zeferino, Beatriz Pereira Nasser</i>	
UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS ANTES E DURANTE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG	45
<i>Beatriz Campos Damasceno, Adriana Rogeri Franco</i>	
AS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E CONTROLE INTERNO NAS EMPRESAS: UM LEVANTAMENTO EM EMPRESAS DE UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE MINEIRO	60
<i>Bruna Cristina Silva, Lucas Mateus Lima</i>	
O PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA GESTÃO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	75
<i>Gabriely André de Oliveira, Lucas Mateus Lima</i>	
ESTUDO DA VARIABILIDADE DOS PREÇOS DAS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NEGOCIADAS NA B3 NA PANDEMIA DO COVID-19	86
<i>Leticia Braghini Silva, Lucas Mateus Lima</i>	

O SISTEMA MANUFACTURING RESOURCE PLANNING (MRP) COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DE MATÉRIA PRIMA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SEGUIMENTO DE SAÚDE ANIMAL E VEGETAL

101

Juliano De Lima, Lucas Mateus Lima

ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO: CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS¹

Rosa Cristina Silva Cassiano²
Gismar Monteiro Castro Rodrigues³
Iácara Santos Barbosa Oliveira⁴
Mariana Gondim Mariutti Zeferino⁵
Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira⁶

RESUMO

Introdução: O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é uma doença que acomete a região cerebral podendo causar sequelas importantes para o indivíduo e até mesmo a morte. A enfermagem tem papel importante no atendimento do paciente com a doença. **Objetivo:** Identificar o conhecimento da equipe de enfermagem de uma UPA sobre a atenção ao paciente com AVE. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva com abordagem quantitativa. **Resultados:** O trabalho foi realizado com 37 profissionais de enfermagem da UPA, sendo 28 técnicos de enfermagem e 09 enfermeiros, através de um questionário após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados foram analisados através da estatística descritiva simples. Constatou-se que 84% dos profissionais eram do sexo feminino, com média de idade de 31 a 49 anos. Em relação a definição de AVE, os técnicos de enfermagem (71%) e enfermeiros (55%) afirmaram que a obstrução e ruptura arterial estão relacionados à patologia, e mais de 75% dos profissionais apontaram os AVE isquêmico e hemorrágico como tipos existentes. Quanto aos fatores de risco para a doença, a Hipertensão Arterial (HA), o tabagismo e sedentarismo foram relatados por ambas as categorias, com ênfase para HA, em que 100% dos técnicos e apenas 40% dos enfermeiros citaram tal fator. Em relação a descrição sobre os sinais e sintomas de um paciente com AVE, verificou-se que a dislalia foi o sintoma mais citado entre os técnicos de enfermagem (54%) e enfermeiros (66%). A UPA foi citada por mais de 95% dos profissionais como local de atendimento preferencial para os pacientes com sintomas relacionadas à doença. E, por fim, 55% dos técnicos de enfermagem e 67% dos enfermeiros afirmaram conhecer a Escala de Cincinnati, mas 39% dos técnicos de enfermagem e 22% dos enfermeiros não apresentaram resposta quanto a classificação pré-hospitalar de AVE. **Conclusões:** Conclui-se que os profissionais de enfermagem apresentam um conhecimento adequado sobre a atenção ao paciente com provável AVE, entretanto há

¹ Artigo submetido em 28/11/2022 e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas.

² Graduada em Enfermagem pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: rosa.cassiano@gmail.com

³ Diretora da Libertas – Faculdades Integradas. Doutora em Biotecnologia, E-mail: gismarrodrigues@libertas.edu.br

⁴ Professora. Mestre em Ciências da Saúde pela EERP-USP. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: iacaraoliveira@libertas.edu.br Professor.

⁵ Doutora em Ciências da saúde pela EERP-USP, Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: mgmariutti@yahoo.com.br

⁶ Professora Mestre em Ciências da Saúde pela EERP-USP. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: natassiaferreira@libertas.edu.br

escassez de conhecimentos, não em se tratando aos achados iniciais, mas em desconhecem que estes sinais estão presentes na Escala de Cincinnati e tal ferramenta auxilie no diagnóstico precoce da doença. É essencial que o profissional de enfermagem realize treinamentos da equipe de enfermagem de forma efetiva quanto a identificação precoce dos sinais e sintomas para aplicação da Escala de forma rápida para que com isso aumente a chance de sobrevivência desses pacientes. Tal processo é demasiadamente importante, pois pode salvar vidas ou mesmo dar qualidade de vida ao paciente com AVE.

Palavras-Chave: Acidente Vascular Encefálico. Unidade de Pronto Atendimento. Escala de Cincinnati. Enfermagem

1. INTRODUÇÃO

O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é considerado uma emergência médica que necessita de hospitalização e geralmente tem como porta de entrada o Pronto Atendimento, o que exige que os profissionais tenham conhecimentos específicos dentro estes a equipe de enfermagem. (SMELTZER; BARE, 2012). Popularmente conhecido como derrame, é uma das principais causas de morte e de sequelas no mundo e no Brasil. A doença cerebrovascular atinge 16 milhões de pessoas ao redor do globo a cada ano. Dessas, seis milhões morrem (BRASIL, 2012).

Mundialmente, o AVE é a segunda causa de morte, sendo ocorrida principalmente em adultos de meia idade e idosos. No Brasil, já em algumas décadas, a descrição da morbimortalidade por meio das doenças crônicas não transmissíveis vem liderando as causas de óbito. Entre elas está o AVE, que no país é uma das principais causas de hospitalização e óbitos, produzindo em muitos pacientes, inúmeras sequelas, podendo ser parcial ou completa (ALMEIDA, 2012).

Destacam que em 2012, no Brasil, 4 mil indivíduos entre 15 e 34 anos foram hospitalizadas devido à AVE. Em 2010, foram 1,7 mil óbitos dentro dessa faixa etária (EVANS, 2013). Portanto, a faixa etária de maior prevalência para se ter AVE tem mudado e assustado especialistas.

Há dois tipos de AVE: Isquêmico ou anóxico-isquêmico (AVEI) e hemorrágico (AVEH). As vítimas brasileiras de AVE se destacam por serem 80% de origem isquêmica e 20% hemorrágica, visto que grande parte é afetada por incapacidade, e assim vivem incessantemente buscando pela recuperação de ações que realizavam em seu dia a dia (BRASIL, 2015).

Os principais fatores de risco estabelecidos para a doença são: hipertensão, diabetes, álcool, fumo, fibrilação atrial, outras doenças cardíacas, hiperlipidemias, sedentarismo, estenose carotídea assintomática, ataques isquêmicos transitórios, que são dados como riscos modificáveis; hereditariedade, sexo, raça, etnia, idade; são apontados como riscos não modificáveis e outros riscos, como álcool, anticorpo antifosfolípideo, homocisteína elevada, processo inflamatório e infecção (CHAVES, 2000).

O diagnóstico é apontado, de fato, se um indivíduo expressar inicialmente um súbito déficit neurológico focal ou variação do nível de consciência. A imprecisão em avaliar os sinais e sintomas da pessoa acometida por AVEI pode prejudicar o diagnóstico, conduzindo-a, portanto, a um tratamento incorreto (SOUZA, 2012).

A Escala Pré-hospitalar para AVC de Cincinnati (Cincinnati Prehospital Stroke Scale- CPSS), com o nome devido à localidade onde foi desenvolvida, utiliza a avaliação de 3 achados físicos em menos de um minuto: 1. Queda facial 2. Debilidade dos braços 3. Fala anormal,

onde o paciente com aparecimento súbito de 1 destes 3 achados tem 72% de probabilidade de um AVC isquêmico e se os 3 achados estiverem presentes a probabilidade é maior que 85% (KOTHARI et al, 1999).

Outro ponto essencial é realizar o diagnóstico precisamente que diferencia rapidamente se está ocorrendo o AVEI ou AVEH, por meio de uma tomografia computadorizada de crânio; e assim discriminar e realizar prontamente o tratamento na fase aguda. Mas, exames complementares auxiliam a conduzir para o tratamento adequado, sendo que devem ser executados simultaneamente à avaliação clínica (OLIVEIRA, 2013).

A enfermagem é de fundamental importância em um atendimento do serviço de urgência e emergência, é ela quem geralmente faz uma primeira avaliação do paciente na triagem dos usuários. Nesse sentido, é primordial que a equipe esteja preparada para a identificação dos sinais e sintomas de um AVE.

Portanto, há necessidade de uma averiguação mais minuciosa e segura a respeito do conjunto de questionamentos atuais referentes ao AVE. A enfermagem atua diretamente nos cuidados aos pacientes portadores de AVE em vários pontos da rede de atenção, nesse sentido é fundamental que a equipe apresente conhecimento suficiente para um adequado e eficaz atendimento, além de garantir a qualidade do cuidado prestado, uma vez que muitos pacientes procuram o atendimento primeiramente na atenção secundária.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo identificar o conhecimento, da equipe de enfermagem de uma Unidade de Pronto Atendimento, de um município do interior de Minas Gerais, sobre a atenção ao paciente com Acidente Vascular Encefálico.

2. MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem quantitativa. Realizada em um município do interior de Minas Gerais, sendo a UPA o local de estudo. Na UPA, a equipe de enfermagem possui a responsabilidade de realizar o acolhimento do paciente e a classificação de risco por meio do Protocolo de Manchester.

Cientes e em concordância em participar da pesquisa, o profissional assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e recebeu uma cópia do mesmo assinado pela pesquisadora. Foram excluídos os profissionais que estavam de férias, de atestados de saúde e aqueles que se recusaram a participar da pesquisa.

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), seguindo a resolução 466/2012 do Ministério da Saúde, que regulamenta pesquisa com seres humanos, e aprovada com o parecer nº 1.933.743.

A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de um questionário estruturado, visto que este segue-se um roteiro previamente estabelecido, as perguntas são predeterminadas. Foram elaboradas pelas pesquisadoras nove questões de múltipla escolha, relacionadas à identificação dos sujeitos da pesquisa e conhecimento dos profissionais sobre AVE. A pesquisa aborda o conceito em AVE, os tipos de AVE, sinais e sintomas, qual a rede de atenção à saúde deve ser procurada quando o paciente apresentarem sintomas, inclusive abordagem sobre a Escala de Cincinnati.

O questionário foi aplicado no ambiente de trabalho, conforme disponibilidade do entrevistado, mediante agendamento prévio juntamente à coordenadora da UPA sobre horário e sala para preenchimento. A coleta de dados foi realizada diariamente durante duas semanas, exceto sábados e domingos, pelas pesquisadoras, no mês de março de 2017, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. Aconteceram em turnos aleatórios (manhã e noite), a fim de abranger todos os profissionais atuantes. Cada profissional gastou em média entre 20 e 30 minutos para responder o questionário.

Os dados foram submetidos à planilha de Excel com dupla digitação e posteriormente analisados por meio da estatística descritiva simples, em tabelas.

3. RESULTADOS

Os resultados encontrados no presente estudo são decorrentes de uma pesquisa realizada por meio de um questionário com a equipe de enfermagem da UPA que conta com 56 profissionais de enfermagem, entre técnicos de enfermagem e enfermeiros.

O estudo foi realizado com 37 profissionais, destes, nove (24%) estão categorizados como enfermeiros e 28 (76%) como técnicos de enfermagem. Foram excluídos 19 profissionais, sendo 10 por se recusaram a participar, cinco estavam de férias e quatro afastados do trabalho por motivos de doença durante o período de coleta de dados. Dos participantes, 31 (84%) profissionais eram do sexo feminino e seis (16%) do sexo masculino. A prevalência de idade ficou entre 31 a 49 anos totalizando 25 (68%) profissionais, nove (24%) na faixa etária de 20 a 30 anos e apenas três (8%) de 50 a 61 anos.

Outro aspecto a ser analisado refere-se ao tempo de atuação profissional dos enfermeiros e técnicos de enfermagem participantes do Questionário. Nota-se, que 10 (36%) técnicos de enfermagem já atuam na área de enfermagem entre 06 e 10 anos; quanto a categoria Enfermeiros, quatro (45%) atuam na profissão dentre 2 e 5 anos.

No que diz respeito ao tempo de trabalho dos profissionais na UPA, os dados demonstram que 12 (44%) Técnicos de Enfermagem atuam no setor entre 1 e 5 anos, quanto aos enfermeiros, seis (67%) apresentam tempo de atuação “menor de 01 ano”. Dados estes, apresentados na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Caracterização dos profissionais de enfermagem quanto ao tempo de atuação profissional e atuação como profissional na UPA (Técnicos de enfermagem: N= 28; Enfermeiros: N= 09). Março, 2017.

Tempo de Atuação Profissional	Técnicos de enfermagem		Enfermeiros	
	N	%	N	%
< 02 anos	01	04	01	11
02 a 05 anos	07	25	04	45
06 a 10 anos	10	36	03	33
11 a 20 anos	06	21	01	11
21 a 29 anos	04	14	00	00
Atuação Profissional na UPA				
< 01 ano	06	21	06	67
01 a 05 anos	12	44	02	22
06 a 08 anos	04	14	01	11
>09 anos	06	21	00	00

Em relação ao conhecimento profissional sobre o conceito de AVE, variável, em que se pretende conhecer a definição do AVE, os profissionais entrevistados tinham a opção de assinalar as seguintes respostas: obstrução arterial, ruptura arterial, doença cerebral, surto psicótico, cardiopatia aguda (problemas cardíacos, os primeiros sinais) e parasitose. Pode-se constatar que que 71% dos técnicos de enfermagem e 55% dos enfermeiros afirmaram que a obstrução e ruptura arterial estão relacionados ao AVE.

No que diz respeito a ser uma doença cerebral, 32% dos técnicos de enfermagem e 11% dos enfermeiros optaram por essa relação ao AVE. Ambas as categorias relacionaram o conceito de AVE também à cardiopatia aguda, entretanto com menor porcentagem na categoria técnico de enfermagem (4,00%). Conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Definição sobre AVE apresentado pelos Técnicos de enfermagem (N= 28) e Enfermeiros (N= 09). Março, 2017.

O conceito de AVE está relacionado a:	Técnico de Enfermagem (28)		Enfermeiros (09)	
	N	%	N	%
Obstrução arterial e Ruptura arterial	20	71	05	55
Doença cerebral	09	32	01	11
Cardiopatia aguda	01	04	01	11

Os resultados deste estudo revelaram que todos os enfermeiros e técnicos de enfermagem reconhecem o AVE como um distúrbio cerebrovascular, sendo que a maioria identificou os tipos de AVE: o isquêmico, o hemorrágico, e uma pequena parcela identificaram como transitório. Pode-se perceber que 21 (75%) técnicos de enfermagem e oito (89%) enfermeiros identificaram os tipos de AVE Isquêmico e o Hemorrágico, conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3 - Descrição sobre os tipos de AVE existentes relatado pelos Técnicos de enfermagem (N= 28) e Enfermeiros (N= 09). Março, 2017.

Quais os tipos de AVE existentes	Técnicos de enfermagem (28)		Enfermeiros (09)	
	N	%	N	%
Isquêmico e Hemorrágico	21	75	08	89
Transitório	06	21	01	11
Sem descrição	01	04	00	00

Quanto a descrição sobre os fatores de risco que predispõe ao AVE relatado pelos profissionais, houve diversidade de respostas. Hipertensão, tabagismo e sedentarismo tiveram maior prevalência nas respostas.

A Hipertensão Arterial, como fator de risco para AVE, foi citada por todos os técnicos de enfermagem e por quatro (40%). O tabagismo foi citado pelas duas categorias profissionais,

sendo 19 (68%) técnicos de enfermagem e sete (78%) dos enfermeiros. O sedentarismo também foi citado como fator predisponente por 18 (64%) técnicos de enfermagem e cinco (56%) dos enfermeiros, como descrito na Tabela 4.

Tabela 4 -Descrição sobre os fatores de risco que predispõe ao AVE relatado pelos Técnicos de enfermagem (N= 28) e Enfermeiros (N= 09). Março, 2017.

Quais os fatores de risco predisponente ao AVE	Técnico de Enfermagem (28)		de Enfermeiros (09)	
	N	%	N	%
Hipertensão	28	100	04	40
Tabagismo	19	68	07	78
Sedentarismo	18	64	05	56
Outros	16	57	00	00
Genéticas/Antecedente familiar	04	50	01	11
Diabetes Mellitus	12	43	03	33
Dislipidemia	02	07	04	44

Com relação aos sinais e sintomas de um paciente com diagnóstico de AVE, os participantes citaram com maior frequência dislalia, hemiplegia e desvio de rima.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se verificar que 54% dos técnicos de enfermagem e 66% dos enfermeiros participantes do estudo afirmaram que dislalia é um sintoma do paciente com AVE. Outra manifestação clínica referida pelos profissionais foi a hemiplegia, citada por 14 (50%) técnicos de enfermagem (50%) e apenas 02 (22%) enfermeiros.

O sintoma desvio de comissura labial foi afirmado por 05 (55%) enfermeiros e apenas por 08 (29%) técnicos de enfermagem. Alguns outros sintomas também foram referenciados pelos profissionais, conforme descrito na Tabela 5.

Tabela 5 - Descrição sobre os sinais e sintomas de um paciente com diagnóstico de AVE relatado pelos Técnicos de enfermagem (N= 28) e Enfermeiros (N= 09). Março, 2017.

Cite pelo menos 03 sintomas que o paciente portador de AVE apresenta	Técnico de Enfermagem (28)		Enfermeiros (09)	
	N	%	N	%
Outros	19	68	05	55
Dislalia	15	54	06	66
Hemiplegia	14	50	02	22
Cefaléia intensa	12	43	02	22
Desvio de Rima	08	29	05	55
Confusão Mental	07	25	02	22
Parestesia	06	21	03	33
Hemiparesia	05	18	02	22

Os profissionais também foram questionados sobre qual serviço da rede de saúde do município o paciente com sintomas de AVE deveria procurar. Totalizando 27 (96%) técnicos de enfermagem e 100% dos enfermeiros participantes da pesquisa, referiram a UPA como local de atendimento para os pacientes com queixas relacionadas ao diagnóstico de AVE. Tais dados estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Caracterização dos serviços da rede de saúde municipal que os paciente com AVE deve procurar caso estejam com sintomas da doença, segundo os Técnicos de enfermagem (N= 28) e Enfermeiros (N= 09). Março, 2017.

Caso o paciente apresente sinais de AVE, qual serviço da Rede de Atenção à Saúde ele ou seu responsável deve procurar imediatamente.	Técnico de Enfermagem		Enfermeiros	
	N	%	N	%
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	27	96	09	100
Serviço hospitalar	01	04	00	00

Os profissionais de enfermagem participantes do estudo citaram dois locais da rede de atenção à saúde do município como local de procura pelos usuários com sintomas: Unidade de Pronto Atendimento e serviço hospitalar.

Por fim, referentes ao conhecimento dos profissionais sobre a Escala de Cincinatti e seus achados, 15 (55%) técnicos de enfermagem e seis (67%) enfermeiros afirmaram conhecer a Escala de Cincinatti. Ainda assim, segundo o dado sobre os achados da Escala de Cincinatti (queda facial, debilidade dos braços e fala anormal), observou-se que 61% dos técnicos de enfermagem e 78% dos enfermeiros identificaram corretamente os três achados da escala. Dados apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Caracterização sobre o conhecimento dos Técnicos de enfermagem (N= 28) e Enfermeiros (N= 09) sobre a Escala de Cincinatti e seus achados. Março, 2017.

Conhecimento dos profissionais sobre a Escala de Cincinatti	Técnico de Enfermagem (28)		Enfermeiros (09)	
	N	%	N	%
Sim	15	55	06	67
Não	12	41	02	22
Em branco	01	04	01	11

Os profissionais identificaram os três achados (queda facial, a debilidade dos braços e a fala anormal) da Escala de Cincinnatti

Sim	17	61	07	78
Não	00	00	00	00
Em branco	11	39	02	22

5 DISCUSSÃO

A análise dos dados foi realizada conforme a ordem das respostas encontradas no questionário com os enfermeiros e técnicos de enfermagem da UPA de um município do interior de Minas Gerais.

No que diz respeito ao gênero, nota-se a prevalência do sexo feminino entre os profissionais da enfermagem e faixa etária entre 31 a 49 anos. De acordo com Jorge et al. (2012) em seu estudo que avaliou como a equipe de enfermagem atuante em um Pronto-Socorro (PS) corrobora com a presente pesquisa, que teve sua grande maioria as mulheres atuantes, também se descreve sobre a idade dos entrevistados, sendo que mais da metade deles possuíam 40 anos, atuando há 10 anos.

Desta forma, pode-se justificar o fato de que na área da enfermagem existem mais enfermeiras do que enfermeiros, demonstrando a ascensão social que a mulher vem alcançando na sociedade, fato este que se deve a sua entrada no mercado de trabalho, possibilitando-lhe a conquista de espaços e reconhecimento, tanto na esfera pública como na privada. Assim sendo, é fundamental o conhecimento específico de cada profissional sobre sua função, para que a população receba um atendimento qualificado e efetivo, bem como seja garantida a legalidade das ações do profissional e da equipe (COHEN, 2001).

Mediante a análise dos dados colhidos pela entrevista, pode-se analisar a respeito das variáveis sobre o conhecimento dos profissionais em relação ao conceito de AVE. A maioria dos participantes da pesquisa afirmou que tal condição está relacionada à obstrução arterial, ruptura arterial e doença cerebral.

O estudo de Santos et al., (2012) avaliou os fatores de risco, prevenção e prognóstico do AVE, sendo que foram entrevistados 83 enfermeiros, tendo como objetivo verificar o conhecimento desses sobre os fatores de risco, prevenção e prognóstico do AVE, e todos esses profissionais entrevistados disseram que o AVE é um distúrbio cerebrovascular.

Tal patologia está relacionada a uma doença produzida pelo dano súbito da atividade cerebral derivada da obstrução arterial, e/ou da ruptura arterial (total ou parcial), do fornecimento sanguíneo ao encéfalo (FONTES et al., 2010). A Organização Mundial de Saúde (2006) define AVE como o comprometimento neurológico focal, ou global, de ocorrência inesperada por uma extensão de 24 horas; ou que causa morte; e possível origem vascular.

Os participantes da pesquisa, ao serem indagados sobre quais são os tipos de AVE, afirmaram a existência de dois: isquêmico e hemorrágico. O AVE transitório também foi referenciado por uma pequena parte dos sujeitos da pesquisa.

No estudo de Santos et al. (2012), ao serem questionados sobre quais os tipos de AVE, e 86,7% dos participantes afirmaram que existem o AVE Isquêmico e hemorrágico, tal dado corrobora com a presente pesquisa. Counihan (2005) traz que há dois tipos de AVE: o AVEI e o AVEH. O primeiro é classificado segundo a etiologia e pode se caracterizar AVEI em aterotrombótico, embólico e lacunar e criptogênico, já o outro tipo AVEH é classificado também por etiologia, mas em intracerebral e subaracnóide.

Nota-se que os enfermeiros entendem a patologia, e não classificam o AIT como um tipo de AVE. Tal fato é importante, pois demonstra um conhecimento maior sobre a doença.

Os participantes responderam sobre os fatores de risco que predispõe ao AVE. Assim, as respostas demonstraram que mais de 50% dos profissionais afirmaram que a hipertensão arterial, o tabagismo, o sedentarismo e a genética são fatores de risco para a doença. Já a dislipidemia e o diabetes melitus também foram referidas como fatores de risco, porém com menor.

De acordo com o Questionário realizado, cabe salientar que nas últimas décadas, estudos de métodos mais detalhados, têm identificado riscos não modificáveis bem como modificáveis para AVE isquêmico e hemorrágico (SOUZA, 2014).

Santos et al (2012), em seu estudo que avaliou os fatores de risco, prevenção e prognóstico do AVE, verificou o conhecimento sobre os fatores de risco, prevenção e prognóstico do AVE, sendo que somente 20 dos 83 participantes relataram todos os fatores de riscos, entre os quais se citam idade, hereditariedade, raça, hipertensão, diabetes *melittus*, dislipidemias, tabagismo e uso em excesso de álcool e drogas), cardiopatias, anticoncepcionais orais e sedentarismo.

Para Gandra e Bastos (2014), em seu estudo que avaliou os fatores de risco para ocorrência de acidente vascular encefálico (AVE) infantil (0 a 20 anos) por meio de uma revisão integrativa da literatura constituída por 16 artigos, cujo o objetivo era prover recomendações baseadas em evidências para a prevenção destes fatores; os fatores de riscos, como a hipertensão arterial, obesidade, sedentarismo, tabagismo, diabetes mellitus, podem ser prevenidos; e que é de grande importância que os profissionais de enfermagem participem ativamente na prevenção destes fatores, não somente durante a infância e adolescência, mas também no período gestacional.

Segundo o Ministério da Saúde, os principais fatores de riscos para o AVE são história familiar de ocorrência de AVE, hipertensão arterial sistêmica, tabagismo, diabetes mellitus, sedentarismo, obesidade, uso de contraceptivo oral. Mas o Ministério da Saúde aponta que o fumo é responsável por cerca de 25% das doenças vasculares, entre elas, o AVE (BRASIL, 2012).

Na entrevista realizada com os enfermeiros e técnicos de enfermagem da UPA sobre quais os sinais e sintomas que um paciente com diagnóstico de AVE apresenta, as respostas foram bastante variadas. A maioria dos técnicos de enfermagem citaram a dislalia e hemiplegia como manifestações clínicas associadas à doença. Já a maior parte dos enfermeiros afirmaram que a dislalia e o desvio de comissura labial são sinais do AVE. Outros sintomas foram citados por ambos profissionais, porém com menor expressão.

Para os autores Smeltzer e Bare (2012) os sintomas do AVE são: dormência ou fraqueza da face, braço ou perna, principalmente em um lado do corpo; confusão ou alteração no estado mental; afasia; diplopia, perda da visão periférica, perda de metade do campo visual; déficits motores.

O paciente, portador de AVE, apresenta e são mais frequentes os seguintes sintomas: sensação de fraqueza; distúrbios na fala; alterações da visão; dormência nos braços ou nas pernas; convulsões; paralisia de alguma parte do corpo; dificuldade para se movimentar; tontura; desequilíbrio; e até a perda do controle da urina (BRASIL, 2013).

No estudo, os profissionais de enfermagem foram questionados sobre quais serviços da rede de saúde municipal o paciente com AVE deveria procurar atendimento. A procura pela Unidade de Pronto Atendimento como local de assistência aos pacientes com tal hipótese diagnóstica foi a prevalência entre os participantes.

Tambara (2016) em seu estudo que avaliou a respeito das Diretrizes para Atendimento Pré-hospitalar no Acidente Vascular Encefálico retrata em sua pesquisa que o atendimento de emergência de um paciente com AVE pode ser dividido em duas fases, primeiramente na fase pré-hospitalar os cuidados iniciam com o Serviço de Emergência e na fase hospitalar inicia quando o paciente chega no PA.

A UPA resolve a maioria dos casos de urgências e emergências, como por exemplo, pressão e febre alta, infarto, derrame, fraturas, cortes, a qual funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia. Nas localidades que se encontram UPA, 97% dos casos são resolvidos na mesma, sendo que os médicos prestam socorro, controlam o problema e diagnosticam-no. Dessa forma eles averiguam se o paciente deve seguir para um hospital ou continuar na unidade em observação por 24 horas (BRASIL, 2015).

Com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), percebe-se que através da criação da Linha de Cuidados em AVE na perspectiva dos Enfermeiros e Técnicos em Enfermagem, as atividades gerenciais são consideradas de maior importância, principalmente no que diz respeito a uma maior eficácia na produção de saúde, melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS, assim referência o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015).

Os 37 profissionais que participaram da pesquisa, foram indagados sobre o conhecimento da Escala de Cincinnati. Ambas as categorias profissionais, na sua maioria, afirmaram conhecer tal forma de avaliação. Além do mais, foram questionados sobre quais achados a Escala contemplava e mais de 60% dos profissionais responderam corretamente (queda facial, debilidade dos braços e fala anormal).

Apesar de muitos afirmarem os achados adequadamente, em contrapartida, quando responderam sobre os sintomas que o paciente com AVE apresenta, a fala anormal e queda facial não foram citados de forma expressiva, sendo tais manifestações descritas na Escala de Cincinnati.

Na pesquisa realizada por Dantas et al. (2015), que avaliou sobre os limites e perspectivas do trabalho dos enfermeiros no setor de urgência, com onze enfermeiros, apenas três profissionais utilizam-se da aplicação da Escala de Cincinnati. É interessante dizer que a prática eficiente do profissional de enfermagem nas unidades de emergência é prejudicada pela não qualificação profissional, fazendo com que a qualidade do atendimento seja péssima, e conseqüentemente levando os usuários a óbitos.

Com aparecimento súbito de um destes três achados, existe 72% de probabilidade de se identificar o AVE; e se os três achados estiverem presentes a probabilidade passa a ser maior que 85% (AEHLERT, 2009).

A maioria dos pacientes com AVE vai a óbito ou ficam incapacitados em mais de 50% dos casos, por não receberem tratamento correto ao chegarem a UPA, até porque não há rápida identificação dos sinais de alerta, ou seja, a realização da Escala de Cincinnati não é bem conduzida ou mesmo nem realizada (SANTOS, 2011).

A escassez de um diagnóstico preciso pelo enfermeiro que atende na UPA retrata um dos primordiais impedimentos para o êxito do tratamento da fase aguda do AVE, o treinamento desses profissionais pode favorecer esses resultados (MASSARO, 2006).

Assim, já nos primeiros momentos quando há suspeita diagnóstica do potencial paciente de AVE, o profissional da saúde, como o enfermeiro que está envolvido na UPA deve realizar rapidamente a Escala de Cincinnati. Portanto é primordial que este profissional, tenha treinamento correto e regular a respeito das medidas rápidas a serem realizadas no momento em questão, como a Escala de Cincinnati (HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, 2016).

O atendimento e reconhecimento dos diagnósticos para AVC, no atendimento emergencial em Serviço de Pronto Socorro, proporcionam a grande diferença no resultado do tratamento. O paciente atendido, diagnosticado clinicamente, tem maior chance de minimizar as sequelas decorrentes do AVE (ROLIM; CASTRO, 2007).

O atendimento, feito pela equipe interdisciplinar, possibilita um rápido diagnóstico e tratamento adequados. É nesta fase que o enfermeiro inicia a avaliação do cliente, diagnosticando os fatores de risco para iatrogenias, desde o momento da consulta até seu tratamento hospitalar. Prevenir as sequelas inerentes à doença e atentar-se para o período do doente no hospital devem ser compreendidas como um grande diferencial no processo de reabilitação da pessoa (GOMES; SENNA, 2008).

A Sistematização de Assistência de Enfermagem pode ser baseada em escalas de avaliação neurológica, com identificação dos déficits motores e sensoriais que dão indícios para o local de AVC que são úteis para acompanhar o curso da doença e determinar o prognóstico, as ações preventivas de iatrogenias, bem como reabilitadoras (CAVALCANTI, 2011; NUNES, 2016).

6 CONCLUSÃO

A partir dos dados colhidos nesse estudo, pode-se considerar a enfermagem como uma das profissões da área da saúde que possui como destaque e especificidade o cuidado com o ser humano, seja de forma individual, familiar ou até mesmo na comunidade, realizando sempre atividades como promoção da saúde, prevenção de doenças, recuperação e reabilitação da saúde, e atuando com a participação de equipes.

Diante do estudo sobre o conhecimento acerca do AVE com a equipe de enfermagem da UPA, foi possível constatar o conhecimento presente sobre a patologia, dentre outras características que interferem direta e/ou indiretamente na assistência a este paciente.

Assim, comprovou-se que, diante do conhecimento apresentado, é possível atuar com mais eficácia na resposta rápida ao paciente que apresente sintomas possíveis de um AVE, reconhecendo de forma rápida a identificação dos sinais e sintomas, oferecendo apoio às funções vitais, transporte imediato da vítima para uma instituição especializada.

A Escala de Cincinnati ainda é desconhecida por muitos profissionais. Nesse sentido, torna-se fundamental a educação permanente acerca do tema, capacitando colaboradores atuantes no serviço, além da necessidade de reforçar o conhecimento de tal avaliação nos cursos de graduação e profissionalizantes.

São exatamente as ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas realizadas de forma correta e precisa juntamente a humanização pelo enfermeiro, que produzirão um bom retorno ao tratamento do paciente e de forma que o resultado final seja com certeza positivo, colaborando para prevenção de incapacidades e contribuindo para a redução da mortalidade.

7 REFERÊNCIAS

1. AEHLERT, B. **Emergências em Cardiologia. Suporte Avançado de Vida em Cardiologia.** São Paulo: Edição/reimpressão, 2009.
2. ALMEIDA, S. R. M. Análise epidemiológica do acidente vascular cerebral no Brasil. **Rev Neurocienc**, v. 20, n. 4. São Paulo, SP, 2012.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Implantando a Linha de Cuidado do Acidente Vascular Cerebral na Rede de Atenção às Urgências.** Brasília; 2012.
4. BRASIL. Ministério da saúde. Acidente vascular cerebral (2012). Disponível . Acesso em: 08 jun. 2019. _____. Ministério da saúde. Portaria MS/GM Nº 664, de 12 de abril de 2012. Diário Oficial da União, 2012.
5. CAVALCANTE, T. F. et al. **Intervenções de enfermagem aos pacientes com acidente vascular encefálico: uma revisão integrativa de literatura.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, n. 6, p. 1495-1500, 2011.
6. CHAVES, M. L. F. Acidente Vascular Encefálico:conceituação e fatores de risco. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 7, nº.4, out./dez.2000. Disponível em: <http://departamentos. cardiol.br/dha/revista/7-4/012.pdf> Acesso em: 08 abr. 2016.
7. COHEN, H. **Neurociência Para Fisioterapia.** 2.ed. São Paulo: Manole, 2001.
9. DANTAS, R.A. N, COSTA, I. B. **Perfil das vítimas de afecções neurológicas atendidas por um serviço pré-hospitalar móvel de urgência.** Cogitare Enferm. V. 2., N 22, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v22i2.49698 br/pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.
10. FONTES, C. P. N. C.; COSTA, M. M. L.; SOARES, M. J. G. **O Perfil Epidemiológico dos Pacientes Acometidos por Acidentes Vasculares Cerebrais.**Artigo,2010. Disponível em: 11. <http://www.avc2013.com.br>. Acesso em 29 abr. 2017.
12. GANDRA, J. D. et al. **Fatores de risco para ocorrência de acidente vascular encefálico em indivíduos de 0 a 20 anos.** Revista Enfermagem, v.17, n.1, p. 61-78, 2014.
13. GOMES, S; SENNA, M. Assistência de enfermagem à pessoa com acidente vascular cerebral. Revista Cogitare, v. 13, n.2, 2008.
14. HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS. **Sistema Integrado de Atendimento ao Paciente com Acidente Vascular Cerebral.** 2016. Disponível em: <https://www.hospitalsiriolibanes.org.br/institucional/gestao-da-qualidade/Documents/sistema-integrado-atendimento-paciente-avc.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.
15. JORGE, V. C.; BARRETO, M. da S.; FERRER, A.L.M.; SANTOS, E.A.Q.; RICKLI, H.C.; MARCON, S.S. Equipe de enfermagem e detecção de indicadores de agravamento em pacientes de pronto-socorro. **Escola Anna Nery** [online], v.16, nº.4, p.:767-774. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012

- 000400018>. Acesso em: 08 set. 2017.
16. KOTHARI R. U.; PANCIOLI A.; LIU T. et al. Cincinnati Prehospital Stroke Scale: reproducibility and validity. **Annals of Emergency Medicine**, n°. 33, v.4, p.373-378, abr.1999. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10092713>>. Acesso em: 09 abr. 2017.
 17. MASSARO, A. R. Triagem do AVC Isquêmico Agudo. **Revista da Sociedade de Cardiologia**, Rio Grande do Sul, ano XV, n° 07, jan./fev./mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://sociedades.cardiol.br/sbc-rs/revista/2006/07/Artigo02.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2017.
 18. NUNES, D. L. et al. **Cuidado de enfermagem ao paciente vítima de acidente vascular encefálico**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 21, n. 1, p. 87-96, 2016.
 19. OLIVEIRA, R. de M. C. de; ANDRADE, L. A. F. de. Acidente Vascular Cerebral. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v.8, n°3, jul./set. 2001. Disponível em: <<http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/8-3/acidente.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.
 20. ROLIM, M. O.; CASTRO, M. E. de. Adesão às orientações fornecidas no Programa de Controle da Hipertensão: uma aproximação aos Resultados Padronizados de Enfermagem. **Online Brazilian Journal of Nursing** [online], v.6, n°1. 2007. Disponível em: <<http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/713/161>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
 21. SANTOS, S. N. R. do **Uso de Trombolíticos em Pacientes com Acidente Vascular Cerebral Isquêmico**. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecaatualiza.com.br/arquivotcc/EE/22.EE08/SANTOS-sheyla-nonato-ribas-dos.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.
 23. SANTOS, F. L. S. G. et al. Acidente Vascular Cerebral: o conhecimento dos enfermeiros. **Enfermagem em Foco**, v. 3, n°. 2, p. 58-61, 2012. Disponível em: <<http://revista.portal.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/255/143>>. Acesso em: 11 set. 2017.
 24. SOUZA, M. P. **Enfermagem na Assistência ao Paciente com Acidente Vascular Cerebral em Ambiente Intra-Hospitalar**. 2012. Disponível em: <https://www.posgraduacaoredentor.com.br/hidden/path_img/conteudo_5422e97aef92e.pdf> Acesso em: 08 abr. 2016.
 25. TAMBARA, E. M. **Diretrizes para Atendimento Pré-hospitalar no Acidente Vascular Encefálico**. Medicina Perioperatória, Capítulo 13. p.77-83,2016. Disponível em: <<http://www.saj.med.br/uploaded/File/artigos/DIRETRIZES%20PARA%20ATENDIMENTO.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2017.

COMUNICAÇÃO DE ENFERMEIROS COM DEFICIENTES AUDITIVOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Beatriz Aparecida Narcizo²
Tainara Borges Evangelista³
Gismar Monteiro Castro Rodrigues⁴
Tobias Divino dos Santos⁵
Damiana Rodrigues⁶
Beatriz Nasser Pereira⁷
Mariana Gondim Mariutti Zeferino⁸
Ana Paula Horta⁹

Introdução: Os deficientes auditivos, inclusive os surdos enfrentam obstáculos na comunicação no atendimento de enfermeiros, sendo essa comunicação de suma importância para bom atendimento da enfermagem. **Objetivo:** conhecer sobre a comunicação de enfermeiros com deficientes auditivos a partir de revisão literária. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, a fim de responder a questão norteadora: como é a comunicação do enfermeiro com o deficiente auditivo? Realizamos uma busca nas bases de dados BVS, LILACS, Portal de Revista de Enfermagem e Scielo, foi realizada leitura dos títulos, posteriormente dos resumos e separados os artigos que foram selecionados para esta pesquisa e respondiam os critérios de inclusão deste estudo. **Resultados e discussão:** Os deficientes auditivos muitas vezes não se sentem humanos quando buscam atendimento nas instituições de saúde e suas diferenças não são respeitadas, comprovando assim as lacunas na assistência, o que em sua maioria causa diversos sentimentos negativos. Dentre os relatados nos estudos analisados os pacientes referem apresentar tristeza, decepção, indignação, sentem que estão sendo privados de informação, que o atendimento não é digno e dizem-se excluídos. **Considerações Finais:** É de suma importância estar preparado para o atendimento ao deficiente auditivo e adequar-se às estratégias para cada indivíduo garantindo uma assistência integral e humanizada incluindo a LIBRAS para o melhor atendimento.

Palavras-Chave: Deficiente auditivo; surdo; libras; assistência do enfermeiro

¹ Artigo submetido em 28/11/2022 e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas.

² Graduando em Enfermagem pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: bianarcizo21@gmail.com

³ Graduando em Enfermagem pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: tatyborges313@gmail.com

⁴ Diretora da Libertas – Faculdades Integradas. Doutora em Biotecnologia, E-mail: gismarrodrigues@libertas.edu.br

⁵ Professor. Mestre em Ciências da Saúde. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: tobiassantos@libertas.edu.br

⁶ Professora Mestre em Promoção à Saúde. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: beatriznasser@libertas.edu.br

⁷ Professor. Doutora em Ciências da saúde, Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: mgmariutti@yahoo.com.br

⁸ Professor-orientador. Doutora em Ciências Sociais, Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: nirvana.horta@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pode-se pensar o conceito de deficiência sob vários aspectos e modelos, sendo admitido que há duas maneiras mais usuais sendo: a primeira e a mais tradicional baseada no modelo médico e a segunda baseada no modelo social, o qual é a tendência mais atual. A principal característica do primeiro é a descontextualização da deficiência, enfocando-a como um incidente isolado. Já o social, valoriza a diversidade da deficiência e surgiu no Movimento Social da Deficiência na década de 1960 (MIRANDA et.al, 2014).

Segundo o último paradigma, a deficiência é a soma de duas condições indissociáveis: as sequelas no corpo e as barreiras físicas, econômicas e sociais impostas pelo meio ambiente ao indivíduo. Tais barreiras acabam por gerar uma espécie de sequela social chamada de exclusão. Fala-se muito em educação inclusiva nas escolas, em mercado inclusivo e em empregabilidade inclusiva, mas pouco se fala em atendimento de saúde inclusivo. Se a comunicação entre profissionais de saúde, em especial, os enfermeiros e pacientes não é eficiente, o direito à saúde não será oferecido de forma íntegra pois haverá limitadores sociais para a assistência ao físico (MIRANDA et. al, 2014).

Quando pensa-se em comunicação, deve ser lembrado de seus elementos para que seja realizada de forma plena e eficaz nos ambientes familiares, sociais e hospitalares evitando falhas e ruídos na comunicação. Uma maneira de garantir a comunicação com pessoas surdas é a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), que hoje é reconhecida como a segunda língua oficial em todo o território nacional de acordo com a Lei de LIBRAS 10.436/2002:

“Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (CEDI, 2019).

A pessoa portadora de deficiência auditiva tem uma dificuldade de ouvir sons e ruídos, podendo ocorrer de forma parcial ou total. Já o surdo possui além da dificuldade, uma impossibilidade na capacidade de ouvir. Em ambos os casos, o indivíduo portador dessa deficiência congênita (vindo proveniente do parto ou hereditariedade) ou adquirida ao longo dos anos (por meio de doenças ou envelhecimento) possuem uma dificuldade na comunicação com a sociedade a qual estão inseridos, por meio da divergência linguística (SILVA et al., 2014).

Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2020), a população brasileira é estimada em 212.006.987 e cerca de 10 milhões dessa população são deficientes auditivas e surdas, isso equivale a mais ou menos 5% da população brasileira. Podemos então dizer que esse número representa boa parte da população e essas pessoas devem ser consideradas, levando em conta suas dificuldades de acesso aos direitos básicos (IBGE, 2020).

Pesquisas apontam a insatisfação dos deficientes auditivos com relação ao atendimento na área da saúde, devido à dificuldade de expressão e compreensão entre os profissionais e os pacientes, provocando medo ao usuário. Uma vez que não conseguem ser compreendidos acerca do que estão sentindo, o atendimento pode ser demorado, como também pode ocorrer uma anamnese e tratamentos inadequados e/ou equivocados (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006; SILVA et.al, 2014; ABREU; ROCHA; FREITAS, 2015).

De acordo com diversos pesquisadores, os profissionais de saúde encontram dificuldade para exercer sua profissão com deficientes auditivos e estes reconhecem que não possuem

preparo adequado para diagnosticar problemas de saúde e interagir com esses pacientes. Sendo assim, toda vez que necessitam atender pacientes com deficiência auditiva necessitam da intervenção dos seus familiares ou alguma acompanhante, responsável por este. De acordo alguns profissionais, deveria haver ensino de LIBRAS na graduação de Enfermagem, Medicina, Técnico em Enfermagem, entre outras profissões que lidam diretamente com o público. Apesar de o reconhecimento oficial da LIBRAS, através do Lei 10.436/2002, ser uma conquista extremamente importante para todos os surdos do Brasil, lei esta que colocou como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura, Pedagogia e Fonoaudiologia, nos demais cursos de graduação em que a mesma configura como disciplina eletiva (optativa) a mesma deve configurar como obrigatória ele é apenas o primeiro passo (SANTOS, 2018).

Em outras palavras, não basta reconhecer a LIBRAS como meio de expressão das pessoas surdas e o direito destas de ter acesso à informação por meio dela. É preciso também preparar (formar) todos aqueles que vão atuar diretamente com essa população. Além disso, faz-se necessário que a sociedade como um todo seja conscientizada das lutas e conquistas da comunidade surda. Desse modo, podemos afirmar que preparar profissionais para atender pessoas surdas é uma ação que visa cidadania e inclusão sócia (SANTOS, 2018).

O atendimento à pessoa surda é um desafio para os profissionais da saúde e para o próprio surdo. A ausência de acompanhante é uma barreira para a assistência aos usuários surdos. Urge a necessidade de outros meios para se comunicar com esses usuários. As barreiras de comunicação encontradas pelos profissionais de saúde e pacientes surdos, em sua maioria das vezes, são prejudiciais ao diagnóstico e tratamento das doenças desses pacientes. Na assistência em saúde, somente a partir de uma boa comunicação estabelecida, poderão ser identificadas e resolvidas as necessidades dos pacientes de forma humanizada.

Para a equipe de enfermagem a comunicação com estes pacientes pode ser prejudicada, no que diz respeito à troca de informações, faltando habilidades em transmitir informações sobre sua saúde e assim prejudicando a confidencialidade da consulta. A contribuição deste artigo para os profissionais de saúde é integração e motivação no estudo de LIBRAS para a qualificação dos profissionais e incentivar o conhecimento de LIBRAS por parte dos enfermeiros em sua formação profissional.

Nesse sentido, é importante conhecer a comunicação de enfermeiros com deficientes auditivos para que se previnam ou minimizem possíveis consequências negativas a sua vida e saúde, dando subsídios para atuação de enfermeiros.

Acredita-se que uma adequada comunicação com deficientes auditivos possa interferir no atendimento e na vida dos pacientes deficientes auditivos, tanto psicologicamente como fisicamente. O estudo pretendeu responder a seguinte questão: Como é feita a comunicação de enfermeiros com deficientes auditivos através de uma revisão sistemática.

Os objetivos deste estudo são pesquisar através de uma revisão sistemática conhecer a comunicação de enfermeiros com deficientes auditivos através de uma revisão sistemática.

2. METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2003) definem método como um agrupamento sistêmico de atividades lógicas que, com garantia e controle permite atingir o objetivo, válidos e verdadeiros conhecimentos, planejando e seguindo um caminho, exibindo erros e contribuindo com os propósitos científicos.

Este trabalho tem como método a pesquisa de revisão integrativa da literatura, cuja definição é o desenvolvimento de estudo baseados em conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados, sendo formado em seis fases do processo de elaboração (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010):

- 1º fase: definição da pergunta da pesquisa;
- 2º fase: busca dos estudos e definição dos critérios de inclusão e exclusão;
- 3º fase: coleta de dados;
- 4º fase: avaliação dos estudos;
- 5º fase: análise dos resultados;
- 6º fase: apresentação da revisão com a síntese dos estudos (MACEDO et al., 2018).

Para a elaboração do estudo utilizou-se a busca de dados acerca da indagação “como é a comunicação do enfermeiro com o deficiente auditivo? ”. As bases de dados online utilizadas para a composição dos estudos foram: PORTAL REGIONAL DA BVS, LILACS (Literatura Latino-Americana e do caribe e ciências da saúde), GOOGLE ACADÊMICO, PORTAL DE REVISTA DE ENFERMAGEM, SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) através de uma revisão sistemática da literatura.

Foram utilizados os descritores: deficiente auditivo AND surdo AND libras AND enfermeiro, em língua portuguesa e inglesa, textos completos de estudos primários, em todos os sites de busca para realização deste trabalho tendo o período de pesquisa referente aos últimos cinco anos (2017-2022).

Após o levantamento bibliográfico, sobre o tema foram realizadas leituras, fichamentos, resumos dos textos selecionados. Aproximadamente, vinte e cinco artigos foram selecionados dos quais onze artigos foram excluídos por fugir do contexto e não contribuir com o objetivo proposto, sendo fora do ano, tema e linguagem, sendo contemplado quatorze artigos para os resultados deste estudo.

3. RESULTADOS

A produção científica referente à comunicação de enfermeiro com deficientes auditivos, inclusive surdos foi baseada nos estudos dos autores relacionados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Distribuição das referências incluídas na revisão, conforme autores, ano de publicação, título do periódico, título do artigo, metodologia e objetivos/conclusão, 2022.

AUTORES	ANO DE PUBLICAÇÃO	NOME DA REVISTA	TÍTULO	METODOLOGIA	OBJETIVO/ CONCLUSÃO
ABREU, J.C et. al.	2015	Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR	A percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação o das unidades de atenção primária à saúde	Trata-se de estudo descritivo de caráter qualitativo, realizado através de relatos de experiência com pesquisa de campo e aplicação de questionário com surdos pertencentes à Escola Estadual Afonso Pena e à Pastoral dos Surdos do	Avaliar a percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), visando especificamente: identificar quais os obstáculos da comunicação do deficiente

				<p>município de Varginha-MG, no período entre agosto e outubro de 2010.</p>	<p>auditivo com a equipe da UAPS; levantar sugestões para a construção de uma melhor relação equipe-paciente; e, expor aos profissionais de saúde e órgãos competentes da necessidade de capacitação específica para promoção de um novo conceito de assistência ao surdo/ É necessária a inclusão de LIBRAS como disciplina obrigatória para os cursos da área da saúde e implantação de educação continuada voltada para LIBRAS com profissionais já atuantes. É importante a reestruturação das Associações de Surdos, para que assim os surdos possam buscar ajuda frente a situações como, a falta de uma comunicação efetiva nos locais em que necessitam de atendimento.</p>
<p>CARDOSO, A. H. A et. al.</p>	<p>2017</p>	<p>Revista américa latina de enfermagem</p>	<p>Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda</p>	<p>Neste estudo descritivo, de abordagem qualitativa, participaram 11</p>	<p>Caracterizar as percepções da pessoa com surdez severa ou profunda</p>

			acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde.	<p> pessoas surdas, com idade acima de 18 anos, frequentadoras de uma instituição religiosa da cidade de Goiânia (GO), alfabetizadas ou semialfabetizadas, e que se comunicavam por meio de LIBRAS. O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo coordenador da instituição onde o estudo foi realizado e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG). </p>	<p> sobre o processo de comunicação com os profissionais no contexto do seu atendimento em saúde. / O surdo possui cultura e linguagem diferentes, que devem ser conhecidas e respeitadas de acordo com os princípios éticos, morais e legais, como qualquer outro cidadão. Esta pesquisa proporciona uma perspectiva sobre a realidade do atendimento em saúde, tal como ela é vivida pelos surdos. </p>
CAVAGNA, V, M. et.al.	2017	Revista Enfermagem Atual In Derme	O paciente surdo e suas vivencias no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem .	<p> A metodologia utilizada foi de estudo descritivo, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, no qual se realizou um levantamento bibliográfico sobre os aspectos gerais do processo de comunicação entre o profissional de saúde e o paciente surdo. </p>	<p> Identificar como se dá o atendimento ao paciente surdo e analisar as barreiras de comunicação do profissional de saúde nestes atendimentos. / Conclui-se a necessidade pela busca por capacitação dos profissionais de saúde no que tange à potencialização dos instrumentos utilizados nos processos de comunicação com esta demanda </p>

					específica, oportunizando equidade e universalidade de acesso aos serviços de saúde.
IBGE	2021	Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística	Capacitação do enfermeiro na língua brasileira de sinais.	Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, descritiva, explicativa com abordagem em um projeto de intervenção, cujos dados foram coletados através de busca em bases de dados virtuais e selecionados com base para uma criação de um projeto de intervenção sobre a capacitação do enfermeiro em Libras.	Descrever a importância da capacitação do enfermeiro em Libras na comunicação com esses pacientes cujo objetivo é: Criar um plano de capacitação básica aos enfermeiros na Língua Brasileira de Sinais para obter um atendimento humanizado, qualificado e efetivo. / Esse projeto colabora para uma reflexão dos profissionais de saúde quanto à dificuldade em atender os pacientes deficientes auditivos e surdos no qual na maioria das vezes não se obtém um atendimento integral, de pleno entendimento e efetivo de modo que eles possam ter um acesso seguro, obtendo assim um vínculo de confiança no atendimento.
PIRES, H.F	2016	Revista	A percepção	Trata-se de um	Foram

et.al.		Enfermagem Contemporânea	do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde.	estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, em que participaram 26 pessoas Surdas, as quais foram entrevistadas usando-se LIBRAS. As interações foram transcritas em um questionário, mantendo-se a construção gramatical característica das expressões dessas pessoas.	identificar os métodos de comunicação utilizados para atendimento aos Surdos nos serviços de saúde, investigar como se estabelece o vínculo entre os Surdos e os profissionais da saúde e verificar as percepções dos Surdos quanto ao acolhimento existente nos serviços de saúde. / Se faz necessário que os profissionais utilizem de aspectos supras segmentais para que os Surdos possam ter um suporte no atendimento, portanto sugere-se a necessidade de implantar LIBRAS como disciplina curricular, não sendo optativa, mas obrigatória em todos os cursos de graduação da área de saúde. Diante de relatos verídicos evidenciou-se que os profissionais de saúde estão despreparados para o atendimento de pacientes Surdos.
SILVA, P.G. et. al.	2014	Revista Uningá	A enfermagem	para o desenvolvimento	Revisar na literatura

			<p>e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo.</p>	<p>deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória no banco de dados da Scientific Electronic Library Online(SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), leis, manuais e outras publicações disponíveis online, utilizando-se os descritores: deficiente auditivo, Libras, Libras e enfermagem.</p>	<p>científica a importância da comunicação por meio de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), na assistência de saúde ao deficiente auditivo (surdo). / As barreiras de comunicação entre o profissional de saúde e o paciente deficiente auditivo podem colocar em risco a assistência prestada, como o descrito acima, comprometendo o diagnóstico e o tratamento. Ressalta-se a necessidade do enfermeiro e profissionais de saúde em aprender a se comunicar através da linguagem de sinais, LIBRAS, um processo dinâmico que possibilita uma comunicação alternativa e aquisição de novos conceitos.</p>
<p>SOUZA, M.T. et al.</p>	<p>2010</p>	<p>Journal Einstein</p>	<p>Revisão integrativa: o que é e como fazer.</p>	<p>Trata-se de um estudo realizado por meio de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelas autoras por</p>	<p>Apresentar as fases constituintes de uma revisão integrativa e os aspectos relevantes a serem considerados</p>

				ocasião da realização de uma revisão integrativa.	para a utilização desse recurso metodológico./ Diante da necessidade de assegurar uma prática assistencial embasada em evidências científicas, a revisão integrativa tem sido apontada como uma ferramenta ímpar no campo da saúde, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direciona a prática fundamentando-se em conhecimento científico.
MIRANDA, R.S. et. al.	2014	Revista de Pesquisa Cuidado é fundamental Online	A comunicação com pessoas com deficiência auditiva: uma revisão integrativa	Revisão integrativa. A busca foi realizada nas bases de dados MEDLINE, BDNF, LILACS e SciELO por meio de seus descritores: comunicação, enfermagem, deficiência auditiva, surdez, surdos e cuidados de enfermagem.	Identificar na literatura como ocorre a comunicação entre profissionais de saúde e os pacientes com deficiência auditiva. / Cada surdo apresenta necessidades comunicacionais específicas, cabendo ao enfermeiro a escolha, junto com o surdo, da melhor estratégia de comunicação, respeitando suas limitações.
MARQUET E, V. F. et. al	2020	Brazilian Journal Of	Desafios do cuidado à	Estudo exploratório,	Identificar as dificuldades

		Nursing	pessoa surda vivenciados por familiares ouvintes: um estudo exploratório	qualitativo, realizado em junho de 2018, com seis familiares de surdos. Os dados foram coletados nas residências dos participantes, por meio de entrevistas semiestruturadas, posteriormente submetidas à análise de conteúdo.	vivenciadas por familiares ouvintes em relação ao cuidado com a saúde do surdo./ Os familiares ouvintes acompanham seus familiares surdos na maioria das visitas aos serviços de saúde, devido à ausência de profissionais que se comunicam em Libras, e o atendimento à saúde fica comprometido para os familiares que não se comunicam em Libras o que gera insegurança.
SANTOS, T.G.	2018	Universidade Federal de Pernambuco	Atuação do enfermeiro frente ao paciente surdo: uma revisão de literatura	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa da literatura, realizada com 15 artigos em março de 2018. Para o seu desenvolvimento foi realizado a busca na base de dados LILACS e SciELO, utilizando os descritores: Atendimento de enfermagem; Surdez; Surdos e Pessoa com deficiência auditiva.	Analisar estudos brasileiros que realizaram levantamento de dados sobre a atuação do enfermeiro frente ao paciente surdo. / Conclui-se que existem lacunas no acolhimento, o despreparo promove sentimentos negativos nos enfermeiros quando se deparam com um paciente surdo em sua instituição. A má comunicação faz com que ocorra risco de

					o atendimento ser inadequado, desconfortável ou ineficaz.
OLIVEIRA, Y. C. A. et. al.	2015	SCIELO BRAZIL	Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado em uma instituição pública de referência, no estado da Paraíba, em atendimento a pessoas com deficiência. Foram realizadas entrevistas individualmente, em língua de sinais, com 11 pessoas surdas escolhidas pelo método de saturação do conteúdo das falas. Os dados foram analisados segundo a análise de conteúdo.	Compreender o conhecimento de pessoas surdas em saúde e doença e suas fontes de informações. / Os sujeitos valorizam o médico como imprescindível para o processo saúde-doença. Alguns surdos expuseram não conhecer sobre saúde, devido a fontes precárias e pouco eficientes, disponibilizando informações primárias, sem profundidade de conteúdo, e, por isso, reivindicam mais oportunidades.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

4. DISCUSSÃO

A comunicação é fundamental na vida do ser humano, pois possibilita o relacionamento interpessoal e o convívio social cotidiano. A perda auditiva pode interferir na comunicação e na aquisição da linguagem dos ouvintes. Os surdos, na maioria das vezes, apresentam perda auditiva grave, resultando em pouca ou nenhuma audição, e utilizam a língua de sinais como meio de comunicação (MARQUETE et. al, 2020).

Pessoas surdas podem entender o mundo através do contato visual. Para eles, o uso da língua de sinais e da escrita, permite seu desenvolvimento cultural, cognitivo e social (MARQUETE et. al, 2020).

Nesse sentido, a família também desempenha um papel relevante, principalmente durante o processo educacional do indivíduo e influencia o desenvolvimento pessoal do surdo. A família é a primeira rede de suporte humano, regida por valores, crenças, objetivos e comportamentos. Por meio da comunicação, a família os ajuda a desenvolver a própria personalidade e a estabelecer relações sociais com a comunidade. Os surdos estudam em

escola de surdos e aprenderam a se comunicar em LIBRAS desde a infância (MARQUETE et. al, 2020).

A assistência procurada pelos usuários surdos nas instituições de saúde não distingue da procurada pelos usuários ouvintes. Os enfermeiros, devido a sua atuação, devem compreender estas pessoas, suas individualidades e acolher integralmente seus questionamentos e necessidades.

A falta de comunicação entre o surdo e os enfermeiros gera muita insatisfação, a Filha (2015) afirma que seu estudo trouxe uma principal barreira para o atendimento oferecido tendo relação com a carência de uma comunicação eficiente, compreendendo que o enfermeiro que não dominar a LIBRAS, dificilmente irá alcançar a necessidade do surdo, de forma que ofereça o serviço que o paciente de fato necessita. Essa insatisfação ocorre pelo fato das leis não serem efetivas, criando apenas expectativas de alcance de uma nova realidade (SANTOS,2018).

Os surdos não se sentem humanos quando buscam atendimento nas instituições de saúde e suas diferenças não são respeitadas, comprovando assim as lacunas na assistência, o que causa diversos sentimentos negativos. Dentre os relatados nos estudos analisados os pacientes referem apresentar tristeza, raiva, decepção, indignação, sentem que estão sendo privados de informação, que o atendimento não é digno, alguns sentem-se destratados e excluídos (ABREU; et al, 2014; PIRES; ALMEIDA, 2016 e CAVAGNA; et al, 2017).

Quando desacompanhados sentem-se desprezados e com medo devido ao despreparo do profissional ao atendê-los, não reconhecendo suas necessidades imediatas; quando acompanhados sentem-se bem, pois a comunicação é facilmente estabelecida, porém estudos como os de Abreu; et al. (2014) e Lopes; et al. (2017) apontam que os acompanhantes em alguns casos podem atrapalhar o atendimento, tirando a privacidade, podendo causar constrangimento, impedindo que o surdo haja de forma ativa no seu tratamento, pois o acompanhante é quem tem a voz ativa, com isso os surdos não tem a oportunidade de expor suas dúvidas (SANTOS, 2018)

As dificuldades mencionadas nos estudos, afirmam que os entraves apontados pelos surdos são: a não compreensão dos profissionais para com eles, a falta de conhecimento de LIBRAS, a falta de paciência por parte dos profissionais e a ausência de interpretes no local de atendimento. Também foi relatado que durante as consultas a comunicação é realizada apenas entre o profissional de saúde e o acompanhante, de forma que os surdos são passivos nesse processo. Além de não terem privacidade. Alguns não entendem o processo saúde-doença, não conhecem a patologia que os acometem e procuram os serviços de saúde apenas em último caso, sendo que os pacientes visam uma comunicação de forma direta, em que sejam protagonistas e entendam o que acontece com o próprio corpo, que seja conservado sua autonomia (ABREU; et al, 2014; FILHA; et al, 2015; OLIVEIRA; et al, 2015 e PIRES; ALMEIDA, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, pode-se observar que existe uma grande lacuna no meio comunicativo entre paciente deficiente auditivo, inclusive surdo e profissionais enfermeiros no qual não conseguem efetuar um diálogo para explicar o local da dor e qual a sua intensidade comprometendo o tratamento e diagnóstico.

Porém, foi enfatizado que a capacitação em LIBRAS pode se tornar o meio mais adequado e eficaz para melhorar essa comunicação, pois o despreparo para essas situações pode levar angústia, ansiedade e limitações nos enfermeiros e clientes, o que impede uma atitude verdadeira de diálogo e acolhimento que poderá gerar uma interferência nos resultados

da consulta, sendo importante uma comunicação adequada, fortalecendo o vínculo existente entre enfermeiro e o deficiente auditivo, lutando também para combater o preconceito e a discriminação.

Contudo, saber ouvir a queixa do cliente e pactuar a estratégia mais adequada a cada indivíduo e suas diferenças, garantindo assim uma assistência integral, humanizada, com irreparabilidade durante o atendimento e acesso aos serviços externos e internos, visando a integralidade e equidade a todo tipo de paciente incluindo a LIBRAS para o melhor atendimento, em especial ao atendimento para os deficientes auditivos.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, J.C.; FREITAS, J.M.R & ROCHA, L.L.V. A percepção dos surdos em relação ao sistema de comunicação das unidades de atenção primária à saúde – UAPS. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, Maringa, v.9, n.1, p.06-11, dez/fev. 2015. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20141130_223912.pdf. Acesso em: 20 de março de 2018.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes and. BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online], v. 14, n. 4, p. 553-560. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692006000400013> Acesso em: 18 de Junho de 2021.

CAVAGNA, Vitor Machado et al. O paciente surdo e suas vivências no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem: **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 80, n. 18, 2017. Disponível em: <http://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/345> Acesso em 22 de junho de 2022.

FILHA, F.S.S.C; SILVA, S.R. & LANDO, G.A. Cuidado ao surdo: conexões com o Direito à Saúde. **Revista Ciência & Saberes – FACEMA**, Maranhão, v.1, n.1, p. 31-38, Ago/Out 2015. Disponível em: <http://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/17>. Acesso Em: 05 de novembro de 2021. – Sem acesso.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Capacitação do enfermeiro na língua brasileira de sinais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em 18 de junho de 2021. – Dúvida.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2021. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

LOPES, R. M; VIANA, N.G & SILVA, E.M. Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade. **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v.10, n.2, p.213-221, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5883>. Acesso em: 21 de março de 2021.

MACEDO, Kelly Dandara da Silva et al. Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovação no ensino em saúde. **Escola Anna Nery**, v. 22, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2017-0435> Acesso em 21 de março de 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUETE, V. F., TESTON, E. F., SOUZA, R. R., VIEIRA, V. C.L., FISHER, M. M. J. B., MARCON, S. S. **Desafios no cuidado para surdos vivenciados por familiares ouvintes: um estudo exploratório**. Online Brazilian Journal Of Nursing. 2020. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6212/html>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

MIRANDA, Rodrigo Sousa de; SHUBERT, Carla Oliveira; MACHADO, Wiliam César Alves. **A comunicação com pessoas deficiência auditiva: uma revisão integrativa**. Revista de pesquisa cuidado é fundamental online, v. 6, n. 4, 4, out. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750770037.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2021. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Y.C.A; CELINO, S.D.M; FRANÇA, I.S.X; PAGLIUCA, L.M.F & COSTA, G.M.C. **Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença**. Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v.19, n.54, p.549-560, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/W7G9YkCGbYHcgtfjZkKytrt/abstract/?lang=pt#:~:text=Os%20sujeitos%20valorizam%20o%20m%C3%A9dico,por%20isso%2C%20reivindicam%20mais%20oportunidades>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Larissa do Nascimento; SILVA, Antônio Lindomar Alves da. A aplicação do processo comunicativo do profissional enfermeiro no acolhimento hospitalar ao paciente surdo: uma revisão integrativa. 1. ed. Educação em saúde como um tema transversal: **Inovar**, 2019. 623 p. v. 1. Disponível em: <https://doceru.com/doc/vsc0nxe>. Acesso em: 5 nov. 2021.

PIRES, H.F., ALMEIDA, M.A.P.T. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Bahia, v.5, n.1, p.68-77, jan. /jun. 2016. Disponível: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912>. Acesso em: 20 de março de 2021.

ROSSETTO, E. et al. **Aspectos Históricos da Pessoa com Deficiência**. Educare et Educare. v. 1, n. 1, 2006, p. 103-108.

SANTOS, Taiza Gomes. **Atuação do enfermeiro frente ao paciente surdo: uma revisão integrativa**. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27760/1/SANTOS%2C%20TAIZA%20GOMES.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2021. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

SILVA, Jamilly da et al. Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]**. 2015, v. 23, n. 6, pp. 1014-

1023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0325.2644>. Acessado 15 setembro 2022.

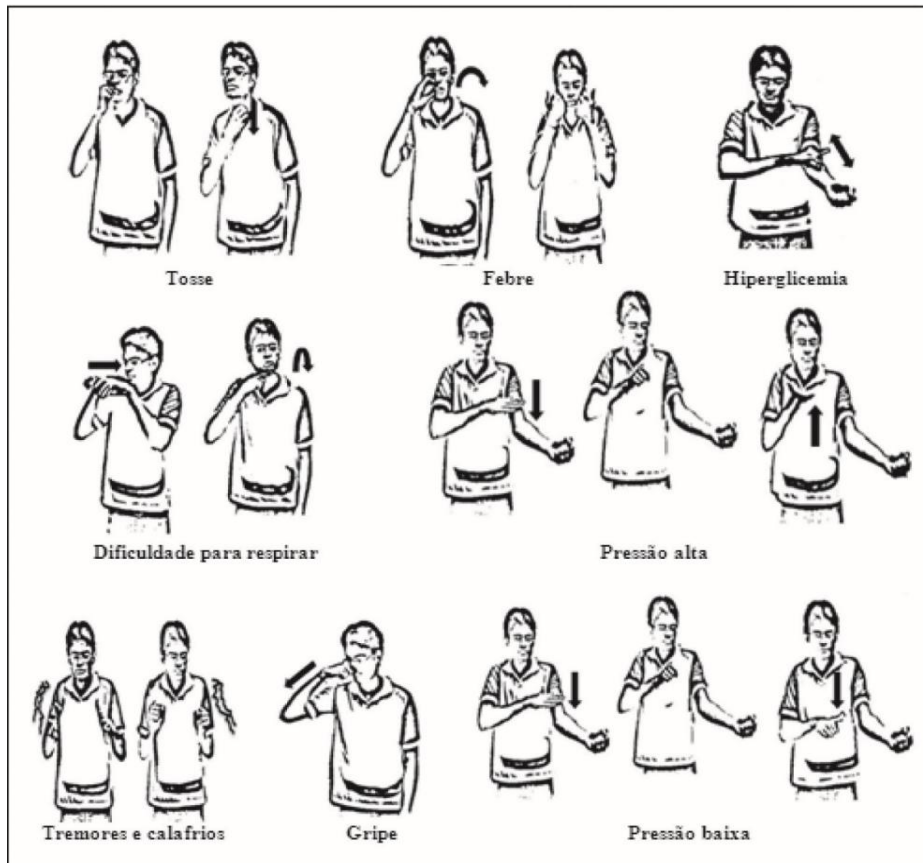
SILVA, Paulo Sergio; BASSO, Neusa Aparecida de Sousa; FERNANDES, MARTINES, Sônia Regina Chaves. A enfermagem e a utilização da língua brasileira de sinais no atendimento ao deficiente auditivo. **Revista Uningá**, v. 17, n. 1, jan. 2014. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1488>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://journal.einstein.br/wp-content/uploads/articles_xml/1679-4508-eins-S1679-45082010000100102/1679-4508-eins-S1679-45082010000100102-pt.pdf Acesso em: 10 de setembro 2022.

ANEXO A

Assim, tendo em vista amenizar os problemas que surgem diante do atendimento de pessoas surdas, profissionais de saúde implementaram imagens de sinais de indicação de dores para facilitar e humanizar o atendimento primário secundário e terciário conforme mostra as imagens abaixo:

Figura 1 - Expressão em LIBRAS de pessoas com surdez para sinais de agravos à saúde.

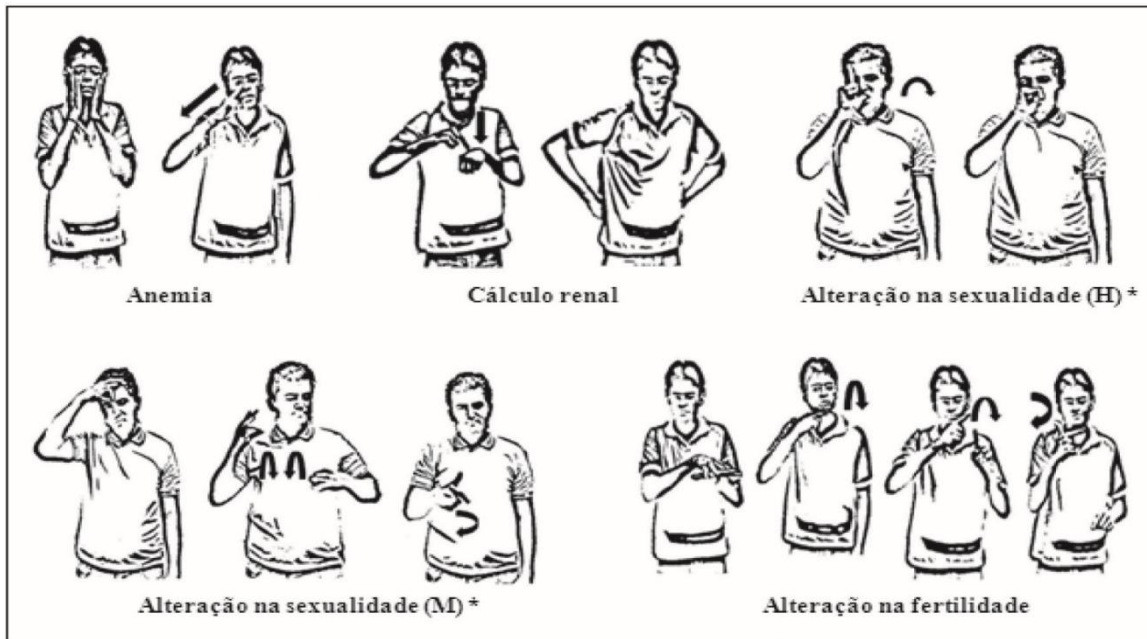


Fonte: Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil.

Figura 2 - Expressão em LIBRAS de pessoas com surdez para doenças/agravos em saúde.



Figura 3 - Expressão em LIBRAS de pessoas com surdez para doenças/agravos em saúde.



Fonte: Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em LIBRAS. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasi

CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA¹

Ísis Mariana de Fátima Santos²
Gismar Monteiro Castro Rodrigues³
Damiana Rodrigues⁴
Tobias Divino dos Santos⁵
Mariana Gondim Mariutti Zeferino⁶
Beatriz Pereira Nasser⁷

RESUMO

A violência contra a mulher é recorrente na sociedade e afeta pessoas, famílias e comunidades, e com o isolamento social imposto pela pandemia da covid-19 os números de violência doméstica aumentaram significativamente. Diante disso, o objetivo da pesquisa é realizar uma revisão integrativa da literatura sobre o conhecimento dos enfermeiros frente ao acolhimento da mulher vítima de violência doméstica durante a pandemia da covid-19. Foi feita busca nas bases de dados BVS, SciELO e LILACS a partir dos descritores em Ciências em Saúde: Violência Doméstica, Pandemia, Covid-19, Enfermagem, Acolhimento. A partir dos artigos encontrados foi observado o nível de conhecimento dos enfermeiros referente ao acolhimento da mulher vítima de violência doméstica. Percebe-se que a maioria dos enfermeiros se encontrassem despreparados para atender de forma acolhedora e humanizada as vítimas que procuram o serviço de saúde. Assim, há uma necessidade de formação dos profissionais enfermeiros e equipe interdisciplinar para melhorar a forma de atendimento e direcionamento dos casos.

Palavras-chave: violência doméstica; pandemia; covid-19; enfermagem; conhecimento.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno social, complexo e multifatorial que afeta pessoas, famílias e comunidades. A Organização Mundial da Saúde (OMS) chama a atenção para a violência como um problema de saúde pública. Em situações de pandemia, tais como da covid-19 (*coronavirus disease*), os indicadores de países como China, Espanha e Brasil evidenciam que os casos de violência já existentes se agravaram e, ao mesmo tempo, emergiram novos casos.

¹ Artigo submetido em 28/11/2022, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas.

² Graduanda em Enfermagem pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: im.mariana@hotmail.com.

³ Diretora da Libertas – Faculdades Integradas. Doutora em Biotecnologia. Diretora na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: gismarrodrigues@libertas.edu.br

⁴ Professora. Mestre em Ciências da Saúde pela EERP-USP. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: damianalibertas@libertas.edu.br

⁵ Professor Mestre em Ciências da Saúde pela EERP-USP. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: tobiassantos@libertas.edu.br

⁶ Professora da Libertas. Doutora em Ciências da saúde pela EERP-USP, Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: mgmariutti@yahoo.com.br

⁷ Professora da Libertas. Mestre em Promoção à Saúde pela UNIFRAN, Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: mgmariutti@yahoo.com.br

Na China, os números da violência doméstica triplicaram; na França houve um aumento de 30% das denúncias e, no Brasil, estimou-se que as denúncias tenham aumentado em até 50%. A Itália, assim como os demais países, também indicou que as denúncias de violência doméstica estão em ascensão (CAMPBELL, 2020).

Observa-se que as mulheres mais jovens são as que mais são vítimas de violência, podendo conviver com o agressor durante anos, sem buscar nenhuma ajuda sequer. Muitas por vergonha de ser julgada, por medo, dependência financeira ou por ameaça de morte da vítima ou algum ente da família. Durante o isolamento social é possível que haja aumento no consumo de álcool e outras drogas no ambiente familiar, podendo elevar a probabilidade de ocorrer violência (CAMPBELL, 2020). Delziovo *et al.* (2018) ressaltam que parte desses agressores fazem uso de substâncias lícitas e ilícitas no momento da agressão.

A aversão que a pandemia trouxe, fez com que as famílias se distanciassem, desestabilizou o orçamento, aumentou o consumo de drogas lícitas e ilícitas e as discussões. Pelo fato do agressor passar conviver mais de perto dificultou o contato das mulheres vítimas de violência doméstica com os serviços de saúde, fazendo com que as mesmas se tornassem frágeis, submissas e reféns (REIGADA; SMIDERLE, 2021).

Os profissionais que atuam nas políticas públicas têm papel estratégico na prevenção das violências e podem ser os únicos a terem contato com as pessoas vulneráveis neste momento de pandemia. Por isso, é importante estar atento para as diferentes expressões da violência e as estratégias de cuidado disponíveis durante as possíveis fases da pandemia, a fim de possibilitar o acolhimento e a escuta, viabilizando a ajuda e formando uma rede de apoio (CAMPBELL, 2020). É fundamental que os profissionais das redes de proteção e cuidado às pessoas em situação de violência estejam cientes dos riscos da violência doméstica e do aumento durante a pandemia, e que os mesmos são atores importantes na identificação e acompanhamento dessas pessoas.

Diante disso, quando deparamos com uma vítima de violência doméstica a equipe de enfermagem tem que se desdobrar para tentar realizar o atendimento de forma hábil e eficiente para garantir o seu acolhimento e tratamento, de forma a assegurar confiança do paciente e de sua família (VIEIRA *et al.*, 2020).

Entende-se que o profissional da saúde aproxima-se da paciente de forma acolhedora, reservada, atenciosa, humanizada, resguardando e garantindo sua dignidade. Desta forma, a assistência se faz necessária de uma atenção continuada para que o seguimento na rede seja mais leve (MACHADO; FREITAG, 2021).

Tão importante quanto a notificação da suspeita de violência é a realização do acolhimento, da orientação, do apoio à pessoa em situação de violência e do seguimento na rede intrasetorial de proteção e cuidado. A ficha de notificação precisa ser um instrumento disparador da linha de cuidado às pessoas em situação de violência e, por essa razão, é importante certificar-se que essa rede está funcionando a fim de não vulnerabilizar ou expor ainda mais aquela que demanda o cuidado (CAMPBELL, 2020)

É de grande importância que os profissionais da rede de saúde trabalhem juntos na luta contra a violência doméstica, pois são eles que efetivamente vão dar um suporte adequado, e proporcionarão uma conexão entre a mulher agredida e os órgãos de denúncia. É essencial obter uma conversa individual com a mulher vítima de violência, pois ajuda na identificação da agressão e a quebra do sentimento de culpa que elas sentem. Soma-se também a importância de criar um fluxo de atendimento à mulher vítima de violência, com salas de acolhimento, equipes treinadas para o atendimento, ou implementar nas instituições hospitalares meios de qualificar a assistência em enfermagem e evitar que as vítimas atravessem normalmente nos corredores dos hospitais de forma que acabe constringendo-as a buscar ajuda (CHEFFER *et al.*, 2021).

Acredita-se que o nível de conhecimento de enfermeiros em relação ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica seja limitado.

Dentro deste contexto, este estudo buscará responder à seguinte pergunta: Qual o nível de conhecimento dos enfermeiros referente ao acolhimento da mulher vítima de violência doméstica? A partir desta questão, busca-se, como objetivo geral: Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre o conhecimento dos enfermeiros frente ao acolhimento da mulher vítima de violência doméstica durante a pandemia da covid-19, e como objetivos específicos pretende-se: a) Analisar a importância do acolhimento à mulher vítima de violência doméstica; e b) Conhecer as dificuldades encontradas pelos enfermeiros na assistência à mulher vítima de violência doméstica.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, sobre o tema Conhecimento de enfermeiros sobre a mulher vítima de violência doméstica durante a pandemia da covid -19, para analisar qual o nível de conhecimento e dificuldades que os enfermeiros encontram ao acolher a mulher vítima de violência doméstica.

A revisão integrativa da literatura é uma abordagem metodológica que permite uma ampla visão e compreensão do assunto abordado. Permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais, que tem como finalidade reduzir resultados alcançados em pesquisas de maneira sistemática e ordenada, de forma especializada para um conhecimento completo do que será analisado (SOUZA *et al.*, 2010; SOUSA *et al.*, 2017).

Para fazer o levantamento das pesquisas foi realizado na Internet nos bancos de dados BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), LILACS (Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). Os descritores utilizados para localização dos estudos foram os seguintes: Violência Doméstica, Pandemia, Covid-19, Conhecimento e Enfermagem.

A pesquisa foi estruturada em três etapas: Na primeira identificaram-se os descritores selecionando aqueles considerados apropriados para o êxito da pesquisa (Violência Doméstica, Pandemia, Covid-19, Acolhimento e Enfermagem). Na segunda: foi realizado a pesquisa por meio desses descritores nas bases de dados citadas acima, reduzindo a busca para o período de 2020 a 2022. E na terceira: resultou-se com a análise crítica dos estudos, excluindo aqueles que não condiziam com o estudo da pesquisa.

O total de artigos encontrados foi de 33 publicações, porém somente 7 fizeram parte da amostra final. Os critérios de exclusão para o estudo foram artigos que não se enquadravam ao tema, que fugiam do objetivo proposto. E os critérios de inclusão foram artigos com textos completos em português e inglês com publicações no período de 2020 a 2022 e que atingiram o propósito do tema abordado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Tipos de violência doméstica e serviços oferecidos

O distanciamento social provocado pela pandemia afetou os atendimentos às mulheres vítimas de violência, pois muitas não procuravam os serviços por medo do agressor ou até pelo contágio da covid-19. As violências foram aumentando cada vez mais com essas mulheres dentro de casa, sendo violentadas por pessoas da própria família ou seus companheiros conjugais (SANTOS *et al.*, 2021; VASCONCELOS *et al.*, 2021).

A violência doméstica abrange múltiplas formas, e dentre todos os tipos de violência sofrida pela mulher as principais são: violência física (spancamento, tortura, lesões com

objetos cortantes), sexual, (estupro, obrigar o ato sexual, impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar aborto), moral (acusar mulher de traição, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, rebaixar a mulher por meio de xingamentos), patrimonial (controlar o dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia, furto, privar bens, valores ou recursos econômicos) e psicológica (ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, chantagem) (ARAÚJO *et al.*, 2020).

No Brasil existem serviços públicos, gratuitos e anônimos abertos para que todos possam solicitar ajuda, pessoalmente ou telefone, aplicativos em celulares ou sites via internet online. As linhas telefônicas disponibilizam números gratuitos como: a linha 180 (para mulheres em situação de violência), 100 (para violações de direitos humanos), 190 (Polícia Civil), 181 (disque denúncia – que também é disponível em site internet – Web Denúncia: www.webdenuncia.org.br clicar na opção “denuncie agora” e escolher o tipo de crime a ser relatado (MARQUES *et al.*, 2020).

Os serviços de atendimento devem tomar medidas para garantir segurança a mulheres vítimas de violência promovendo atendimento de plantões 24 horas, capacitar equipes de saúde para o atendimento à essas mulheres. Os profissionais da rede de saúde devem orientar toda população de forma que fiquem alerta aos riscos de violência e como essas mulheres vítimas vão realizar as denúncias (ARAÚJO *et al.*, 2020).

3.2 Direito das mulheres e papel do profissional de enfermagem

As mulheres eram vistas apenas como símbolo de procriação e propriedade dos homens, e isso fez com que elas ficassem durante muitos anos somente com os afazeres doméstico em casa aceitando sendo subordinadas e dependentes. Durante o século XVIII a mão-de-obra feminina era considerada mais barata, e sem a intervenção do Estado as mulheres eram submetidas ao trabalho exploratório, sem descanso, sem segurança e sem condições de higiene. A Constituição trouxe também em 1946 a proibição da diferença entre salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, mas só na Constituição de 1988 ficou estabelecido que todos são iguais perante a lei, sem distinções, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Foi então que elas começaram a ganhar forças e passaram a procurar independência financeira, estudando e entrando no mercado de trabalho (BANDEIRA, 2009).

Para desenvolver uma boa aproximação e um acolhimento nos serviços de saúde pública visando a prevenção de violência torna-se necessário criar planilhas com dados estatísticos de todo estado, explorar as informações e através das conferências municipais inserir lideranças da comunidade contribuir com as informações e orientações em todos os setores para que o seguimento na rede ocorra de forma acessível a essas mulheres (VIEIRA *et al.*, 2020).

Os profissionais de enfermagem, que trabalham em diversos serviços e os que estão na linha de frente exercem um papel crítico, tanto para gerenciar a propagação e os sintomas do vírus, mas também para ajudar aqueles que sofrem ou podem vir a sofrer com a violência doméstica. A estrutura de assistência médica pode ser o primeiro lugar em que um sobrevivente de violência vai encontrar informações sobre serviços e onde receber ajuda (muitas vezes afirmam não saber que esses serviços existiam), crucial nesse momento em que todos os outros serviços, programas e locais públicos podem estar fechados. Logo, todo profissional de saúde tem obrigação de não esquecer as necessidades sociais da comunidade, analisando, abordando e combatendo a violência doméstica em todos os ambientes onde atuam (CHEFFER *et al.*, 2021).

4. RESULTADOS

Esse quadro permitiu a comparação e a organização dos dados, de acordo com as suas diferenças, as similaridades e a pergunta da revisão, os quais foram analisados criticamente e agrupados. (Quadro1). Segue abaixo o quadro síntese dos 7 artigos analisados.

Quadro 1 – Síntese dos artigos selecionados, São Sebastião do Paraíso, Brasil, 2022.

Título	Autor/ Ano 2020 a 2022	Objetivo	Resultados	Considerações Finais
Atuação do enfermeiro na atenção básica frente a mulheres vítimas de violência	Leite <i>et al.</i> , 2021.	Identificar a atuação dos enfermeiros em ação na atenção primária da saúde frente à vítima de violência doméstica, somatizando para o entendimento do problema pela sociedade e para a conceptualização da importância do acolhimento às vítimas.	Foram selecionados 26 artigos para identificar a atuação dos enfermeiros em ação na atenção primária da saúde frente à vítima de violência doméstica, somatizando para o entendimento do problema pela sociedade e para a conceptualização da importância do acolhimento às vítimas.	A ausência de capacitação do profissional enfermeiro, mas acredita-se que a assistência deve ser alinhada com toda a equipe multidisciplinar para sua qualidade
Assistência de Enfermagem Prestada às Mulheres em Situação de Violência em Serviços de Emergência	Franco, J.M; Lourenço, R.G, 2022.	Identificar o papel da equipe de enfermagem na assistência prestada às mulheres em situação de violência em serviços de emergência.	As ações da equipe de enfermagem nos serviços de emergência foram classificadas em: cuidados clínicos às mulheres em situação de violência; identificação da violência contra a mulher durante a triagem; necessidade de treinamento para o enfrentamento da violência; e, o papel da enfermagem nas ações voltadas à	A equipe de enfermagem é protagonista no enfrentamento da violência nos serviços de emergência, contudo, existem barreiras para a concretização de ações nesse âmbito que podem ser superadas pela elaboração de protocolos e capacitação dos profissionais para o

			violência contra a mulher.	enfrentamento da violência contra a mulher
Atuação do profissional de enfermagem no cuidado a mulher vítima de violência sexual: revisão integrativa	Anjos, C.S.A; Silva, L.B, 2021.	Identificar na literatura o cuidado de enfermagem a mulher vítima de violência sexual.	O enfermeiro se insere no cuidado biológico e no acolhimento a mulher vítima de violência.	As práticas mais recorrentes no atendimento de enfermagem a mulher vítima de Violência sexual é o acolhimento durante a consulta.
Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem	Delmoro, I.C.L; Vilela, S.C. 2022.	Discorrer sobre as principais causas, repercussões e atuação da Enfermagem diante das mulheres vítimas de violência.	Surgiram três grupos de questões envolvendo as origens, consequências e assistência de Enfermagem diante à mulher vítima de violência.	No que se concerne à atuação da Enfermagem, constata-se o despreparo profissional, desde a graduação, assim como a omissão diante dos casos, além da importância da implementação da educação continuada e permanente aos profissionais com o objetivo de melhorar assistência.
Papel da enfermagem na prevenção ao feminicídio	Pontes <i>et al.</i> , 2021.	O presente estudo busca entender o papel da enfermagem frente a prevenção do feminicídio, que no Brasil encontra-se cada vez mais frequente.	Ficou entendido a necessidade dos profissionais de enfermagem em incentivar as mulheres que estão ou passaram por situação de violências a realizarem o autocuidado e direcionar a rede de atendimento e assistência a essas vítimas, como	Os profissionais de enfermagem precisam compreender o fenômeno e lidar com as consequências da violência sofrida, sabendo que o cuidado prestado a essas mulheres é em sua maioria, realizado por

			forma de prevenção ao feminicídio. Sendo indispensável a orientação desses profissionais sobre o convívio social, visando o equilíbrio da saúde mental dessas mulheres.	essa classe profissional.
Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal	Carneiro <i>et al.</i> , 2021.	Revelar as percepções dos profissionais de saúde sobre os desfechos dos cuidados com a mulher em situação de violência conjugal	Foram elucidados desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal, os quais estão organizados em duas categorias representativas: Propiciando o enfrentamento da violência conjugal a partir do fortalecimento da mulher e Comprometendo o enfrentamento da violência conjugal em razão do não cuidado, sendo essa última composta por duas subcategorias intituladas Vulnerabilizando a mulher para permanência na relação abusiva e Suscetibilizando a mulher para o adoecimento/morte	A oferta de uma assistência qualificada nos serviços impacta diretamente na vida das mulheres
Os desafios do Enfermeiro emergencista na assistência prestada as mulheres em	Jesus <i>et al.</i> , 2022.	Avaliação dos tantos desafios que os profissionais de enfermagem que exercem suas	Foram encontrados 16 artigos e após uma leitura detalhada dos materiais selecionados	Constatou-se que o enfermeiro possui um significativo dever na luta

vivência de violência doméstica		funções nos serviços de emergência enfrentam ao atender as mulheres que vivenciam no dia a dia a violência doméstica	surgiram os seguintes subtópicos de análise: violência contra mulher: conceitos e tipo, evolução das medidas protetivas e das políticas públicas no combate à violência contra mulher, consequências vivência de violência à saúde da mulher e a rede de atendimento e o enfermeiro emergencista como instrumento de combate à violência contra mulher.	contra a violência doméstica, entretanto para essa atuação ser efetiva é necessário que ele possua habilidades para conseguir acolher essas mulheres de maneira completa e mais humanizada possível.
---------------------------------	--	--	---	--

Fonte: Própria autora.

5. DISCUSSÃO

Os homens que possuem um perfil machista e/ou agressivo e com a pandemia da covid-19 encontraram um momento de grande oportunidade para que pudessem impor suas vontades, fazendo com que suas parceiras se sentissem inferiores, fossem submissas aos mesmos, agredindo-as (VASCONCELOS *et al.*, 2021). Portanto, a necessidade do isolamento social fez com que o convívio com o agressor, elevasse o risco de a mulher sofrer algum tipo de agressão dentro da própria casa por agressão direta ou espancamento, muitos ainda utilizavam de perfuro cortantes, o que geravam ferimentos mais graves. (CARNEIRO *et al.*, 2022).

A pandemia da covid-19 afetou a mulher vítima de violência de todas as formas, suas necessidades fisiológicas, autoestima, afeto, relacionamento e segurança. O isolamento social contribuiu para que aumentasse de forma espantosa a violência doméstica em vários países. Percebe-se que durante o período pandêmico os boletins de ocorrência tiveram uma diminuição, porém, os feminicídios e homicídios tiveram um grande aumento, fazendo com que ficassem visível a necessidade de estabelecer estratégias para que essas mulheres vítimas de violência tivessem acesso aos serviços de ajuda a mulher vítima de violência doméstica (SOUSA *et al.*, 2021).

Os serviços de atendimento adotaram meios para que as mulheres vítimas de violência pudessem fazer suas denúncias, por meio de linha telefônica ou internet. Os serviços de linha telefônica compartilharam números e aplicativos gratuitos para celulares smartphones, e na internet foram divulgadas páginas eletrônicas com informações de como fazer as denúncias da violência. Esses serviços monitoravam medidas protetivas de urgência e captavam informações das mulheres vítimas para ser repassado ao serviço especializado para o enfrentamento desse problema (FORNARI *et al.*, 2021).

A violência doméstica contra a mulher não teve seu início devido a pandemia da covid-19, são causadas por fatores socioeconômicos, desigualdade de gênero, entre outros, porém, o isolamento social imposto pela pandemia contribuiu para que essas mulheres ficassem mais expostas à seus agressores em domicílio, e muitas vezes manipuladas psicologicamente, sendo impedidas de conversar com os familiares, controladas na questão financeira, e por ter mais pessoas em casa acabam ficando sobrecarregadas o que acaba servindo de gatilho para o comportamento violento do agressor (BARBOSA *et al.*, 2021; VIEIRA *et al.*, 2020).

Assim que uma mulher procura a unidade de atendimento, o profissional enfermeiro utiliza-se da anamnese, uma ferramenta que vai apontar aspectos relevantes para conseguir encontrar pessoas próximas a vítima que vão poder contribuir, em alguma situação com as intervenções que forem realizadas, material ou serviço. Qualquer rede de apoio será muito importante para o tratamento, auxiliando no emocional da paciente. O profissional deve incentivar e direcionar a mulher para todos os tratamentos ofertados na rede (ARBOIT *et al.*, 2017).

Por outro lado, a desinformação de alguns dos profissionais de enfermagem no que se refere a indícios característicos da violência sexual favorece a subnotificação dos casos fazendo com que a vítima não consiga dar seguimento nos serviços de saúde prejudicando a conta referência (SANTOS *et al.*, 2018).

Percebe-se que há uma necessidade de treinamento e conhecimento muito grande para o enfrentamento da violência contra a mulher, é necessário que os serviços de saúde invistam mais em métodos de comunicação, em ambientes mais seguros, em capacitação, visto que, grande parte dos profissionais enfermeiros encontram dificuldades em lidar com mulheres vítimas de violência doméstica, e isso tem acarretado e interferido no atendimento humanizado, acolhedor, no fortalecimento da confiança entre ambas as partes perfazendo no constrangimento em ao abordar o assunto (FRANCO *et al.*, 2022).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo corrobora a importância do conhecimento de enfermeiros frente ao acolhimento de enfermagem a mulher vítima de violência, no entanto, os profissionais de enfermagem, na grande maioria, possuem dificuldades, falta de conhecimento e despreparo para abordar a mulher vítima de violência doméstica e realizar atendimento acolhedor e humano.

Foi observado que há uma necessidade de capacitação não só de enfermeiros, mas sim da equipe multidisciplinar para dar seguimento no acompanhamento da paciente na rede de forma integrada, garantindo melhores posturas assertivas, dando autonomia para que essa mulher possa enfrentar a opressão sofrida.

7. REFERÊNCIAS

ANJOS, C. S. A.; SILVA, L. B. Atuação do profissional de enfermagem no cuidado a mulher vítima de violência sexual: revisão integrativa. **GEPNEWS**, Maceió, v. 5, n. 1, p. 9-12, jan./mar. 2021.

ARAÚJO, D. L.; BARBOSA, T. A.; COIMBRA, N. X.; COSTA, C. S. C. Violência doméstica na gestação: aspectos e complicações para mulher e o feto. **Rev Cient Esc Estadual Saúde Pública Goiás “Candido Santiago”**, v. 6, n. 1, p. 64-76, 2020.

ARBOIT, J.; PADOIN, S. M. M.; VIEIRA, L. B.; PAULA, C. C.; COSTA, M.C.; CORTES, L.F. Atenção à saúde de mulheres em situação de violência: desarticulação dos profissionais

em rede. **Rev. Esc. Enferm USP**, v. 51, 2017. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2016113303207> Acesso em: 9 set. 2022.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

BARBOSA, J. P. M.; LIMA, R. C. D.; SANTOS, G. B. M.; LANNA, S. D.; ANDRADE, M. A. C. Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 30, n. 2, e200367, 2021.

CAMPBELL, A. M. An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. **Forensic Science International Reports**, v. 2, p. 100089, 2020. DOI: 10.1016/j.fsir.2020.100089. Epub 2020 Apr 12. PMCID: PMC7152912.

CARNEIRO, J. B.; GOMES, N. P.; ALMEIDA, L. C.; CAMPOS, L. M.; MAGALHÃES, J. R.; LÍRIO, J. G. S.; VIRGENS, I. R.; COSTA, D. S. G. Revelando desfechos do cuidado com a mulher em situação de violência conjugal. **Acta Paul Enferm.**, v. 34, 2021.

CARNEIRO, L. V.; SILVA, V. P. O.; SILVA, L. H.; VALENÇA, A. M. G.; SAMPAIO, J.; COELHO, H. F. C. O estado da arte da pesquisa acerca da violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e7211124458-e7211124458, 2022. Disponível: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24458>. Acesso em: 9 set. 2022.

CHEFFER, M. H.; VALÉRIO, C. M.; VARELLA, B. S.; SHIBUKAWA, B. M. C.; OLIVEIRA, R. B. S. R.; TASCA, A. C.; HIGARASHI, I. H. Assistência de enfermagem prestada a vítimas de violência doméstica em unidades de pronto atendimento. **Rev. Enferm. Atual In Derme** v. 95, n. 35, 2021.

DELMORO, I. C. L.; VILELA, S. C. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Rev. Enferm. Atual In Derme** v. 96, n. 38, 2022.

DELZIOVO, C. R.; COELHO, E. B. S.; D'ORSI, E.; LINDNER, S. R. Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 1, n. 2, p. 20-24, 2018.

FORNARI, L. F.; MENEGATTI, M. S.; LOURENÇO, R. G.; SANTOS, D. L. A.; OLIVEIRA, R. N. G.; FONSECA, R. M. G. S. Violência contra a mulher no início da pandemia da covid-19: o discurso das mídias digitais. **Rev Bras Enferm.**, v. 25, p. 1-10, 2021.

FRANCO, J. M.; LOURENÇO, R. G. Assistência de enfermagem prestada às mulheres em situação de violência em serviços de emergência. **Rev. Eletr. Enferm.**, v. 24, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/68266/37871>. Acesso em: 9 set. 2022.

JESUS, A. S.; SILVA, R. M. S.; SALES, A. S. G.; QUIRINO, C. T. A. Os desafios do enfermeiro emergencista na assistência prestada as mulheres em vivência de violência doméstica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 8, n. 5, p. 1499-1520, maio 2022.

LEITE, P. M. G.; MATOS, P. G. C.; LIMA, F.A.; SANTANA, D.; MORAIS, A. L. J.; GONÇALVES, W. M. S.; ANDRADE, A. F. S. M.; SILVA, M. C.; TORRES, R. C.; AZEVEDO, M. V. C.; BARROS, A. M. M. S.; HORA, A. B.; CALASANS, T. A. S. Atuação do enfermeiro na atenção básica frente a mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e39911326728, 2022.

MARQUES, E. S.; MORAES, C. L.; HASSELMANN, M.H.; DESLANDES, S. F.; REICHENHEIM, M. E. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cad Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. e00074420, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00074420>

MACHADO, L. P.; FREITAG V. L. Nursing care for a woman victim of sexual violence: An integrative literature review. **RSD**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12595>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PONTES, A. F.; SILVA, B.C.; RODRIGUES, N. A.; DEODORO, M. F. P.; RIBEIRO, F. A.; SOUZA, M. E. P.; ALBUQUERQUE, M. L. M.; CABRAL, M. G. O.; COELHO, R. T.; BARROS, N. H. C.; SILVA, M. N. C.; FREITAS, J. O. S.; BRAGA, I. S. R.; LUCENA, M. C. I.; ANDRADE, A. R. L. Papel da enfermagem na prevenção ao feminicídio. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e471101321350, 2021.

REIGADA, C. L. L.; SMIDERLE, C. A. S. L. Atenção à saúde da mulher durante a pandemia covid-19: orientações para o trabalho na APS. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade**, v. 16, n. 43, p. 2535, 2021. Disponível: [http://doi.org/10.5712/rbmfc16\(43\)2535](http://doi.org/10.5712/rbmfc16(43)2535). Acesso em: 21 ago. 2022.

SANTOS, S. C.; BARROS, P. A.; DELGADO, R. F. A.; SILVA, L. V. L.; CARVALHO, V. P. S.; ALEXANDRE, A. C. S. Violência contra a mulher: como os profissionais na atenção primária à saúde estão enfrentando esta realidade? **Revista Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 359-368, 2018.

SANTOS, D. G.; SANTOS, E. K.; AUED, G. K.; SOUTO, R. Q.; BORDIGNON, J. S.; BACKES, M. T. Assistência de enfermagem às mulheres em situação de violência durante a pandemia da covid-19. **Enferm Foco**, v. 12, n. 6, p. 1106-1112, 2021.

SOUSA, A. R.; ESTRELA, F. M.; SILVA, A. F.; MAGALHÃES, J. R. F.; OLIVEIRA, M. A. S.; LOUREIRO, A. K. N. S. Violência conjugal e prática assistencial por níveis de atenção à saúde: discurso de enfermeiras. **Cogitare enferm**, v. 26, p. e74083, 2021.

SOUSA, L. M. M.; VIEIRA, C. M. A. M.; SEVERINO, S. S. P.; ANTUNES, A. V. A Metodologia de Revisão Integrativa da Literatura em Enfermagem. *Revista Investigação em Enfermagem*. **Revista Investigação em Enfermagem**, v. 17, 2017.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v.8, p. 102-106, 2010.

VASCONCELOS, V. M.; VIANA, B. A.; FARIAS, I. C. Impactos da pandemia covid-19 nos casos de violência doméstica contra mulheres. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 60, dez. 2021.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. Bras. Epidemiol**, v. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>. Acesso em: 10 ago. 2022.

UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS ANTES E DURANTE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO–MG¹

Beatriz Campos Damasceno²
Adriana Rogeri Franco³

RESUMO

A Covid-19 impactou toda a população mundial, inclusive as contas públicas, que tiveram suas arrecadações e destinações modificadas, por se tratar de um cenário inesperado. A presente pesquisa teve como objetivo, verificar as alterações sofridas nas receitas e despesas durante o período pandêmico no município de São Sebastião do Paraíso. Desta forma, os objetivos específicos almejavam: levantar as receitas e despesas nos anos de 2018 a 2021 no município estudado; identificar a arrecadação e destinação dos recursos feitos pela administração municipal; verificar as mudanças nas receitas e despesas públicas durante o período determinado. A metodologia da pesquisa, de caráter qualitativa e quantitativa, se formou por meio de estudo de caso, que reuniu dados para análise através de relatórios disponibilizados pelo portal da transparência os quais pôde ser acessada no site da prefeitura do município de São Sebastião do Paraíso, MG.

Palavras-chave: Orçamento Público. Finanças Públicas. Receita e Despesa. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública pode ser entendida como, a união de funções que visam garantir os interesses da sociedade através da realização de serviço pautado por normas e leis com o objetivo de alcançar o bem comum (ARAÚJO E ARRUDA, 2009).

Diante disso, de acordo com Andrade (2008), se a administração pública é feita para a sociedade, todos têm direito igual sobre as informações e acontecimentos que sejam de assunto público.

Com relação ao acesso às informações é importante se preocupar com as contas pública, principalmente com a pandemia da Covid-19 onde as mudanças foram relevantes, já que o Estado não estava preparado para tamanho desfalque financeiro, surgiram novas despesas enquanto as receitas tiveram que ser realocadas para suprir necessidades que antes não eram presentes.

Diante do cenário apresentado, com o intuito de entender o impacto da Covid-19 em relação aos cofres públicos é proposto o seguinte problema de pesquisa: **Qual o comportamento da receita e despesa antes e durante pandemia no município de São Sebastião do Paraíso?**

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o desempenho da receita e despesa antes e durante pandemia entre os anos de 2018 a 2021 no município de São Sebastião do Paraíso. E os objetivos específicos foram: verificar arrecadação e destinação dos recursos do município; analisar por meio das contas orçamentárias qual a diferença entre os anos que seguiram,

¹ Artigo submetido em 17/10/2022, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, em 05/07/2022.

² Beatriz Campos Damasceno. Graduanda em Ciências Contábeis pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: biiacampos21@gmail.com.br.

³ Adriana Rogeri Franco. Mestre em Ciências. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: adrianafranco@libertas.edu.br.

anteriormente e durante pandemia; comparar os dados coletados; reconhecer o que mudou na receita e despesa com a presença da pandemia.

O estudo é pertinente pois apresentou um assunto atual de uma situação ainda presente, que está afetando e sendo sentida pelo mundo todo, e se faz relevante pois demonstra a forma como os recursos públicos estão sendo gerados e aplicados e conseqüentemente promovendo a transparência das informações na gestão pública.

Após esta introdução, seguiu-se o referencial teórico, onde foi abordado em primeiro momento como a pandemia da Covid-19 afetou a sociedade, e como esse contexto pandêmico afetou as finanças públicas. Em seguida foram descritas receita pública e despesa pública, e como elas se desenvolvem dentro da economia pública. Imediatamente foi apresentada a metodologia, que detalhou que a pesquisa foi realizada por meio de análise documental e estudo de caso. Por fim, foram registradas as considerações finais e as referências, apresentando os autores utilizados na realização do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Covid-19 e as finanças públicas

Conforme Belmonte; Martinez e Maranhão (2020), o atual vírus batizado de SarsCov-2, popularmente conhecido como coronavírus, teve seu primeiro caso detectado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China, que através de pesquisas foi identificado que sua transmissão para humanos teve início através do pangolim, um animal idêntico ao tatu, ameaçado de extinção.

A pandemia provocada pelo coronavírus atingiu a população mundial inesperadamente e com isso as crises na saúde e na economia eram inevitáveis.

Os impactos econômicos que inicial e supostamente ficariam restritos a poucos países rapidamente se estenderam para todos os continentes e atingiram severamente tanto os mercados reais quanto os financeiros globais. A economia mundial passou a caminhar rumo a uma grave recessão, com perspectiva de uma forte retração do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, queda da renda e aumento do desemprego. (SESSA et al., 2020, p.41).

Destaca-se que “A deflagração da pandemia da Covid-19 pontuou a economia brasileira em 2020, assim como as finanças públicas. A prescrição de isolamento social levou a uma acentuada retração da atividade econômica, com repercussões sobre a arrecadação tributária” (MORA, 2021, p.2).

A ocorrência de catástrofes tende a atingir os cofres públicos que muitas das vezes não têm reservas para passar por essas situações, dessa forma algumas atitudes precisam de mudanças para que o orçamento se adeque aos gastos inesperados, como explanado no Art.65, Lei Complementar nº 101/2000.

Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - Serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

II - Serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

Tais adaptações na legislação são fundamentais para atender as necessidades do ente público, para que possam cumprir com as obrigações dentro dos prazos estipulados.

2.2 Receita Pública

Conforme Brasil (2019), receita pública pode ser definida como arrecadação de haveres que agrega o capital total dos cofres públicos, e que por meio desses recursos a administração aplicará em melhorias para suprir as necessidades do município e da sociedade.

Andrade (2008) complementa que o recurso público é o recebimento monetário ou de bem representativo de valor, que o Estado tem direito legal, ou seja, amparado por lei, de receber esses fundos. As receitas podem ser consideradas em orçamentária e extraorçamentária.

As receitas orçamentárias são arrecadações previstas, esperadas pelos cofres públicos. De acordo com Araújo e Arruda (2009, p. 82) “representam valores constantes do orçamento tais como tributos, rendas, transferências, alienações, amortizações de empréstimos concedidos e operações de crédito por prazos superiores a doze meses”.

Elas são divididas por categoria econômica, em receitas correntes que são recursos financeiros assíduos que adentram o caixa público, como a arrecadação de tributos, e as receitas de capital são recursos financeiros para cumprir o propósito do Estado, como a aquisição de empréstimo, afirma (BRASIL, 2019).

As receitas extraorçamentárias são recursos que não são de propriedade do poder público, cauções, finanças, depósitos para garantia, etc. Para Carvalho (2008, p. 243) “compreendem as entradas de caixa ou créditos de terceiros que o Estado tem a obrigação de devolução ou recolhimento”.

Para que ocorra a entrada de recurso nos cofres públicos, as receitas devem percorrer fases ou estágios para que sejam cumpridas normas e princípios legais, em concordância com (ANDRADE, 2008). Essas etapas são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

A previsão: Quando se trata de recurso público é necessário estar no controle das despesas e receitas para isso é necessário estimar valores, assim, a previsão do que se pretende receber anualmente das receitas do Estado se faz necessária. De acordo com Araújo e Arruda (2009, p.84) “indica a expectativa da receita por parte da Fazenda Pública, configurando-se no detalhamento do que se pretende arrecadar no exercício financeiro, com o objetivo de custear os serviços governamentais programados para o mesmo período”.

O lançamento: Em concordância com o artigo nº 53, da Lei nº 4.320/1964, o lançamento da receita pode ser entendido como, “o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.” São divididos em três lançamentos: direto ou de ofício, quando o valor arrecadado já é de conhecimento do Estado; por declaração, quando o valor cobrado é feito através de declarações preenchidas pelo contribuinte; por homologação, quando a contribuição é feita de forma subentendido, sem a supervisão direta das autoridades, acrescenta (ARAÚJO E ARRUDA, 2009).

A arrecadação: É quando o contribuinte quita seus compromissos para com o Estado, diante agentes arrecadadores oficiais (bancos, lotéricas, etc.), assim destaca (ALBUQUERQUE; FEIJÓ; MEDEIROS, 2008).

O recolhimento: Se caracteriza de acordo com Andrade (2008), o deslocamento do recurso dos contribuintes, esse ato realizado na etapa da arrecadação, com destino aos cofres públicos.

2.3 Despesa Pública

Cerqueira e Silva (2020), determinam que a despesa pública é a soma de gastos pelas entidades públicas para execução da política pública e assegurar de uma boa gestão dos serviços prestados à sociedade.

As despesas públicas são importantes para o cenário público, pois com elas fica evidenciado que os administradores estão buscando realizar melhorias para a população e estão preocupados com o desenvolvimento da sociedade, assim vale destacar que “a despesa é parte

integrante do orçamento público, ou seja, aquele em que se encontram classificadas todas as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais.” (ÁVILA, 2012, p.80).

O reconhecimento da despesa pública seguindo o cenário da receita é formada por orçamentária e extra orçamentária, conforme a Lei nº 4.320/1964.

As despesas orçamentárias de acordo com Araújo e Arruda (2009), correspondem as despesas que não acontecem sem a permissão legislativa e não são possíveis ser realizadas se não houver receita orçamentaria relativa. São categorizadas economicamente de duas formas: despesas correntes e de capital.

As despesas correntes podem ser compreendidas como as quais não cooperam diretamente para a agregação de capital e as despesas de capital que são classificadas como as quais colaboram diretamente para o aumento de capital do setor público, (CARVALHO, 2008).

Brasil (2019), aponta que despesas extra orçamentárias não integram o orçamento público e consecutivamente não necessitam de permissão legislativa para serem efetivas, fazem parte dos retornos ou pagamento da valores como depósitos, cauções, consignações, etc.

As etapas da despesa pública são caminhos usados para que a execução delas proporcionem eficiência, organização e diminuição de fraudes e erros, afirma Andrade (2008). Elas são divididas em duas etapas, que são o planejamento e a execução, conforme detalhado a seguir.

O planejamento das despesas pode ser entendido da seguinte forma:

- a) Fixação da despesa: Pode se entender como o planejamento orçamentário total que será usado pelos gestores públicos durante a gestão pública. (ANDRADE, 2008).
- b) Descentralização de créditos orçamentários: É necessário estimula a circulação dos valores públicos para atender toda a sociedade (BRASIL, 2019).
- c) Programação orçamentaria e financeira: Conciliar as aplicações com a as obrigações, nesse estágio vão ser definidos as prioridades juntamente com os pagamentos das despesas. (BEZERRA FILHO, 2008).

Araújo e Arruda (2009) descreve a execução das despesas, conforme abaixo:

- a) Empenho: Formalizar e garantir que determinado valor será quitado, cria para o poder público obrigação de pagamento.
- b) Empenho por estimativa: Quando não se sabe o montante da obrigação.
- c) Empenho global: Despesa a ser paga parcelada, se sabe o valor da obrigação.
- d) Empenho ordinário: O pagamento é efetuado e uma vez só, o valor é conhecido da despesa.
- e) Liquidação: Através de documentos que comprovam a existência da dívida é feita a liquidação com base em contrato, nota, etc.
- f) Pagamento: É última etapa onde ocorre a quitação da dívida e se encerra a atividade da despesa pública.

2.4 Estudos Anteriores

Essa pesquisa teve como intuito observar o comportamento das receitas e despesas antes e durante a pandemia da covid-19 no município de São Sebastião do Paraíso-MG. Ela foi baseada em outros trabalhos publicados, onde buscaram apresentar como essa doença impactou no orçamento público municipal de outras cidades brasileiras.

Quadro 1 - Estudos anteriores sobre o impacto da covid-19 nas contas públicas

AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS
Giehl (2021)	Comportamento Orçamentário Público no Primeiro Ano de Pandemia: Um Estudo das Receitas e Despesas do Município de Iporã do Oeste/SC no Ano de 2020	Analisar o comportamento das receitas e despesas do município de Iporã do Oeste/SC no ano de 2020.	Constatou - se que a evolução apresentada nos anos anteriores continuou, e que as receitas e despesas cresceram gradativamente e equilibrada.
Oliveira (2021)	Reflexo da Pandemia da Covid-19 nas Contas Públicas da Prefeitura de Cabeceiras do Paraguaçu-BA	Analisar o comportamento das receitas e despesas públicas da prefeitura de Cabeceiras do Paraguaçu no período que antecede a pandemia da Covid-19 (2019) e no período que iniciou a pandemia (2020).	Conclui-se que, apesar do impacto da covid-19 em todo o território nacional, o município de Cabeceiras do Paraguaçu estava capacidade para lidar com a pandemia, sendo possível com a entrada de recursos de outros entes e com a arrecadação de imposto. No entanto, as despesas foram maiores que a receita, causando um déficit em 2020 maior que no ano de 2019.
Carneiro (2021)	Impacto da Pandemia da Covid-19 nas Despesas Orçamentárias do Município de Dourados/MS	Verificar se os custos com a pandemia do novo coronavírus causou impacto no atendimento das despesas orçamentárias do município, de forma que comprometesse a prestação de serviços básicos à população de Dourados/MS, no exercício de 2020.	Pode- se afirmar que, a pandemia não interferiu nas contas do município, sendo assim, não havendo objeções para que os serviços básicos não fossem realizados normalmente.
Silva (2022)	Reflexos Econômicos da Pandemia do Covid-19 na Arrecadação Municipal: O Caso de São Felipe-BA	Analisar quais foram os reflexos econômicos da pandemia do COVID-19 na arrecadação municipal de São Felipe-Ba.	Notou- se que o ano de 2021 houve maior arrecadação que em 2019, pelo fato do município ter recebido recurso para o combate a pandemia, e por ter sido um ano de grande crescimento econômico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O estudo de Giehl (2021) foi realizado comparando a receita e as despesas de 2020 com as dos anos de 2015 a 2019 a partir de uma análise horizontal e vertical. Observou-se que, em comparação com 2019 maior parte das receitas correntes vinha das receitas tributárias, e as maiores despesas procediam dos gastos com pessoal e despesas correntes. Deduziu-se assim que, as receitas e despesas continuou com crescimento gradativo igual aos outros anos.

A pesquisa apresentada por Oliveira (2021), explorou o balanço orçamentário dos anos de 2019 e 2020, por onde realizou a análise das receitas e despesas correntes e de capital de ambas. Dessa forma descobriu-se que, as previsões de arrecadações correntes foram maiores em 2020 vindas principalmente de outros entes governamentais, impostos e tributos o que significou movimento na economia, e houve queda nas previsões de arrecadações de capital o que indicou menos contratação de empréstimos. Houve variação aumentativa na contas de outra receitas correntes de 2019 para 2020, no entanto, no mesmo período as transferências de capital tiveram uma variação diminutiva. Nas despesas houve variação aumentativa na conta de despesas correntes, e variação diminutiva na conta de amortização de dívida.

Carneiro (2021) utilizou para produzir sua pesquisa as contas de, despesas correntes, despesas de capital e reserva de contingência, confrontando o montantes dos anos de 2018, 2019

e 2020. A resposta final que se teve foi que, as contas mantiveram-se similar durante os períodos mencionados.

Para a análise de Silva (2022), foi usado como fonte de dados as receitas orçamentárias, as contas de receita corrente e de capital, dos anos de 2019 a 2021, onde foram confrontadas de forma individual e geral. Deu-se o seguinte resultado, as receitas de capital diminuíram, mas no orçamento geral aumentou entre 2019 e 2021. Nas arrecadações municipais, as receitas patrimoniais tiveram aumento e as de transferências de capital diminuiu. No ano de 2021, as receitas totais realizadas aumentaram em relação ao ano de 2019, o que indica que mesmo com a pandemia as arrecadações em 2021 superaram as de 2019.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação e tipologia

Para a pesquisa foi realizado um estudo de caráter qualitativo e quantitativo, que examinou as contas públicas no município de São Sebastião do Paraíso- MG.

“Nos métodos quantitativos, faz-se a coleta de dados quantitativos ou numéricos por meio do uso de medições de grandezas e obtém-se por meio da metrologia, números com suas respectivas unidades.” (PEREIRA, et al., 2018, p. 69).

A pesquisa qualitativa preocupa-se, com a interpretação e descrição em relação ao objeto ou dado estudado, criando hipóteses sobre o comportamento de tal fato, conforme explica Gerhardt e Silveira (2009).

As pesquisas quantitativos e qualitativos por serem métodos diferentes, quando são aplicados juntos para a realização da pesquisa apresenta um trabalho com maior fundamentação científica, afirma (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

De acordo com Pereira (et al., 2018), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo mais detalhado sobre algum caso de caráter único que se destaca. O autor acrescenta, “que este tipo de estudo pode trazer uma riqueza de dados e informações de modo a contribuir com o saber na área de conhecimentos na qual for utilizada.” (PEREIRA, et al., 2018 p.65).

O trabalho contou também com uma análise documental, que para a realização do estudo é por onde se origina a informação presente na produção de uma pesquisa, assim Lima et al. (2021) descreve a análise documental como um processo utilizado como caminho para se obter conhecimento e entendimento de determinado assunto.

Uma análise documental bem desenvolvida, necessita de um tempo para ser concluída, pois os documentos utilizados são escolhidos através de leitura e identificação com o assunto a ser tratado, desse modo para que o trabalho fique completo os documentos precisam ser cuidadosamente escolhidos conforme expressa (ALVES et al., 2021, apud Evangelista, 2012, p. 8).

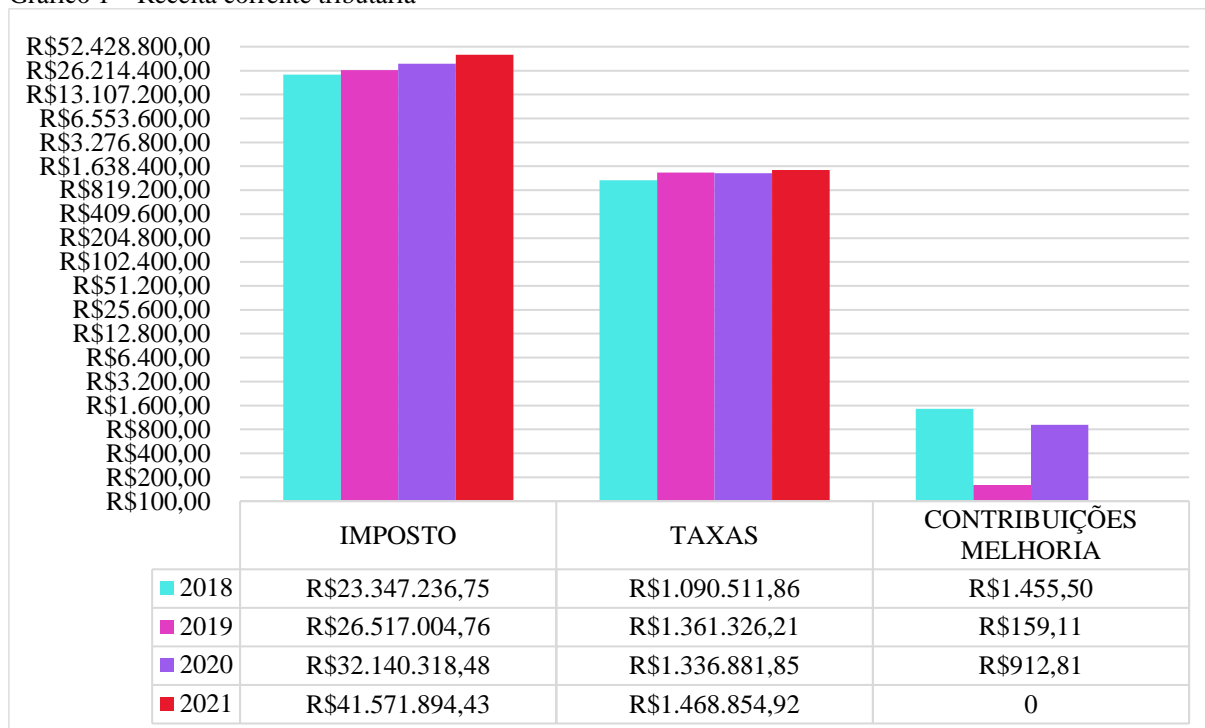
3.1.1 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada pela análise dos relatórios, disponibilizados no site do município de São Sebastião do Paraíso que seguiu o Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Brasil, 2000), que dita que todos os pareceres, prestação de contas, orçamento, etc., devem ser divulgadas de forma que toda a sociedade tenha acesso. Foram usados os relatórios de 2018 a 2021, referente ao período sem o coronavírus, quando iniciou, o ápice e a diminuição do contágio causada pela doença. Esses dados foram organizados e relacionados em planilhas no programa da Microsoft Office Excel 2013 e posteriormente convertidos em gráficos dentro do mesmo programa.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise de dados foi feita através do levantamento das receitas e despesas divulgadas no portal de transparência do município de São Sebastião do Paraíso dentre os anos de 2018 a 2021. Os resultados do artigo foram apresentados no decorrer da seção.

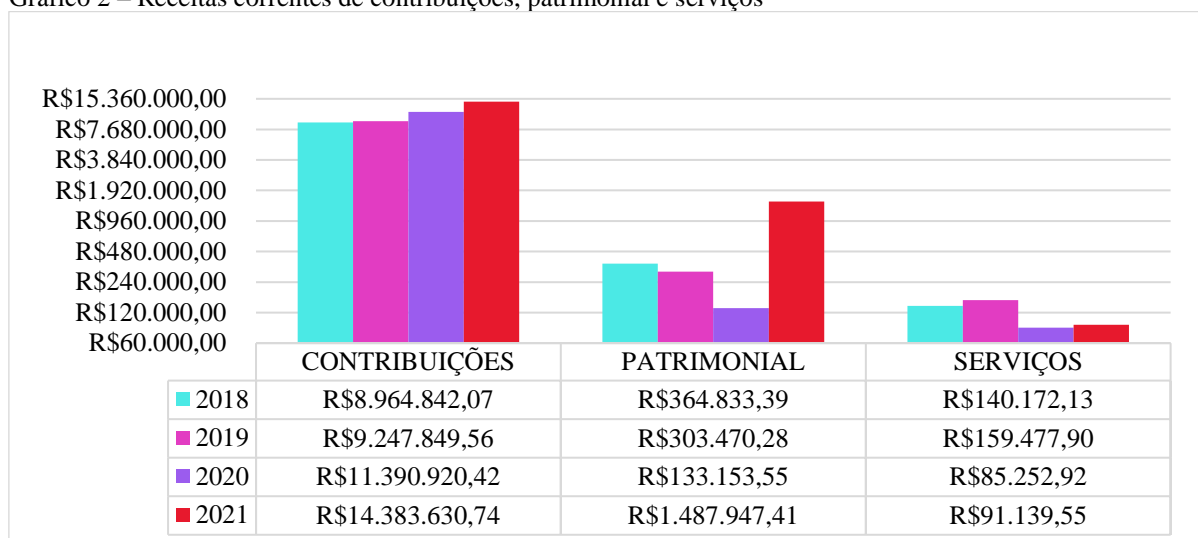
Gráfico 1 – Receita corrente tributária



Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos balanços orçamentários.

As receitas tributárias conforme Kahoma (2016) compreende por impostos, taxas e contribuições de melhoria, e pode ser entendida como a cobrança paga pelo contribuinte pela existência do fato gerador, ou seja, a execução de sua atividade, posse de propriedade, renda e benefícios recebidos do Estado. Nota-se que dentre os três tipos de tributos, os impostos e taxas houve aumento dentre os anos, destacando os impostos que de 2019 para 2020 arrecadou mais de R\$ 5.600.000,00 e de 2020 para 2021 aumentou R\$ 9.431.575,95, enfatizando que são arrecadações que não foram afetadas pela covid-19. As contribuições de melhorias houve uma queda em 2019, um aumento em 2020 e não teve arrecadação no ano de 2021, isso aconteceu pelo fato de ser uma arrecadação destinada a valorização imobiliária, que vivendo em um período pandêmico não é uma prioridade do município.

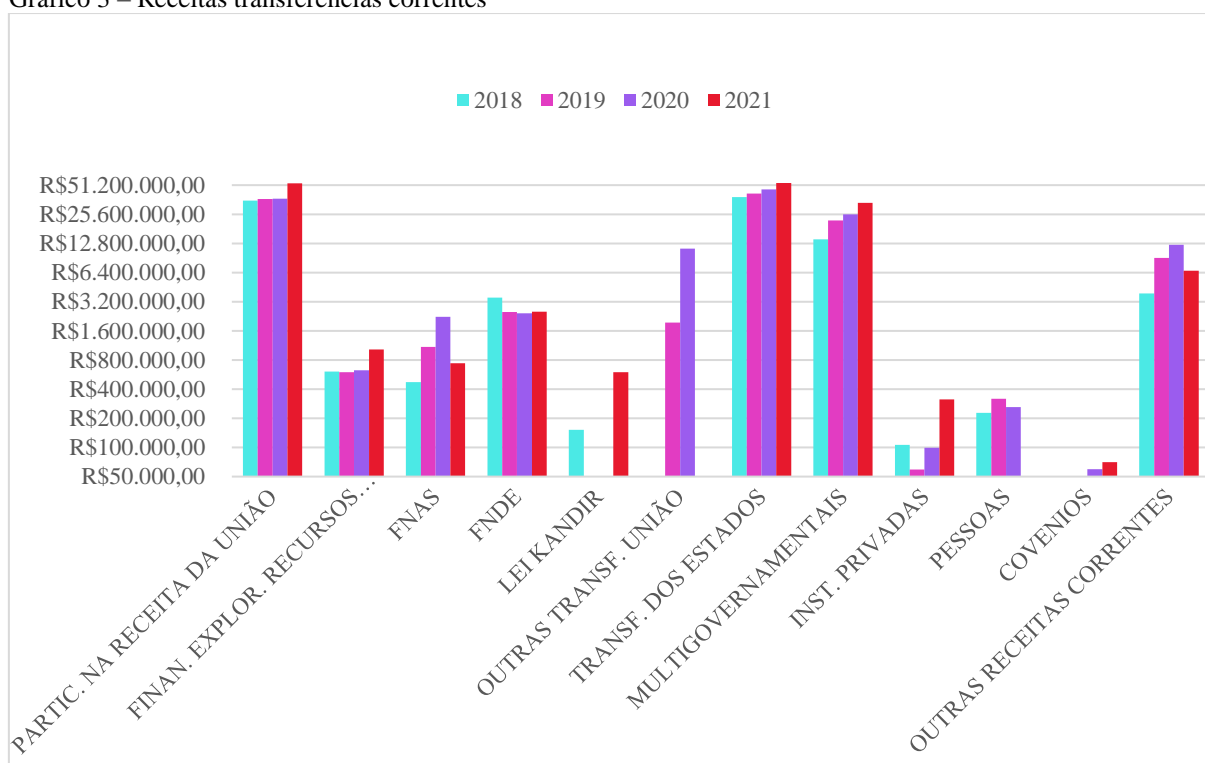
Gráfico 2 – Receitas correntes de contribuições, patrimonial e serviços



Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos balanços orçamentários.

Segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008) as receitas de contribuições podem ser entendidas como arrecadações destinadas a seguridade social, como a previdência social. As patrimoniais são recurso que vem de rendas do ativo permanente, como aluguel de algum imóvel de posse do município. Receita de serviço estão atreladas a prestação de serviço disponibilizadas pelo município, como o transporte público. As receitas de contribuições dentre os quatros anos mantiveram-se em crescimento, com maior recebimento nos anos de 2020 e 2021. A receita patrimonial houve queda gradativa de 2018 a 2020, já no ano de 2021 teve um crescimento surpreendente de R\$ 1.354.793,86 de 2020 para 2021, período que a estabilidade estava voltando. Nos serviços não foi diferente, no ano de 2019 a receita estava em R\$ 159.477,90, em 2020 período crítico da pandemia, passou para R\$ 85.252,92 e no ano de 2021 quando as coisas começaram a se normalizar arrecadou R\$ 91.139,55.

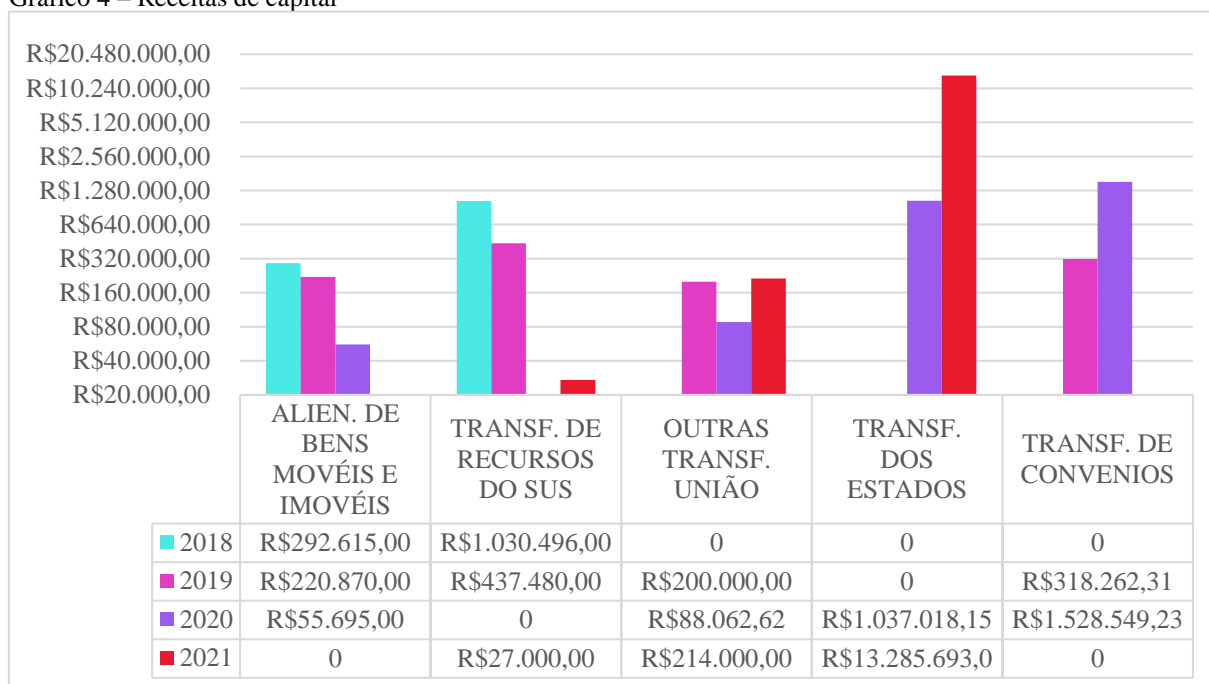
Gráfico 3 – Receitas transferências correntes



Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos balanços orçamentários.

Pode -se entender que as transferências correntes como recebimentos de outras pessoas, público ou privado, sem exigência de contraprestação, que esteja vinculado em despesas correntes, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021). As contas de participação na receita da união, transferências dos estados e receitas multigovernamentais manteve dentre os anos um crescimento linear destacando um aumento maior no ano de 2021. A arrecadação que mais chamou a atenção foi as outras transferências da união que recebeu recurso apenas nos anos de 2019 com R\$ 1.950.480,01 e 2020 com R\$ 11.329.998,15, ano de início e maior pico de casos do covid-19. As demais contas tiveram variações irregulares dentre os anos até mesmo antes da pandemia não podemos confirmar que está relacionado ao covid-19.

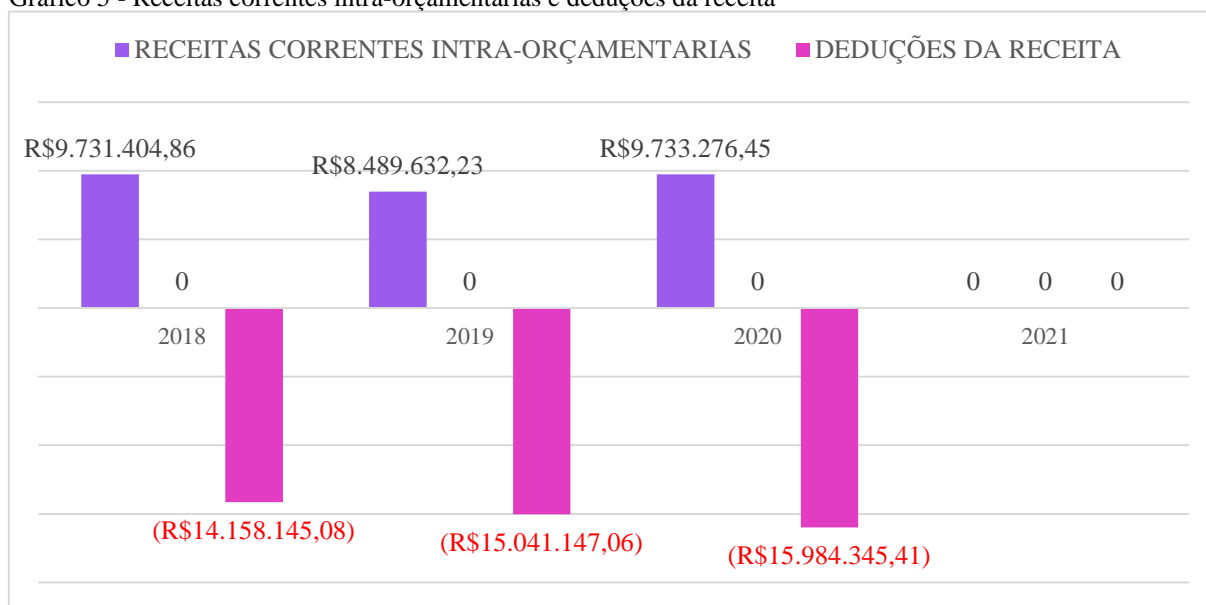
Gráfico 4 – Receitas de capital



Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos balanços orçamentários.

Conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021, p. 42) a receita de capital pode ser compreendida como “recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.”, como os empréstimos e transferência para investimento. Podemos perceber que as contas de alienação de bens, transferências de recursos do sus e outras transferências da união não ocorreu grandes variações dentre os anos, ao contrário das transferências dos estados que não teve movimentação nos anos de 2018 e 2019, mas no ano de 2020 arrecadou R\$ 1.037.018,15 e em 2021 obteve R\$ 13.285.693,00 e as transferências de convênios que em 2018 e 2021 não teve entrada de recurso em contrapartida houve em 2019 com R\$ 318.262,31 e 2020 com R\$ 1.528.549,23.

Gráfico 5 - Receitas correntes intra-orçamentárias e deduções da receita



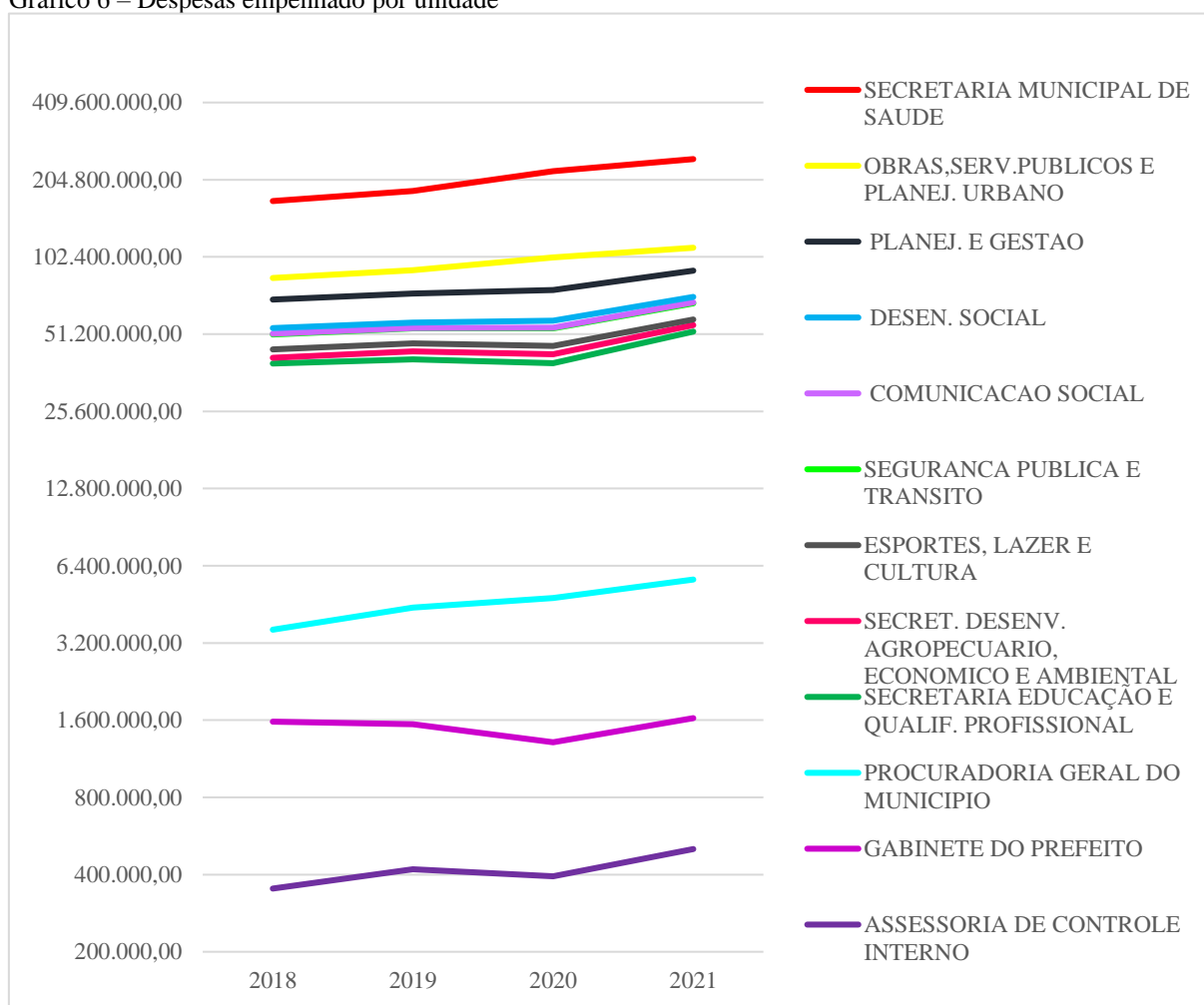
Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos balanços orçamentários.

As receitas correntes intra-orçamentárias de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021) são arrecadações que vem de órgão, autarquias, entidades, fundações, etc., quando a origem do recurso ser a realização das despesas dos mesmo. Como foi demonstrado não teve grandes oscilações dentre os anos de 2018 para 2019 diminuiu R\$ 1.241.772,63 e de 2019 para 2020 cresceu R\$ 1.243.644,22 e no ano de 2021 não houve nenhuma entrada de recurso.

Com relação as deduções da receita, Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008) afirma que são recursos que o ente arrecada, mas não lhe pertence, sendo assim, não podem ser destinados em programas ou ações do governo, como exemplo podemos exemplificar um imposto recebido a maior ou indevidamente. As contas inerentes as devoluções das receitas foram especificamente as deduções fundeb e as outras deduções das receitas. As deduções fundeb obteve crescimento do ano de 2018 a 2019 de R\$ 890.663,40, e de 2019 para 2020 de R\$ 939.628,68, as outras deduções da receita teve queda de R\$ 7.661,42 de 2018 para 2019, e do ano de 2019 para 2020 obteve um aumento de R\$ 3.569,67. No ano de 2021 não ocorreu devoluções.

Para a análise das despesas foi levado em consideração as unidades administrativas do município, classificado como órgão que segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008, p. 291) “é o nível institucional que, a título de subordinação ou supervisão, agrega determinadas unidades orçamentárias e unidades administrativas.”

Gráfico 6 – Despesas empenhado por unidade



Fonte: Elaborado pelo autor com dados no relatório de despesa por unidade.

Como demonstrado no Gráfico 6, todos os órgãos apresentaram aumento em algum momento no consumo de recurso público dentre os anos estudados, no entanto, algumas unidades tiveram uma queda no ano de 2020, quando se teve início o período da pandemia do coronavírus.

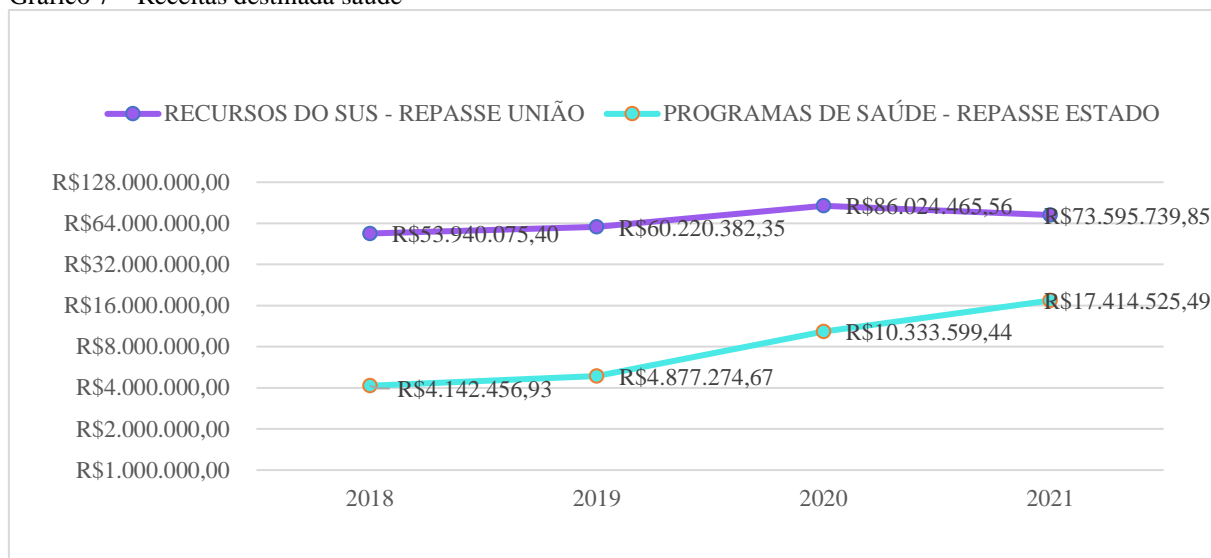
A secretária municipal de saúde foi a que mais se destacou, principalmente no ano de 2021 consumindo um montante de R\$ 135.270.901,16, em confronto com 2019 e 2020 que utilizaram um total de R\$ 94.103.347,76 e R\$ 119.111.439,80 respectivamente. O que desencadeou tal realidade foi a necessidade de mais recurso para que o município oferecesse os seus serviços com qualidade.

Os departamentos de obra, segurança pública e de trânsito, planejamento e gestão, desenvolvimento e comunicação social, esporte, lazer e cultura e as secretarias de educação, qualificação agropecuário, econômico e ambiental, dentre os anos de 2018 e 2020 manteve constância em seus gastos notando crescimento a partir do ano de 2021 que foi de R\$ 105.538.738,38 em comparação com o ano anterior que foi de R\$ 97.234.546,73 resultando em uma diferença de R\$ 8.304.191,65.

As demais unidades, como procuradoria geral do município continuaram em crescimento dentre os quatro anos pesquisados, um aumento em média de R\$ 660.000,00 por ano. O gabinete do prefeito teve queda entre os anos de 2018 e 2020, no ano de 2018 para 2019 foi de R\$ 106.153,55 e de 2019 para 2020 um total de R\$ 203.954,94. A assessoria de controle interno diminuiu as despesas entre os anos de 2019 e 2020, uma quantia de R\$ 25.940,77.

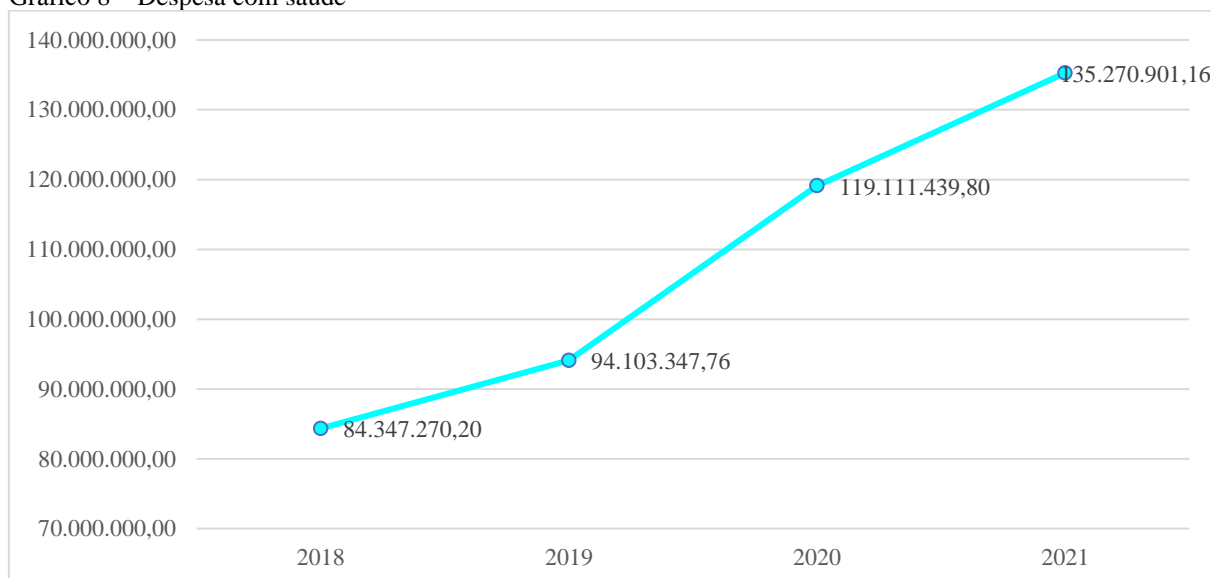
Como a pandemia da Covid-19 foi a eventualidade que instigou a realização dessa pesquisa, foi destacado as receitas e despesas usados especificamente para o enfrentamento dessa doença pelo município.

Gráfico 7 – Receitas destinada saúde



Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos balanços orçamentários.

Gráfico 8 – Despesa com saúde



Fonte: Elaborado pelo autor com dados dos relatórios de despesas por unidade.

Os recursos e as despesas referentes a área da saúde no período pandêmico são os que mais sofreram alterações dentre os anos, pois durante o período pandêmico foi decretado diante da Lei 14.041/2020, apoio financeiro da União para diminuir a crise econômica que se implantou por consequência da covid-19. Com o cenário que estávamos vivendo era impossível uma tomada de decisão diferente, pois a necessidade de amparar financeiramente o setor da saúde era imprescindível, conforme Costa, Lobato e Rizzotto (2020) o Sistema Único de Saúde (SUS) apesar da precariedade vivida diariamente em todo o país, foi a única opção que a nação teve para enfrentar a covid-19 e evitar maiores números de morte. É notório o salto de arrecadação que se deu do ano de 2019 para 2020, quando se teve os primeiros casos do coronavírus, os recursos do sus teve um aumento de R\$ 25.804.083,21 e os programas de saúde cresceram R\$ 5.456.324,77. Com relação as despesas não foram diferentes de 2019 para 2020

ocorreu um aumento de R\$ 25.008.092,04 e de 2020 para 2021 um acréscimo de R\$ 16.159.461,36.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como finalidade investigar se a pandemia da covid-19 impactou nas contas de receita e despesa no município de São Sebastião do Paraíso-MG. O trabalho buscou analisar e comparar as receitas orçamentárias anuais e as despesas anuais por unidade dos anos de 2018 a 2021, antes e durante pandemia.

Conforme análise realizada, as receitas e as despesas em sua totalidade tiveram aumento em todos os anos estudados, porém, esse crescimento não ocorreu de forma homogênea, havendo aumento em determinadas contas, e em outras ocorrendo queda ou nenhuma arrecadação.

Estudando as receitas orçamentárias, mais precisamente as contas individuais podemos destacar as contas de impostos e taxas que mantiveram o crescimento dentre os anos, já as contribuições de melhorias variaram entre os anos com queda em 2019, aumento em 2020 e não teve nenhuma arrecadação em 2021, assim não podemos relacionar a pandemia a essas mudanças. As receitas de serviços estão diretamente ligadas a população, assim nos anos de 2020 e 2021, quando ocorreu o lockdown por conta da covid-19, o reflexo foi evidente, diminuindo assim a arrecadação. As contas de participação na receita da união, transferências dos estados, receitas multigovernamentais e transferências da união tiveram aumento no ano de 2021, assim como as contas de transferências do estado e de convênios, essas que receberam as verbas de apoio contra a crise financeira estabelecido pela Lei 14.041/2020. A receita corrente intra-orçamentária teve oscilações dentre os anos de 2018 e 2020 e em 2021 não houve arrecadação, assim não relacionamos a pandemia.

Avaliando as despesas, as unidades que desde o primeiro ano estudado exigiu mais dinheiro público foram os departamentos de obras, serviços públicos e planejamento urbano, desenvolvimento social, comunicação social, segurança pública e de trânsito, esporte, lazer e cultura, secretaria de desenvolvimento agropecuário, ambiental e econômico, educação e qualificação, planejamento e gestão. Do ano de 2018 a 2020 tiveram uma estabilidade de gasto habitual, com um aumento um pouco maior no ano de 2021. Os departamentos da procuradoria geral do município, gabinete de prefeito e assessoria de controle interno ao contrário das outras unidades demanda menos recurso do orçamento público, assim, o gabinete do prefeito e a assessoria de controle interno variaram antes e na pandemia com um aumento maior em 2021, já a procuradoria geral do município dentre os anos de 2018 e 2021 sempre esteve em crescimento. A secretária municipal de saúde dentro dos anos estudados sempre foi o a unidade que mais exigiu recurso do município, porém teve um grande crescimento nos anos de 2020 e 2021 quando a covid-19 começou.

Podemos perceber com essa análise que, as mudanças na receita e despesa ocorreu de forma isolada apenas em algumas contas, que podem estar relacionadas ou não com a pandemia da covid-19. Com isso, conclui-se que, os objetivos desta pesquisa foram atingidos, assim como respondido o problema de pesquisa.

É proposto para uma pesquisa futura, a realização de um estudo detalhado nas alterações apenas nas receitas e despesa na área da saúde do município, para verificar de forma detalhada as alterações que possam ter ocorrido.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. M.; MEDEIROS, M. B.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de finanças públicas**. 2.ed. Brasília: 2008.

ALVES, L. H. et al. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Caderno da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335>. Acesso em: 02/07/2022.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAÚJO, I. P. S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ÁVILA, C. A.; **Orçamento público**. Curitiba, PR: Rede e-tec brasil, 2012.

BELMONTE, A. A.; MARTINEZ, L.; MARANHÃO, N. **O direito do trabalho na crise da covid-19**. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 12/10/2022.

BRASIL. **Lei nº 14.041 de 18 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14041.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20de%20import%C3%A2ncia. Acesso em: 12/10/2022.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1.964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 22/11/2021.

BRASIL. **Manual contabilidade aplicada ao setor público**. Ministério da Fazenda Secretaria do Tesouro Nacional. – 8. Ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2019.

CARNEIRO, T. P. F. **Impacto da pandemia da covid-19 nas despesas orçamentárias do município de Dourados/MS**. 2021. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Dourados, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4622>. Acesso em: 12/10/2022.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática, e mais de 80 exercícios**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

COSTA, A M.; LOBATO, L. V. C.; RIZZOTTO, M. L. F. de. Na pandemia da covid-19, o Brasil enxerga o SUS. **Saúde em debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 125, p. 289-296, 2020. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PbzsnQF5MdD8fgbhmbVJf9r/?lang=pt#:~:text=NO%20MOMENTO%20QUE%20ESCREVEMOS%20ESTE,de%20Agravos%20de%20Notifica%C3%A7%C3%A3o%20Compuls%C3%B3ria>. Acesso em: 12/10/2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIEHL, A. **Comportamento orçamentário público no primeiro ano de pandemia: um estudo das receitas e despesas do município de Iporã do Oeste/SC no ano de 2020**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2021. Disponível em <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4888>. Acesso em: 12/10/2022.

KAHOMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, E. B. J. et al. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em 02/07/2022

MORA, M. **Finanças públicas estaduais em 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/02/financas-publicas-estaduais-em-2020/>. Acesso em: 22/11/2021.

OLIVEIRA, G. C. da. **Reflexo da pandemia da covid-19 nas contas públicas da prefeitura de Cabeceiras do Paraguaçu-BA**. 2021. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Maria Milza, Governador Mangabeira, 2021. Disponível em: <http://famamportal.com.br:8082/jspui/handle/123456789/2433>. Acesso em: 12/10/2022.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFMS, NTE, 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Portal da transparência do município de São Sebastião do Paraíso**. Disponível em: <https://transparencia.ssparaíso.mg.gov.br/>. Acessado em: 29/08/2022.

SESSA, C. B. et al. Das recentes crises econômicas à crise da covid-19: reflexões e preposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba. **Revista Ifes Ciência**, v. 6, p. 40-62, jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/648/485>. Acesso em: 22/11/2021.

SILVA, C. C. da. **Reflexos econômicos da pandemia do covid-19 na arrecadação municipal: o caso de São Felipe- BA**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Maria Milza, Governador Mangabeira, 2022. Disponível em: <http://famamportal.com.br:8082/jspui/handle/123456789/2595>. Acesso em: 12/10/2022.

SILVA, M. V. D. C.; CERQUEIRA, A. J. F. **Contabilidade governamental**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2020.

AS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E CONTROLE INTERNO NAS EMPRESAS: UM LEVANTAMENTO EM EMPRESAS DE UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE MINEIRO¹

Bruna Cristina Silva²
Lucas Mateus Lima³

RESUMO

A atividade empresarial por si só já é um grande risco, além disso, houve escândalos de fraudes que levaram a identificação de irregularidades nas empresas. Estes escândalos afetaram o universo empresarial de tal forma, que foi preciso implantar nas empresas a prática do compliance, controle interno e governança corporativa. Com o aumento da competitividade entre as empresas transacionais, o Brasil passou a considerar e aplicar programas de prevenção e combate as irregularidades empresariais a fim de identificar os riscos e quais empresas se encontram expostas a ocorrência de fraudes. Deste modo, tem-se como objetivo geral deste trabalho apresentar a prática do compliance em empresas de um município do sudoeste mineiro. E assim apresentam-se os objetivos específicos: Analisar se as empresas selecionadas aplicam a prática do compliance e controle interno, se há conhecimento sobre a prática; compreender formas de aplicabilidade dos programas de compliance nas empresas; explicar a importância do compliance; e assim expressar as vantagens do mesmo. A metodologia abordada por este artigo condiz com uma análise de cunho quantitativo, descritivo e exploratório, realizado através da coleta de dados por meio de questionário. As informações obtidas geraram um balanço que demonstram o quanto ainda é preciso que seja difundido mais informações quanto à prática compliance, pois boa parte das empresas selecionadas não conhecia a técnica e ao serem informadas sobre ela e questionadas quanto sua importância, concordou com a necessidade de utilizá-la. Desta forma entende-se que é preciso uma maior divulgação da prática nas empresas do município em questão.

Palavras-chave: Compliance; controle interno; pequenas e médias empresas.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está cada vez mais inserido em um intenso e contínuo processo de mudanças com expressa competitividade e notório crescimento, apresentando um mercado cada vez mais agressivo. Com tudo, consequentes escândalos relacionados a casos de fraudes e irregularidades em organizações também tiveram destaques nos últimos anos, por inúmeros fatores, dentre eles, a má gestão. Perante este quadro, têm-se a Governança Corporativa como uma das principais ferramentas de gestão. E como ferramenta há o controle interno, que auxiliará nas tomadas de decisões ao proporcionar relatórios confiáveis e fidedignos à administração das empresas.

Conforme apresentado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015), a Governança Corporativa:

É um sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de

¹ Artigo submetido em 17/10/2022, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, em 08/11/2022.

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: brunacris-ssp@hotmail.com.

³ Professor-orientador. Mestre em Engenharia de Produção. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: lucaslima@libertas.edu.br.

administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.(IBGC, 2015)

Nos últimos anos foram divulgados casos de fraudes e irregularidades empresariais a nível mundial, ou seja, com uma atenção maior devida a grande representatividade. Escândalos esses que influenciaram expressivamente na economia global. Diante do exposto é possível evidenciar a importância da criação de códigos internos e ferramentas de combate, com o intuito de evitar desvios de condutas de seus colaboradores, visando a proteção dos dados da empresa. Cardoso (2004, p. 19) relata que: “governança corporativa é um meio para se atingir o fim, que é a redução da assimetria informacional entre o gestor dos recursos e o proprietário desses recursos”.

Segundo Almeida (2016), controle interno representa um conjunto de rotinas e métodos aplicados em uma empresa visando proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar na administração dos negócios.

O Brasil, entre outros países, adotou uma prática a ser incluída internamente nas empresas, hoje conhecida como “compliance”, que consiste em um conjunto de normas e condutas que visam seguir atentamente, e assegurar o cumprimento das leis e regras dentro das organizações. Para Coimbra e Manzi (2010) compliance é o dever de cumprir, é fazer seguir as regras e legislações por todos os funcionários das corporações.

Biegelman e Biegelman (2010) trata o compliance como um “estado de estar de acordo” com a legislação e diretrizes traçadas e estabelecidas pelas corporações. Sendo assim, essa é uma prática que deve existir em toda e qualquer empresa que queira manter a integridade de seus dados contábeis ou até mesmo dos dados cadastrais de seus funcionários.

No entanto, não é somente em grandes empresas, multinacionais que ocorrem irregularidades e fraudes. Com isso, surge a indagação: gestores de pequenas e médias empresas possuem conhecimento e aplicam o compliance e rotinas de controle interno? Nestas condições, este vem a ser o problema de pesquisa deste trabalho.

Como objetivo geral o presente trabalho busca apresentar a prática do compliance em empresas de um município do sudoeste mineiro. Sendo assim, os objetivos específicos são: analisar se as empresas de pequeno e médio porte selecionadas aplicam a prática do compliance, controles internos, e se há ou não conhecimento sobre a prática; compreender as formas de aplicabilidade dos programas de compliance nas empresas; explicar a importância do compliance; e expressar as vantagens da mesma.

Apesar dos primeiros registros relacionados ao compliance ter acontecido na década de 1970, este assunto ainda sim continua atual e muito necessário. Trata-se de um assunto que precisa ser discutido entre as pessoas envolvidas na gestão das empresas, de modo a colocar em prática ações que evitam a ocorrência de irregularidades.

A relevância do presente estudo se dá a partir do intuito de apresentar as empresas do município do sudoeste mineiro que aplicam o compliance, como ele é aplicado e dimensionar a importância dessa prática, além da aplicabilidade bem feita de governança. A implantação de uma boa governança corporativa tem sido defendida por melhorar a gestão da empresa, e assim, aumentar sua relação com o mercado. Apresentando também as diferenças entre os programas de compliance e as ferramentas de governança corporativa, tendo em vista a realidade de cada empresa, nas condições atuais do mundo (CRISÓSTOMO; GIRÃO, 2019).

O estudo propõe apresentar aos leitores a realidade das empresas que aplicam e as que não aplicam essas práticas que visam sua proteção. Demonstrando o número de empresas que possuem o programa no município mineiro, e as quais não aderem ou que não tenham conhecimento, a importância e a relevância dessa prática.

A metodologia aplicada para a realização do estudo será de cunho descritivo, exploratório e quantitativo, onde o levantamento dos dados será realizado por meio de um

questionário distribuído nas empresas. Após este processo os dados obtidos serão analisados a fim de responder o problema de pesquisa e os objetivos que este trabalho apresentou.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item serão apresentados dados científicos que possam contribuir para a construção desta pesquisa.

2.1 Governança corporativa e compliance no Brasil

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) apresenta os principais princípios de governança corporativa, que segundo suas pesquisas ao serem aplicados da forma correta, refletem a confiança em todos os setores, tanto internos quanto externos. Sendo os principais princípios a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa (quadro 1).

Quadro 1: Princípios Básicos de Governança Corporativa

Transparência	Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, completando também os demais fatores (inclusive intangíveis), que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e a otimização do valor da organização.
Equidade	Carateriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stake holders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
Prestação de contas	Os agentes de governança devem prestar contas de suas atuações de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões, além de atuar com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
Responsabilidade Corporativa	Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações, aumentar as positivas, levando em consideração no seu modelo de negócios os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.), no curto, médio e longo prazo.

Fonte: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)

O sistema de governança surgiu no decorrer da capitalização do mundo como forma de solução aos problemas causados pelo avanço e pela competitividade que o mundo foi inserido. No Brasil essas técnicas iniciaram sua relevância em 1990, mas somente ganharam maior destaque em 1995 quando houve a criação do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que em 1999 se transformou em Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), como é conhecido até hoje. Neste mesmo ano o instituto criou o primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa a fim de influenciar os administradores do país. Após o início do século 21 o assunto ficou ainda mais conhecido quando empresas norte-americanas como a Enron, a WorldCom e a Tyco, estiveram envolvidas em escandalos financeiros (VELHO; GIACOMELLI, 2017).

Rossi relatou em 2018 que quando foi possível constatar que aquelas empresas que adotavam as práticas da boa governança estavam sendo vendidas por valores mais altos quando comparadas aquelas que não tinham esse sistema implementado, ela ganhou ainda mais atenção.

Pode-se definir que Governança Corporativa contextualizada nas micro e pequenas empresas (MPE) como:

A administração de recursos para os lucros dos acionistas serem maximizados, e de que companhias de pequeno porte geralmente são de origem e propriedade familiar, e que a composição do Conselho da administração da empresa de grande porte pode ser

um dos seus principais componentes, e que, em companhias com pequeno porte e administração é menor e geralmente ocupada pelos próprios donos. (DOMINGUES; MURITIBA E MURITIBA, 2016; PINHEIRO et. al, 2018.).

As empresas devem considerar um código de conduta corporativa, coibir empréstimos e concessão de crédito para diretores, ter um código de ética para executivos financeiros, combater fraudes financeiras, aderirem um Comitê de auditoria, monitoramento e estruturação de controles internos, governança em gestão e gerenciamento de risco, assim entende-se que a empresa aplica boas práticas (DIAS; NENEVÉ, 2010).

Compliance se entende como ferramenta interna que visa a prevenção de riscos de fraudes, violações decorrentes de práticas de colaboradores, totalmente ligados a legislação. Expressão voltada a missão, visão e valores de uma empresa (RIBEIRO; DINIZ, 2015).

Compliance se origina do termo em ingles “*to comply*” que significa estar em conformidade com a lei. Trata-se de um conjunto de normas e condutas que asseguram o cumprimento da legislação de forma expressamente fiel, desta maneira é possível evitar irregularidades e fraudes, e assim proporcionando maior segurança as empresas.

Com os casos de fraudes divulgados nos últimos anos, se intensificou a criação de métodos e práticas de compliance a fim de suprir a preocupação de acionistas e sócios com irregularidades e problemas de conduta. O compliance juntamente com a governança corporativa, tem como objetivo manter a transparência nos dados da organização de acordo com as normas estabelecidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) (QUELHAS et. al., 2018).

2.2 Controle Interno em pequenas, médias e grandes empresas

Diante da expansão dos negócios que se intensificavam com o avanço do comércio e das tecnologias, as empresas se viram em uma situação onde era importante realizar mudanças dentro delas buscando melhorar suas gestões. Para uma boa gestão, informações confiáveis são importantes e necessárias transpassando dados que correspondem com a realidade da organização, objetivando a explanação por setor e rotinas desenvolvidas, se tornando assim indispensável para gerir uma empresa de forma segura. Essa busca pela segurança organizacional deixa claro que os impactos da governança corporativa e do compliance reflete diretamente em suas operações, em seus resultados e em seus lucros (PINHEIRO; BAGNI, 2021).

Com a globalização, a competitividade se intensificou e gerou a necessidade de desenvolver métodos, e atividades que possuem poder de evitar erros a partir de verificações constantes. O controle interno é uma ferramenta indispensável para auxiliar os gestores na detecção de erros e irregularidades, portanto, é considerada uma excelente ferramenta capaz de ajudar os gestores com as decisões a serem tomadas, além de promover a proteção necessária ao patrimônio (SILVA E VIEIRA, 2015).

No entanto, para atingir o esperado com a ferramenta, é imprescindível que haja um bom planejamento seguindo a ideia do controle interno, assim como procedimentos e métodos que expressem a realidade da empresa e tenha como meta os bons resultados.

Conforme estabelecido pela NBCTA 315, Resolução CFC de nº 1.212/09, o controle interno pode ser definido como:

O processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto á realização dos objetivos da entidade no que se refere á confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. (NBCTA 325, CFC nº 1.212 DE 27.11.2009).

De acordo com Crepaldi (2010), o controle interno pode ser dividido em três categorias:

Quadro 2: Seguimentos do sistema de controle interno

Operacional	Relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade
Contábil	Relacionando à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis
Normativo	Relacionado à observância da regulamentação pertinente

Fonte: Adaptação de Crepaldi (2010)

Houve grandes casos de fraudes e corrupção nos últimos anos que chocaram o mundo, umas das empresas envolvidas nos casos divulgados é a Eron, uma empresa do setor de energia dos Estados Unidos que manipulava seus relatórios e divulgava informações irreais, a fim de enganar os investidores enchendo seus olhos e os trazendo para a empresa. Devido a isso foi criada uma lei chamada Sarbanes Oxley (SOX), com o objetivo de aperfeiçoar os controles internos das empresas de capital aberto, a fim de recuperar a credibilidade no mercado, criando mecanismo de auditoria confiável, acautelando ocorrências de fraudes (VIDAL E SILVA, 2016).

Para Schafer; Feitosa e Wissmann (2015) a lei Sarbanes Oxley é bem mais rígida, quando comparada às leis do Brasil. Por aqui, o risco de fraude é muito maior, pois não há uma legislação específica para casos como esse, mesmo com a existência de órgãos regulamentadores como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o CFC (Conselho Regional de Contabilidade), que elaboram normas visando diminuir o número de fraudes nas corporações.

Após um estudo realizado por Garcia, Kinzler e Rojo (2014) em empresas de pequeno porte, mesmo com controles rígidos ainda pode ocorrer casos de adulteração das informações levando a ocorrência de fraudes por contratação de pessoal com má intenção. Quando estas condições são aplicadas em empresas de grande porte, as variáveis são ainda maiores já que há uma grande quantidade de funcionários e é impossível para o empregador controlar a índole de todos os seus contratados.

2.3 Corrupção e fraudes no Brasil e no mundo

Para Silva e Fonseca (2014), de maneira geral, toda e qualquer empresa precisa manter organizado suas documentações a fim de que seja conduzida uma pesquisa minuciosa de suas finanças em busca do controle de fraudes e corrupção em seus setores. Existem mecanismos que podem implementar para que estes cuidados sejam tomados evitando problemas futuros com a Receita Federal e até mesmo com a própria justiça caso este seja o caso.

Oliveira, Perez Jr e Silva, (2002, p. 81) afirma em sua publicação que: “[...] O sistema contábil e de controles internos compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção de seu patrimônio.”. Proteger o patrimônio empresarial de fraudes e da corrupção é um dos principais objetivos das empresas, principalmente as que se enquadram em uma condição de grande porte, já que geram grandes receitas.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) através de publicação feita pelo Portal Pacto Global – Rede Brasil, a corrupção é um problema grave que afeta todo o planeta e que necessita de muita atenção já que não há se quer uma sociedade que não tenha algum grau de corrupção em sua formação (Governos, empresas, famílias, etc.). Em julho de 2000, foi fomentado um pacto com empresas, organizações e Governos para buscar meios de combatê-la e buscar “[...] o desenvolvimento de um mercado global mais coeso, integro, inclusivo e

sustentável. [...] As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.”. (PACTO GLOBAL – REDE BRASIL).

A GFI (*Global Finance Integrity*) diz que de 25% de todo o PIB (Produto Interno Bruto) mundial estão escondidos em paraísos fiscais por empresas e/ou pessoas que sonegaram impostos de seus países. Ela também afirma que no Brasil foram sonegados cerca de 660 bilhões de reais entre os anos de 2003 e 2012 (BAVA, 2017).

Peres e Brizoto (2016) alegam que a corrupção é de certa forma o câncer da sociedade, ela cresce, se multiplica, e por mais que você trace combates contra ele, raramente o elimina por completo.

2.4 Lei anticorrupção

A lei anticorrupção foi criada a partir do Projeto de Lei – PL 6.826/10 que tramitou na câmara dos deputados entre os anos de 2010 e 2013, sendo aprovado pelo senado em 04 de julho de 2013 e sancionada pela presidência da república em 01 de agosto do mesmo ano, tendo 180 dias para entrar em vigor. Sua maior finalidade é atingir as organizações e seus gestores que praticarem ações ilícitas contra a administração pública (ROCHA et. al., 2018).

O Brasil, juntamente com outros 35 países, assumiram o compromisso de criarem legislações de combate ao suborno estrangeiro, durante a convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. No entanto a lei só foi sancionada após três anos, aprovada pela Câmara dos Deputados (ROCHA et. al., 2018).

Conforme apresentado pelo GOV, a Lei nº 12.846/2013 “representa importante avanço ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira”.

Quadro 3: Artigos da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013

Art. 6º I	A lei prevê multa para atos lesivos que podem variar de 0,1% a 20% referente ao faturamento bruto do exercício anterior à instauração do processo administrativo, excluindo-se os tributos.
Art. 6º § 4º	Nos casos em que não é possível utilizar o critério do valor sobre o faturamento bruto, a multa estabelecida pode variar em um valor entre R\$6.000,00 a R\$60.000,00,00.
Art. 7º III	No cumprimento das sanções, será levado em consideração: a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação de códigos de ética.
Art. 22º	Para fins de publicidade, foi criado o CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas.
Art. 23º	Para fins de publicidade, deverá ser atualizado o CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

Fonte: Graminho e Vier (2021) e Lei nº 12.843/2013 (BRASIL, 2013).

De acordo com Silva e Junior (2008), após uma sequência de casos de fraudes contábeis que atingiram potências empresariais estadunidenses, foi implantado a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), como forma de reação a esses escândalos. Seu intuito era recuperar a confiança dos investidores que havia sido perdida como consequência a esses escândalos. Carioca, De Luca e Ponte (2010) destacam que a SOX ressalta a utilização de objetos de transparência como controles internos e práticas de governança, a fim de buscar um gerenciamento mais eficaz e eficiente dentro das empresas.

Coimbra e Manzi (2010) afirmam que:

Uma organização íntegra é aquela que consegue manter, em cada uma das suas decisões, atividades ou ações, uma coerência com a sua identidade, nunca perdendo de vista os valores que a inspiram e os objetivos que ela deve perseguir, transformando-os em ação concreta. Coimbra e Manzi (2010, p. 9).

Conforme apresentado por Pinheiro, Lucena e Carvalho (2018) em seus estudos sobre técnicas de compliance e mecanismos de controle interno em combate à corrupção, tais práticas estão vinculadas a ética, e em conformidade com a lei de bem comum, sendo assim é impossível ignorar a notória e inegável importância do compliance e da boa governança. Contudo é observado que ainda há poucas discussões sobre os padrões a serem seguidos pelas micro e pequenas empresas, visto que ainda não se tem mecanismos de compliance obrigatórios para elas.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação e tipologia

Para desenvolver o presente trabalho será realizada uma pesquisa descritiva, de cunho quantitativo através da técnica de pesquisa *survey*. Para Andrade (2002) a pesquisa descritiva visa observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem interferência do pesquisador, sendo assim não há manipulações do pesquisador no estudo. Podendo também ser considerada exploratória, já que esta busca à compreensão do fenômeno estudado.

Utilizando o método *survey* de levantamento de dados, esta pesquisa se realizará em empresas de um município do sudoeste mineiro, buscando encontrar respostas para o problema de pesquisa e os objetivos levantados por esse trabalho.

Gil (1999) demonstra que a pesquisa exploratória é caracterizada por promover uma visão mais ampla do assunto em questão. Outra característica deste tipo de pesquisa é o aprofundamento de conceitos sobre a temática escolhida, contribuindo assim para o esclarecimento de questões superficiais levantadas pela pesquisa. Os levantamentos são mais úteis em pesquisas que visam retratar opiniões e atitudes. O mesmo ainda afirma sobre as pesquisas de levantamento:

Caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados. (GIL, 1999, p. 70),

O método é comumente usado para se realizar pesquisas de opinião pública, de mercado e até em pesquisas sociais que buscam descrever, explicar e/ou explorar as variáveis de uma população através de uma amostra estatística previamente selecionada segundo as necessidades da pesquisa. Seus resultados normalmente podem ser aplicados ao universo, ou seja, os resultados de uma pesquisa realizada por esse método pode ser considerada as condições de toda uma sociedade, grupo, etc. (FREITAS et. al., 2000).

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Para realizar esta pesquisa será realizado um levantamento utilizando um questionário, formulado através *Googleforms*, que será distribuído a empresas de São Sebastião do Paraíso. O intuito é atingir o maior número de empresas possíveis, para assim realizar a análise das informações coletadas em uma amostra considerável, a fim de alcançar os

resultados sobre a aplicabilidade de métodos de prevenção de fraudes e irregularidades, utilizando-se de controles internos na aplicação do compliance.

Para Freitas et. al. (2000), o método a qual será aplicado para a coleta de dados deste trabalho é normalmente usado quando o pesquisador necessita responder perguntas como: “o quê?”, “como?”, “por quê?” e “quando?”. A partir delas formula-se o questionário que será usado para o levantamento de dados da pesquisa. O *survey* tem como objetivo descrever a distribuição de certas características em uma determinada população ou grupo, sendo isso somente possível, pois se usa as mesmas perguntas para todos os voluntários do estudo.

Nessas condições, uma pesquisa baseada neste método pode ter três finalidades: a descrição onde o objetivo geral é descobrir a distribuição de determinados atributos na população selecionada; a explicação busca detalhar a distribuição das características, voltada ao “porque” de determinada característica; a exploração busca a integração de algum tema com um mecanismo exploratório, basicamente são as correlações que se pode fazer (FREITAS et. al., 2000).

Com relação à amostragem nesse método, há duas classificações: amostras não probabilísticas ou intencionais que são pessoas e/ou grupos selecionados pelo pesquisador, e amostras probabilísticas ou estatísticas onde toda a população tem as mesmas oportunidades de serem escolhidos, ou seja, seria uma seleção aleatória dos participantes. Para selecionar as amostras é preciso levar em consideração alguns critérios: definir a população, o contexto da amostra, o método de construção da amostra, o seu tamanho e a forma como o processo de seleção e execução do trabalho será realizado. Por fim, é preciso considerar qual a melhor forma de realizar a técnica (MARTINS; FERREIRA, 2011).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O questionário foi encaminhado às empresas selecionadas que se dispuseram a participar voluntariamente via rede social através do link fornecido pela plataforma do *Googleforms*. Apesar de terem sido questionadas quanto aos seus nomes (social e/ou fantasia), eles não foram relevantes para esta pesquisa, somente foram levantados para não ocorrer de funcionários diferentes da mesma empresa respondessem o questionário, interferindo nos resultados esperados.

Para esta pesquisa foi analisado uma amostragem de conveniência não probabilística de forma a facilitar e a simplificar a seleção das empresas participantes. Não foi levado em consideração critérios que pudessem determinar a exclusão ou a inclusão de uma empresa da pesquisa, com exceção da necessidade de ter sede na cidade de São Sebastião do Paraíso. Com relação a esse tipo de amostra, Oliveira (2001) afirma:

Amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. [...] A amostragem por conveniência é adequada e frequentemente utilizada para geração de ideias em pesquisas exploratórias, principalmente. [...] A amostra por conveniência é empregada quando se deseja obter informações de maneira rápida e barata, uma vez que esse procedimento consiste em simplesmente contatar unidades convenientes da amostragem, é possível recrutar respondentes tais como estudantes em sala de aula, mulheres no shopping, alguns amigos e vizinhos, entre outros. (OLIVEIRA, 2001, p2-5).

Foram selecionadas e analisadas um total de 37 empresas visto que 29,7% são consideradas micro empresas, 27% enquadram no grupo de pequeno porte, 35,1% são de médio porte e somente 8,1% foi considerada de grande porte. Sendo elas de seguimentos diversos e ramos variados entre comércio e indústrias.

Quando questionadas quanto ao conhecimento da técnica de compliance, pouco mais da metade dos pesquisados afirmaram conhece-la e quando questionadas quanto ao uso da técnica, menos de 30% afirmou utiliza-la. Ou seja, apesar desta técnica ser de conhecimento das empresas, são poucas aquelas que a aplicam, assim é possível firmar que grande parte delas não realizam ações que visam prevenir as fraudes e corrupção dentro de sua hierarquia. Aqui é possível abrir um parêntese para relatar que ações corruptas e fraudulentas podem ocorrer em qualquer nível organizacional, podem ser pequenas ações como o desvio de pequenas quantidades de materiais ou grandes montantes de dinheiro desviados para paraísos fiscais.

Dentre estas empresas estudadas, algumas alegaram não conhecer o termo em si, mas afirmaram utilizar meios rigorosos de controle de tudo que entra e sai da empresa e de todo o capital gerado por ela. A questão levantada relacionada à forma com que essas prevenções são aplicadas nas empresas tiveram respostas variadas já que elas apresentam ramos de trabalhos diferentes, assim como estratégias de prevenção diferentes, mas todas relataram estarem de acordo com as normas e regulamentações que seu campo de atuação exige. Além de garantirem realizar ações que minimizem desvios durante seus processos.

Xavier (2015, p. 48), trás a afirmação: “os programas de compliance anticorrupção têm o poder de, além de estimular um ambiente de negócios pautado por princípios éticos, melhorar a governança corporativa das empresas, tornando-as mais atrativas aos investimentos”. Assim ele destaca a importância das técnicas de compliance para sua sobrevivência já que uma empresa sem novos investimentos se torna um ambiente frustrante e estagnado, sem perspectiva de crescimento que conseqüentemente culminará na falência e extinção das mesmas.

Tubino (2020) cita Alencar (2016) e afirma que:

Após a edição da Lei Anticorrupção tem-se percebido um aumento significativo da demanda das empresas por orientação sobre como implementar programas de compliance. O autor acrescenta que além de prevenir a corrupção, as empresas precisam ser capazes de detectar rapidamente um ato ilícito, e caso venha a acontecer, deve haver mecanismos eficazes de punição aos responsáveis pelas infrações. (TUBINO, 2020, p31).

Afim de apresentar informações que complementam e corroborem com os resultados apresentados nesta pesquisa, é possível citar a pesquisa realizada por Graminho e Vier (2021) que demonstra os seguintes dados:

Em torno de 52% dos respondentes avaliam ser de extrema importância as vantagens que o compliance representa para a organização; 42,86% avaliam como importante; e 4,76% avaliam o recurso como indiferente na apresentação de vantagens para a organização. Isso demonstra que, apesar de a maioria avaliar relativamente bem este item, um gestor não consegue visualizar, na prática, as vantagens que o programa representa para a organização. [...] Salienta-se, ainda, que o conhecimento por parte dos funcionários é fundamental para o bom andamento do compliance, segundo (GRAMINHO E VIER, 2021, p. 158-161).

Nos gráficos 1 e 2 estão representados em porcentagem as empresas que compreendem a importância e a eficácia do uso de estratégias que previnem fraudes e aquelas que as consideram uma ação vantajosa para a organização.

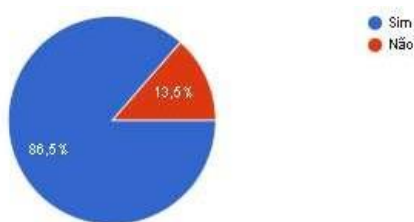


Gráfico 1: Empresas que acreditam na importância e na eficácia da técnica da compliance

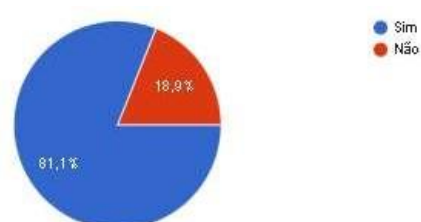


Gráfico 2: Empresas que consideram a da técnica da compliance uma ação vantajosa para elas

Apesar de mais da metade delas terem alegado conhecer técnicas que previnem e combatem as fraudes, as irregularidades e a corrupção, somente 21,6% responderam “sim” ao serem indagados quanto à existência de algum mecanismo anticorrupção em sua empresa. Em contraponto, mais de 80% acreditam na necessidade de realizar ações em combate à corrupção (gráfico 3), o que leva a acreditar que apesar de terem consciência desta necessidade, poucas realmente dão a devida importância que o tema precisa. Apesar de esta constatação ser em pequena escala, levanta-se uma reflexão quanto aos grandes escândalos de corrupção e a possibilidade de evitá-los. Aproximadamente 78% alegaram conhecer escândalos de fraudes e corrupção que aconteceram recentemente e acreditam que tais situações poderiam ser evitadas se as empresas utilizassem metodologias anticorrupção, de compliance, controle interno e governança corporativa que fossem eficazes.

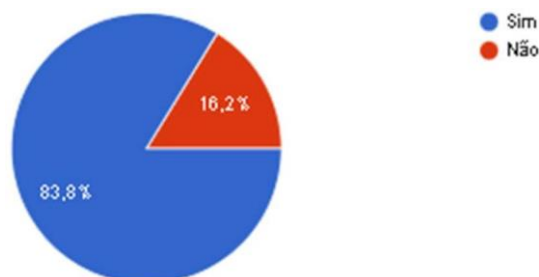


Gráfico 3: Porcentagem dos entrevistados que acham necessário o uso de métodos anticorrupção e fraudes

As empresas que participaram desta pesquisa também responderam perguntas relacionadas às práticas de controle interno e segundo suas respostas, apesar de 28 delas terem respondido que conhecem e sabem como a técnica funciona somente 14 utilizam esta metodologia. Destas 14, quatro delas utilizam a supervisão como prática de controle interno, três fazem auditorias internas e externas regulares, três fazem balanços financeiros, de mercadorias e etc. para manterem o controle das informações, duas utilizam softwares que as auxiliam neste processo, uma segue as regras e diretrizes do Bacen (órgão que fiscaliza e normatiza as administradoras de consórcio), e uma utiliza o método de arquivar suas informações por cinco anos.

Ao serem questionadas quanto a eficácia das técnicas do controle interno, obteve-se o gráfico 4, ao qual é possível observar dos representantes de empresas participantes, 32 representantes responderam acreditar que tais práticas fazem diferenças em suas empresas. E 33 participantes reconheceram as vantagens de se realizar as práticas de controle interno nas empresas que representam (gráfico 5).

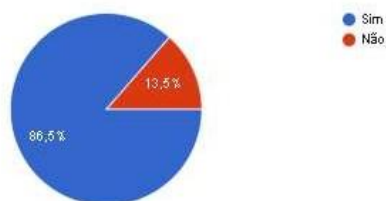


Gráfico 4: Porcentagem dos entrevistados que acreditam na diferença que o uso das práticas de controle interno podem gerar nas empresas

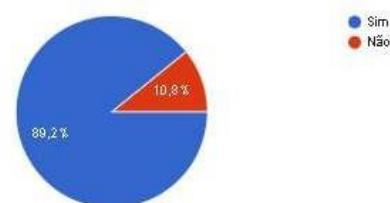


Gráfico 5: Porcentagem dos entrevistados que reconhecem as vantagens do uso das práticas de controle interno

Tubino (2020) afirma em sua pesquisa sobre o compliance que:

Um ambiente de controles internos é diretamente impactado pela estrutura de governança corporativa da organização. Quanto melhor a estrutura de governança mais robusto é o sistema de controles internos. O sistema de controles internos suporta organizações no atingimento de seus objetivos estratégicos por meio de operações eficientes e eficazes, salvaguardando os recursos das organizações, provendo informação relevante e assegurando conformidade com leis e regulamentações. Na busca para gerar informações confiáveis sobre seus negócios, as empresas passaram a desenvolver ações como implementar sistemas para aumentar a confiabilidade das 27 informações, limitar a atuação das pessoas e controlar suas ações na elaboração dos processos internos. A utilização de técnicas que colaborem com a identificação e monitoramento dos riscos e gerenciamento dos controles propicia segurança no processo decisório e na divulgação das informações. [...] Os controles internos apresentam responsabilidades pela totalidade das políticas e dos procedimentos de uma instituição e visam à mitigação dos riscos inerentes ou presentes na organização. (TUBINO, 2020, p. 26-27).

Sendo assim, entende-se que utilizar as técnicas de controle interno é uma ação extremamente vantajosa para a empresa, garante a confiabilidade de seus produtos e a integridade de seus procedimentos. Mas acima de tudo, gera um ambiente ético para se trabalhar, já que com estas ações é possível reduzir o risco de problemas com fraudes e corrupção dentro das organizações.

Através do questionário também foi possível analisar o conhecimento das empresas participantes desta pesquisa com relação à governança corporativa, e obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 1: Respostas obtidas dos voluntários sobre o tema: Governança Corporativa

	Conhecem a Prática	Aplicam a Prática	Considera Vantajoso o Seu Uso
Sim	51,4%	29,7%	78,4%
Não	48,6%	70,3%	21,6%

Fonte: Elaborado a autora (2022).

Observando as respostas apresentadas, nota-se que apesar de mais de 50% das empresas entrevistadas ter conhecimento das práticas de governança corporativa, menos de 30% faz uso destas práticas e, o mais interessante, é a alta porcentagem das que acreditam nas vantagens que tais ações podem ter para elas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhum empreendedor deseja que ocorra casos de fraudes e corrupções em suas empresas, com essa pesquisa ficou claro o quanto o conhecimento quanto a formas que os ajudarão a se prevenir de tais fatos são mínimos, o que prejudica os resultados que poderiam estar recebendo. Até mesmo uma caneta levada por um funcionário pode alterar a receita e os gastos gerados, pode parecer algo mínimo, mas quando se acrescenta a frequência e a grande quantidade de colaboradores realizando este ato, e a outros fatores que precisam ser levados em consideração, os resultados podem ser catastróficos.

Apesar de todas elas afirmarem realizar procedimentos que visam à redução de fraudes e corrupção em suas estruturas, sabe-se que as técnicas por elas aplicadas apresentam falhas o que pode em algum momento culminar em um escândalo de fraude e prejuízos a empresa, como já aconteceu com várias outras. Situação esta que muitas não conseguiram se recuperar necessitando fechar suas portas, se fundir a outras, ou até mesmo modificar todo seu procedimento para que os danos fossem reparados.

Então, com o desenvolvimento deste é possível concluir que a lei anticorrupção aprovada em 2013 foi de extrema importância para dar suporte as empresas e garantir que seus procedimentos e produções fossem íntegros e éticos. E que juntamente com as técnicas estudadas por esta pesquisa, a lei anticorrupção tem obtido bons resultados que precisam ser melhores disseminados a fim de alcançar uma maior quantidade de adeptos.

Ao fim deste, pode-se afirmar que apesar dos gestores das empresas voluntárias participantes desta pesquisa, em sua maioria não conhecem e não aplicam a técnica do compliance e as demais técnicas analisadas, em suas empresas ao serem informadas sobre o que se trata, reconheceram a importância de suas aplicações. Então é possível dizer que elas necessitam que seus conhecimentos quanto às práticas de controle interno, compliance e governança corporativa sejam desenvolvidas e ampliadas.

Portanto após analisar os dados coletados para esta pesquisa é possível afirmar que os objetivos gerais e específicos deste foram alcançados e o problema de pesquisa teve sua hipótese respondida. Os resultados encontrados foram satisfatórios para os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Um curso moderno e completo**. Atlas, 8ªed. São Paulo, 2016.
- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:Noções práticas**. Atlas, 5ªed. São Paulo, 2002.
- BAVA, S. C. **As grandes empresas e a corrupção**. Observatório do Terceiro Setor. Publicado em 12 de abril de 2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/colunas/silvio-caccia-bava-le-monde-diplomatique/grandes-empresas-e-corrupcao/>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.
- BIEGELMAN, M. T.; BIEGELMAN, D. R. **ForeignCorruptPracticesActComplianceGuidebook: ProtectingYourOrganizationfromBriberyandCorruption**. Wiley, 1ª ed. eBookKindle. ASIN: B003GWX8YY. 2010.
- CARDOSO, R. L. **Governança corporativa ou gerenciamento de resultado**.Revista Brasileira de Contabilidade,Brasília, nº 3, p. 18-37, nov/dez. 2004.
- CARIOCA, K. J. F.; DE LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R. **Implementação da lei Sarbanes-Oxley e seus impactos nos controles internos e nas práticas de governança**

corporativa: Um estudo na companhia energética do Ceará - Coelce. Revista Universo Contábil. Blumenau, vol. 6, nº4, p. 50-67, out./dez., 2010.

COIMBRA, M. A.; MANZI, V. A. **Manual de compliance: Preservando a boa governança e a integralidade das organizações.** Atlas, São Paulo, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade: NBCTA – de auditoria independente: NBCTA estrutura conceitual, NBCTA 200 a 810.** Brasília, 2012.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil.** 6ª Ed. Atualizada de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09. Atlas, 2010.

CRISÓSTOMO, V. L.; GIRÃO, A. M. C. **Análise do compliance das empresas brasileiras às boas práticas de governança corporativa.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol.11º, nº2. Rio Grande do Sul, 2019.

DIAS, P. W., NENEVÊ, M. **A gestão profissional das maiores empresas familiares de São Bento do Sul.** Revista de Administração e Negócios da Amazônia. Vol. 2, nº 2. Valorização Ambiental na Amazônia e o Processo de Desenvolvimento, 2010.

DISTRITO. **Governança corporativa: Conceito, princípios, boas práticas e sua relação com a inovação.** Publicado em: 16 de julho de 2020. Disponível em: https://distrito.me/blog/governanca-corporativa-inovacao/?utm_term=&utm_campaign=%5Bdsa%5D%5Bsp%5D%5Bsearch%5D%5Bdistrito%5D&utm_source=google&utm_medium=pc&hsa_acc=7030450594&hsa_cam=17767256786&hsa_grp=139534501392&hsa_ad=610724144365&hsa_src=g&hsa_tgt=aud-1645575609073:dsa-19959388920&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=Cj0KCQjwmdGYBhDRARIsABmSEeMakV1mnnHjAvkjid2SbxTfGPU4XaTUFQWb2u35ooxn2q5Ct5vnDYgaAmwCEALw_wcB. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

DOMINGUES, L.M.; MURITIBA, P. M. E MURITIBA, S. N. **Boa governança corporativa em micro e pequenas empresas leva a internacionalização?.** Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 14, Nº 3, 2016.

FREITAS, H. et. al. **O método de pesquisa survey.** Revista Administração, vol, 35, nº3, p. 105-112. São Paulo, jul/set, 2000.

GARCIA, O. P.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. **Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte.** Interface – Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, vol. 11, nº2, p. 18, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Atlas, 5ªed. São Paulo, 1999.

GOV.BR.2013. **Lei anticorrupção.** Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorrupcao>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

GRAMINHO, B.B.; VIER, A. J. **O compliance e sua utilização como instrumento de controle e transparência nas companhias gaúchas listadas na bolsa de valores.** Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** IBCG, 5ªed. São Paulo, 2015.

MARTINS, C. G.; FERREIRA, M. L. R. **O survey como tipo de pesquisa aplicado na descrição do conhecimento do processo de gerenciamento de riscos em projetos no segmento da construção.** VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão (12 e 13 de agosto

de 2011). Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T11_0362_1839.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2022.

NORMAS LEGAIS. **Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – Nº 1.212 de 27.11.2009**. Normas Brasileiras de Contabilidade. D.O.U.: 03.12.2009. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1212_2009.htm. Acesso em: 03 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria Estratégica**. 1ª ed. vol. 01. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, T.M. V. de. **Amostragem não probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostragem por conveniência, julgamentos e quotas**. FEA – USP: FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Vol 2. Nº 3. 2001.

PACTO GLOBAL – REDE BRASIL. **Os 10 Princípios**. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

PEREZ, T. R.; BRIZOTI, N. **Compliance, corrupção e fraudes no mundo empresarial**. Guia Básico de Referência. Fundamentos. Biblioteca Nacional 1ª ed. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.komp.com.br/gallery/ccfme-v1-ebook2a.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

PINHEIRO, R. G. et. al. **Compliance: Controle interno nas pequenas e médias empresas – Adoções e restrições como ferramenta de gestão**. Redeca, vol. 5, nº1, p. 72-86. 2018.

PINHEIRO, C. R.; BAGNI, G. **Implementação de governança familiar em uma empresa de transportes do interior de São Paulo**. *Quaestum*, 2, 1–15. 2021.

QUELHAS, A. D. et. al., **Proposta de sistemática para melhoria do processo de fiscalização do abastecimento de combustíveis no Brasil: Aplicação a um caso real**. Revista GEINTEC–ISSN: 2237-0722. Aracaju/SE. Vol.8, nº. 4, p. 4588 - 4602, 2018.

RIBEIRO, M. C. P.; DINIZ, P. D. F. **Compliance e Lei Anticorrupção nas Empresas**. Revista de informação legislativa, ano 52, nº205, p. 87-105. Jan/mar. 2015.

ROCHA, L. R. L.; MELO, L.; PINTO, G. R. R. **Lei Anticorrupção**. Caderno de Pós-Graduação em Direito. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD. Brasília, 2018.

ROSSI, M. A. **Governança corporativa: A origem e a importância**. Instituto Information Management. Publicado em: 06 de novembro de 2018. Disponível em: <https://docmanagement.com.br/11/06/2018/governanca-corporativa-origem-e-importancia/#:~:text=A%20governan%C3%A7a%20corporativa%20surgiu%20a,conselhos%20e%20a%20dire%C3%A7%C3%A3o%20executiva>. Acesso em: 03 de setembro de 2022.

SCHAFER, J. D.; FEITOSA, C. G.; WISSMANN, M. A. **Lei Sarbanes-Oxley versus legislação brasileira: Diferenças em sua rigorosidade na prevenção, denúncias e penalizações de fraudes contábeis**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, vol. 9, nº. 1, 2015.

SILVA, E. R. da. FONSECA, R. N. F. **Controle interno nas empresas**. Faculdade Nossa Senhora de Aparecida. Curso de Ciências Contábeis. Aparecida de Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/348.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

SILVA, A. G.; JUNIOR, E. R. **Os impactos na atividade de autoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley**. R. Cont. Fin. USP São Paulo, vol. 19, nº48, p. 112 – 127, 2008.

SILVA, M. A.; VIEIRA, E. T. V. **Auditoria Interna: Uma ferramenta de gestão dentro das organizações.** RADECA – Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis e Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA-PC/SP, vol. 2, nº2, p. 5, 2015.

TUBINO, T. C. P. **Análise do desenvolvimento de um programa de compliance – Estudo de caso de uma refinaria de petróleo.** Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Programam de pós-graduação em contabilidade – PPGCONT. Mestrado em Contabilidade. Rio Grande, 2020.

VELHO, A. G.; GIACOMELLI, G. **Empreendedorismo.** 3ª ed. Porto Alegre: Sagah, 2017.

VIDAL, D. C.; SILVA, A. H. C. **A percepção dos Auditores Externos sobre a adequação dos sistemas de controle interno nas empresas de capital aberto.** Pensar Contábil, vol. 18, nº67, p. 57-67, 2016.

XAVIER, C. P. G. **Programas de compliance anticorrupção no contexto da Lei 12.846/13: elementos e estudo de caso.** 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito dos Negócios Aplicado e Direito Tributário Aplicado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015

O PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA GESTÃO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO¹

Gabriely André de Oliveira²
Lucas Mateus Lima³

RESUMO

É comum que empresas familiares apresentem dificuldade de sucessão, devido a problemas como despreparo na administração do negócio, divergências de pensamentos, dentre outros. Para que ela se mantenha em funcionamento por vários anos é importante que seja realizado um planejamento financeiro. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o planejamento financeiro em uma empresa familiar de materiais de construção de São Sebastião do Paraíso. E assim apresenta-se os objetivos específicos: Verificar o conhecimento e aplicação do planejamento financeiro na empresa familiar; levantar os pontos fortes e os pontos fracos do mesmo e por fim verificar quais os resultados que se pode obter ao utiliza-lo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, realizada através de um estudo de caso, onde a coleta de dados foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada. Como resultado constatou-se que a empresa faz uso do planejamento financeiro, utilizando fluxo de caixa desde o início de suas atividades, o que contribuiu para o seu sucesso. São realizados treinamentos frequentes com os funcionários a fim de mantê-los atualizados. Por fim, a mesma afirma reconhecer quando há a necessidade de realizar mudanças em seu planejamento financeiro já que deseja se manter no ramo de materiais de construção por muitos anos.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro; Empresa Familiar; Gestão.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as organizações passam por um processo de avaliação empresarial e planejamento financeiro para tomadas de decisões, principalmente instituições de perfil familiar, um ramo com conflitos de interesses. De acordo com Ferreira (2017), empresas familiares é a base para o desenvolvimento mundial, pois é um mercado competitivo e com crescimento contínuo.

Os proprietários das empresas em algum momento chegam ao final de suas atividades, desta forma passam o seu patrimônio para os herdeiros, no entanto, as novas gerações não estão aptas para continuar a gerenciar, administrar e planejar a empresa. Conforme Lisboa (2018) a sucessão empresarial é uma transferência de poder do capital entre o sócio anterior e o sócio atual que assumirá o cargo que foi sucedido. Um dos motivos da falta de planejamento e de organização de uma empresa é devido à sucessão familiar.

Segundo Lima e Tomé (2018), os planejamentos financeiros conquistam resultados flexíveis através de projetos estratégicos e exigentes, o que os torna de grande importância às empresas. De acordo com as circunstâncias apresentadas, é necessário detectar e solucionar os problemas de planejamento e gestão para alcançar os resultados desejados. O planejamento é

¹ Artigo submetido em 17/10/2022, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, em 05/07/2022.

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: gabyoliveira1985@outlook.com.

³ Professor-orientador. Mestre em Engenharia de Produção. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: lucaslima@libertas.edu.br.

o caminho mais fácil para adquirir bons lucros e para se evitar problemas de sucessão.

Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: na gestão de uma empresa familiar, como o planejamento financeiro é desenvolvido e aplicado?

Sendo assim, apresenta-se o objetivo geral desta pesquisa que é compreender o planejamento financeiro em uma empresa familiar de materiais de construção da cidade de São Sebastião do Paraíso – MG.

E os objetivos específicos são: verificar o conhecimento e a aplicação do planejamento financeiro na empresa familiar em questão; levantar os pontos fortes e os pontos fracos do planejamento e quais os resultados que se pode obter ao utilizar o planejamento financeiro. Tudo foi desenvolvido e estudado com o intuito de responder cientificamente o questionamento apresentado no problema de pesquisa, além de apresentar um bom referencial teórico que corroborou com as afirmações apresentadas por esta pesquisa.

De acordo com Marciano (2019), o plano financeiro é uma forma de desenvolver e avaliar por diferentes ângulos e aspectos, a melhor forma de se criar o planejamento financeiro de uma empresa. Deste modo, nota-se a justificativa desta pesquisa para demonstrar como o planejamento financeiro de uma empresa familiar, com seus pontos positivos e negativos, que servirá de norte a outras empresas do mesmo seguimento, assim como referencial para outros pesquisadores sobre o tema.

Os procedimentos metodológicos usados nesta pesquisa serão exploratório, qualitativo e o método usado será o estudo de caso. A coleta de dados será feita por meio de entrevista semiestruturada com os proprietários de uma empresa.

Esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: I – Introdução que trará o problema de pesquisa, objetivo geral e os objetivos específicos. II – Referencial Teórico que descreverá os seguintes temas: empresas familiares, planejamento financeiro e fluxo de caixa nas empresas. III – Metodologia será descrito a forma metodológica da pesquisa. IV – Análise e discussão de dados e por fim V – Considerações Finais.

A empresa estudada participou de forma voluntária, fornecendo os dados necessários para a análise, assim como a autorizou o uso de seu nome, imagem e informações para os fins desta pesquisa. E por fim, abdicou dos direitos autorais decorrentes de todos os dados fornecidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item do trabalho são apresentadas informações importantes para o seu desenvolvimento e que serviu como base para as afirmações feitas por este. Foram apresentados dados que corroborou e ajudou a responder as perguntas por levantadas, além que garantiu embasamento científico ao mesmo, através de informações verídicas e autores com reconhecidos no meio. Todas estas ressaltaram a importância deste trabalho para o ramo da contabilidade.

2.1 Empresas Familiares

De acordo Buture, Buture e Silva (2019) as empresas familiares são uma nova ocupação no mercado de trabalho em que um novo gestor iniciará e passará a sua sucessão para pessoas da família. Na administração de empresas familiares há momentos de conflitos, já que cada membro da família possui formas de pensar diferentes.

As empresas familiares se destacam no quadro sócio econômico do Brasil, já que na maioria das vezes, as organizações multinacionais surgem através de um empreendimento familiar. Essas pequenas organizações só não têm maiores destaques no mercado de trabalho

por conta das complicações que surgem durante os processos de sucessão. Situações como essa ocorrem principalmente em pequenas empresas, mas não é incomum em grandes corporações que são de origem familiar. Esses conflitos de sucessão levam muitas empresas a deixarem de existir ou a serem vendidas (Tolotti, Kruger, Petri, 2018).

De acordo com Girardi (2019), as empresas familiares têm aspectos positivos e negativos. Os aspectos positivos englobam a lealdade, a responsabilidade de estratégia organizacional e o orgulho do legado. Porém, existem aspectos negativos como a falta de profissionalismo, as divergências familiares em questão dos planejamentos, a gestão, a dificuldade de encarar os desafios e desta forma impede o desenvolvimento na parte organizacional. Sem contar os conflitos particulares existentes entre os membros da família que trabalham na empresa e que são levados para o âmbito profissional prejudicando a gestão e o desenvolvimento da mesma.

Essas pequenas organizações apresentam grandes preocupações quanto à possibilidade de prejuízo e quanto à necessidade de lidar com a falta de confiança familiar. Quando uma família decide empreender, seus membros assumem responsabilidades pessoais e empresariais e por inúmeros motivos, encontram-se despreparados, assim iniciam-se os primeiros problemas que podem levá-los a encerrar suas atividades. Ou serão despertados para o mundo dos negócios buscando informações e maneiras de se aperfeiçoarem em sua gestão, crescerem e permanecerem com boas vendas. Quando estas chegam ao ponto de encerrar suas atividades por problemas familiares ou por falência, geralmente estes empresários têm dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho novamente (Tolotti, Kruger, Petri, 2018).

Ainda segundo os pensamentos de Girardi (2019), quando as heranças das empresariais são transmitidas, muitas das vezes, as gerações seguintes não darão continuidade as tradições acumuladas com os anos visto que elas não carregam consigo estas informações e quando têm conhecimento não as aceitam. Desta forma, para que uma empresa familiar sobreviva com o passar das gerações, é preciso que seus sucessores estejam preparados para assumir os negócios, conduzindo-as à profissionalização e o desenvolvimento das empresas.

2.1.1 Planejamento financeiro nas empresas

Para Lima e Tomé (2018), o plano financeiro é uma declaração que estabelece propósitos de origens econômicas que podem ser alcançadas, e são de grande importância para que os proprietários possam ter o controle dos custos, ganhos, investimentos e perdas que a empresa tenha. Devido à grande burocracia que normalmente existem dentro das corporações, as novas decisões demoram a serem implantadas já que precisam ser analisadas com antecedência o que acaba gerando certa incerteza nas decisões tomadas.

Um bom planejamento financeiro deve prever o que acontecerá caso o planejado não ocorra, frustrando as expectativas dos executivos e do mercado ou se o mercado não estiver aquecido o suficiente para dar o retorno esperado. Deste modo, o objetivo do planejamento financeiro é evitar surpresas e desenvolver planos alternativos. (LUCION, 2005, p. 145-146).

Os modelos de planejamento financeiro existentes exigem de seus analisadores hipóteses a respeito do futuro para que possam prever como o mercado financeiro irá se comportar em com o passar dos anos. As empresas precisam destas especulações para estarem preparadas para qualquer tipo de situação sem que seus lucros sejam afetados. Normalmente usam-se as projeções de balanço, demonstrações de resultado, fluxo de caixa e premissas econômicas para esses fins. A ausência de planejamento financeiro causa a falta de liquidez, levando-as a falência, mesmo que os ativos totais englobam os ativos não circulantes, e estes ultrapassem os passivos (SOUZA, FONSECA, 2019).

Conforme Rocatelli (2018), o planejamento financeiro é uma forma de proporcionar uma visão total das finanças evitando gastos desnecessários para a organização. É uma forma de organizar os orçamentos e os planos estratégicos para garantir os ganhos.

Controlar e planejar são duas ações que estão diretamente ligadas e que se complementam já que para o planejamento é preciso fixar padrões e metas alcançáveis e realistas, enquanto o controle permite que as informações sejam obtidas para a construção de planos com projeções de desempenhos reais. Com um bom trabalho destas ações é possível ter um *feedback* que permite um sistema transformador e com boas previsões quanto ao que se pode esperar do mercado financeiro a empresa, além é claro, estar preparado para lidar com situações inesperadas (LUCION, 2005).

A figura apresentada a seguir, apresenta uma forma de planejamento que ocorre em etapas que se inicia com a definição das metas e dos objetivos, seguindo para a criação de planos a longo e curto prazo, passando pelas previsões de mercado e finalizando com as demonstrações das projeções econômicas planejadas. Com os dados do fluxo de caixa é possível consolidar o orçamento o que permite idealizar aumento das vendas, e caso isso leve a uma situação de carência administrativa o plano prevê as medidas que podem ser tomadas para então supri-las (LUCION, 2005).

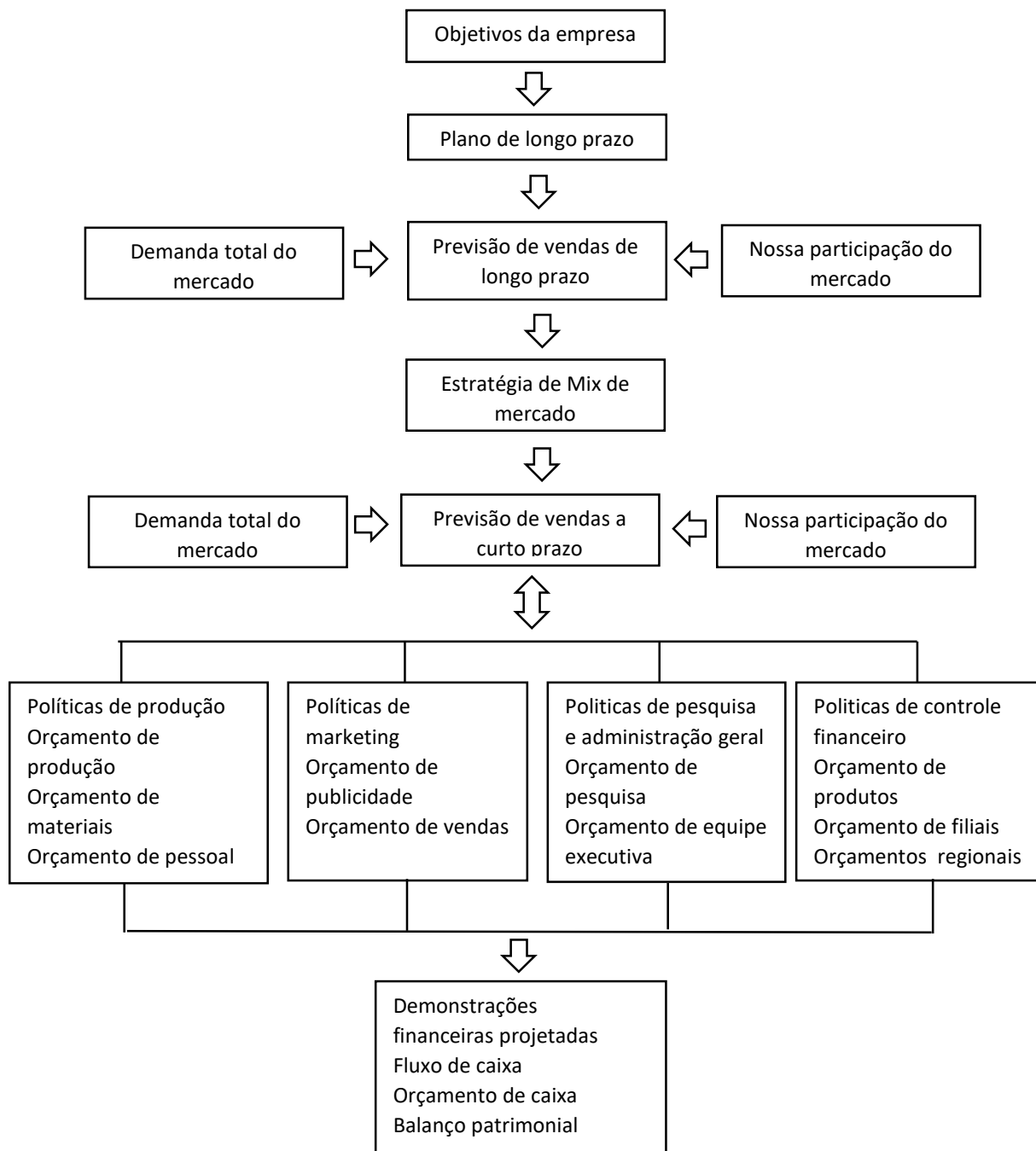
Segundo Oliveira (2012), o plano financeiro serve exatamente para que seja possível solucionar os problemas que venha a surgir e principalmente para prever boa parte deles. O controle entra em ação neste momento garantindo que a empresa tenha recursos para sobreviver a este período de dificuldade apresentando soluções plausíveis, reais e aplicáveis a ao problema, conseguindo assim uma solução para eles. Estar preparado também é uma forma de obter recursos para ampliações, desenvolvimento e novos investimentos. O plano financeiro é essencial para que a empresa sobreviva ao longo dos anos no mercado, já que este é um ambiente hostil e de grande concorrência.

Lemes et. al. (2002) traz em sua publicação uma afirmação com relação ao planejamento financeiro que merece destaque:

O planejamento financeiro direciona a empresa e estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Um plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro. Em sua maioria, as decisões numa empresa demoram bastante para serem implantadas. Numa situação de incerteza, isso exige que as decisões sejam analisadas com grande antecedência. (LEMES et. al., 2002, p. 243).

Weston (2000) afirma que: “[...] O processo de planejamento financeiro começa com a especificação dos objetivos da empresa, após o que a administração divulga uma série de previsões e orçamentos para cada área significativa da empresa”. Ou seja, o planejamento financeiro e o controle de gastos estão diretamente ligados aos lucros obtidos pela empresa.

Fluxograma 1: Visão geral do processo de planejamento financeiro e processo de controle.



Fonte: Lucion, 2005, p. 147. Coocitação de Weston e Brigham, 2000, p.344.

Braga (1992) e Oliveira (2012) alegam que o planejamento financeiro uni planos avançados de administração financeira com a coordenação aplicável desses planos em todas as áreas da empresa. Assim este deve acontecer em duas etapas visando o desenvolvimento, os ganhos e perdas a longo e curto prazo e sempre acompanhando as variações do planejamento financeiro global. Sendo assim, sabe-se que para um bom planejamento que seja capaz de suprir todas as necessidades da empresa é preciso ter indicações para o futuro, flexibilidade nas aplicações, participação direta dos responsáveis e a necessidade de se dividir em duas etapas separando as projeções e os obstáculos de curto e longo prazo.

2.1.1.1 Fluxo de Caixa

De acordo com Marques (2011), o fluxo de caixa é uma ferramenta que detém o controle das movimentações financeiras de uma organização, ele determina de forma eficaz as tomadas de decisões em relação ao financeiro da empresa. O que o torna uma ferramenta de controle gerencial pela qual, são projetadas as receitas financeiras, mas que também auxilia em investimentos futuros da empresa. Diante disso, o fluxo de caixa no seu desenvolvimento organiza adequadamente o sistema financeiro relativo os movimentos diários e o sistema empresarial organizacional.

Recentemente Santos (2019) publicou um artigo que afirmando que para que as empresas tenham uma boa gestão de fato, é preciso que elas desenvolvam um planejamento que correspondam às suas necessidades, e o fluxo de caixa é uma forma prática de atuação do plano financeiro nas empresas, pois assim mostram-se os recursos satisfatórios e a exatidão do financeiro, sendo uma forma da organização ter controle das suas entradas e saídas.

O responsável pelo fluxo de caixa possui uma visão geral sobre a empresa e referentes funções, como os pagamentos, os recebimentos, os salários, as compras de matéria prima, dentre outras funções, identificando assim aos proprietários o que pode ser gasto no futuro. Diante disso, se a organização dos pagamentos dos gastos for de curto prazo, a empresa precisa possuir um registro de todos os gastos em determinados períodos. (ERBANO et. al. 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação e tipologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foi feito um estudo de caso em uma gestão familiar onde foi realizada uma pesquisa exploratória por método qualitativo. A coleta de dados foi através de entrevista com roteiro semiestruturado com o gestor da empresa. Para isso foi elaborado uma entrevista que guiou o entrevistado para que seja possível obter os dados necessários para o desenvolvimento deste trabalho. Além de fornecer o termo de consentimento livre e esclarecido para que a empresa participante esteja ciente das condições que este será desenvolvido e o resguardo de suas informações.

Conforme Beuren et. al. (2008) uma pesquisa exploratória é uma forma de obter conhecimento quanto à temática abordada no estudo em questão. Com isso, é possível identificar as questões mais profundas e importantes para se conduzir a pesquisa.

Goldenberg afirma em sua publicação intitulada “Arte de pesquisar” de 1997 (p. 34) que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Desta maneira, a pesquisa torna-se um fenômeno dentro do contexto real, trazendo comprovações científicas para as informações que foram por ela obtidas.

Ainda seguindo os pensamentos de Beuren et. Al. (2008), um estudo de caso pode ser caracterizado com o aspecto de análise e interação um único caso. Estes estudos afirmam que se trata de um método preferido dos pesquisadores, pois permite conhecimento amplo e específico com maior nível de detalhes e informações ao realizar as análises.

3.1.1 Instrumentos de coleta de dados

Para realizar o trabalho foi feita uma entrevista com o gestor da empresa selecionada, onde ele foi questionado quanto à existência de um planejamento financeiro na mesma e como

esse trabalho é desenvolvido. O intuito do presente trabalho foi apresentar os efeitos que o planejamento financeiro pode ter em empresas familiares, conciliando informações teóricas e as práticas.

Segundo Oliveira (2022) o método de coleta de dados pela entrevista trata-se de um diálogo aonde o entrevistador conduz o entrevistado com o propósito de recolher relatos, informações e dados para serem analisados durante a construção do artigo. Os dados coletados têm como objetivo disponibilizar uma melhor compreensão dos seguimentos existentes das instituições selecionadas para o estudo. Pode-se considerar que a coleta de dados por meio de entrevista permite a compreensão imediata das informações desejadas, podendo ser aplicada praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais diversos assuntos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Afim de buscar respostas para o problema de pesquisa e os objetivos levantados por este estudo, aplicou-se uma entrevista em uma empresa familiar da cidade de São Sebastião do Paraíso do ramo de construção, e através destas informações foi realizado uma análise de seu planejamento financeiro para apontar dentre outras coisas, os pontos fortes e fracos deste planejamento.

A empresa em estudo foi fundada em 1957 por Benedito Martoni. Iniciou suas atividades como serralheria e em 1969 expandiu para o ramo dos materiais de construção e permanece até os dias atuais (2022). Devido à grande dedicação dos seus administradores, o grupo Martoni é conhecido pela alta qualidade e diversidade de seus produtos. Em 2005 a empresa iniciou uma nova expansão, dessa vez seguindo o ramo da hotelaria, inaugurou-se então o BM Palace Hotel que assim como a loja, oferece aos seus clientes um excelente atendimento (JORNAL DO SUDOESTE, 2022).

O responsável entrevistado ocupa o cargo de sócio administrador da empresa e se dispôs voluntariamente a responder a todas as perguntas necessárias para conclusão deste. Como respaldo de sua participação voluntária foi-lhe fornecido um termo de consentimento livre e esclarecido, afim de garantir que todas as informações importantes estivessem protegidas.

Segundo as respostas fornecidas por meio da entrevista, a empresa faz uso de métodos de planejamento financeiro desde a sua criação utilizando o fluxo de caixa para tal atividade. Até o momento da construção desde artigo o planejamento utilizado por ela foi desenvolvido pelo entrevistado e segundo suas respostas, têm apresentado ótimos resultados. Com exceção de um fato que ocorreu a aproximadamente 23 anos que gerou um prejuízo de cerca de um milhão de dólares a empresa. Apesar da grande perda, o grupo se recuperou bem e logo voltou a ser lucrativa e a alcançar suas metas.

O grupo sabe reconhecer e apontar os pontos fracos e os fortes de seu planejamento financeiro, ação essa que garante a sustentabilidade da empresa no ramo. Ao reconhecer o que deve ser mantido e aquilo que deve ser melhorado abre espaço para mudanças que gerarão impactos positivos em seus rendimentos. Uma boa organização, clientes satisfeitos, funcionários dedicados e uma administração que sabe valorizar todos os setores de uma empresa, garante sua lucratividade, expansão e sobrevivência.

O responsável relata que as inadimplências de alguns clientes afetam diretamente o fluxo de caixa e conseqüentemente a sua receita. Ao ser constatado o problema, foi realizado manobras para buscar soluções viáveis a ser implantadas o quanto antes. Ainda segundo o voluntário, a loja precisa gerar receita suficiente para cobrir seus gastos (impostos, funcionários, manutenção, etc.), gerar lucros aos proprietários e também valores para novos investimentos.

Seu foco é o planejamento financeiro em curto prazo já que assim eles conseguem se organizar melhor e garantir um crescimento considerável. Trabalhando dessa forma eles

conseguem, segundo suas próprias palavras: “[...] as possibilidades de erro são menores e a mudança é mais rápida”, ou seja, dessa maneira eles conseguem evitar prejuízos causados por alguma falha no plano financeiro.

Há mais uma questão importante a ser ressaltada a partir das respostas fornecidas. Foram realizadas perguntas quanto à aplicação e a frequência de treinamentos aos funcionários responsáveis pelo planejamento financeiro e pela precificação de seus produtos. O grupo Martoni realiza treinamentos a cada seis meses com estes funcionários e utiliza softwares que auxiliam nesse processo e também durante o dia a dia. Mantém uma equipe de recursos humanos (RH) que se encarrega de organizar, preparar, viabilizar e registrar todos os treinamentos necessários.

Almeida et. al. (2016) faz uma excelente observação quanto aos treinamentos:

O treinamento é uma maneira que as empresas possuem de moldar seus colaboradores para que estes desempenhem suas funções de acordo com aquilo que é esperado como desempenho. Dessa forma o treinamento passa a ser uma alternativa a inserir nas ações dos funcionários, um pouco do “jeito/atitude” que a empresa quer demonstrar aos clientes. (ALMEIDA et. al., 2016, p. 3).

Milkovich e Boudreau (2000), afirma que é durante a avaliação dos resultados que é possível constatar a eficácia de um treinamento, reafirmando a necessidade deste processo para que as metas sejam alcançadas com eficiência. E ainda acrescenta que a preocupação com o bem-estar dos funcionários tem ligação direta com os resultados obtidos pela empresa. Funcionários que trabalham felizes geram clientes satisfeitos e fiéis, garantindo um ótimo fluxo de vendas e conseqüentemente, grandes lucros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível compreender a necessidade de um bom planejamento financeiro para que a empresa sobreviva além dos primeiros cinco anos, período este que segundo dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 37,6% das empresas nascidas em 2014 conseguiram ultrapassar essa marca, o que equivalente a 207,5 mil do total de 551,3 mil empresas abertas nesse ano.

Apesar desta análise ter sido realizada em somente uma empresa como forma de estudo de caso, foi possível compreender o quanto uma boa organização, administração assim como já foi citado sobre o planejamento financeiro são importantes para a empresa. Sem eles fica impossível que ela cresça, gere lucros e expanda. Encontrar meio de manter as finanças em equilíbrio e gerando lucros, é o melhor caminho a seguir.

Quando uma família decide empreender, ela em geral, inicia esse processo buscando melhorias no seu estilo de vida e a empresa passa a ser seu único meio de se sustentar. A cidade de São Sebastião do Paraíso é repleta de exemplos de empresas familiares que prosperaram e também de empresas que não sobreviveram ao passar dos anos. Em conversa durante a entrevista, o voluntário afirmou que é preciso adaptar as mudanças que a sociedade passa no decorrer dos anos, as preferencias mudam e conseqüentemente o seu produto precisa acompanhar.

Para o sócio administrador da empresa em que esse estudo foi desenvolvido, saber administrar e planejar cada passo da empresa não são as únicas coisas que garantiram o seu sucesso, também foi precisa muita dedicação, amor pelo seu negócio, disposição para trabalhar e principalmente a vontade de crescer e se solidificar como referência no ramo de materiais de construção.

Então, ao fim deste estudo de caso é possível afirmar que foram encontradas respostas para o problema de pesquisa e os objetivos levantados. Os procedimentos foram satisfatórios, a entrevista garantiu que as metas fossem alcançadas com clareza e a análise das informações permitiu concluir que não importa a forma como o planejamento será desenvolvido desde que ele exista nas empresas.

Conclui-se que, através do uso do método aqui estudado, é possível garantir que a empresa fortalece as probabilidades de ultrapassar os primeiros anos de existência. Como já foi apresentado anteriormente, esse é um período crucial, ao vencer esse desafio, é bem provável que a organização permaneça em funcionamento por vários outros anos. Obviamente que outros fatores devem ser levados em consideração, como a viabilização de novos investimentos. Mas não há dúvidas quanto à necessidade de um plano financeiro para se alcançar êxito na gestão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. I. C. Et. al. **A importância dos Treinamentos nas Organizações**. Ensino de Ciências e Tecnologia – ENCITEC. Faculdade Sul Brasil – FASUL. 2016. Disponível em: https://www.fasul.edu.br/projetos/app/webroot/files/controle_eventos/ce_producao/20161022-132302_arquivo.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

BEUREN, I. M. Et. al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. Atlas, São Paulo, 1992.

BUTURE, E.C.F.; BUTURE, L. F. P.; SILVA, F.P. **Empresas Familiares: Uma Análise do Processo de Sucessão em Empresas do Ramo de Varejo**. IX Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta Grossa – PR, 04 a 06 de dezembro de 2019. Disponível em: https://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/09292019_160942_5d9109aac5871.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2022.

ERBANO, B. L. **Fluxo de Caixa**. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELV. Indaial – SC, 2013. Disponível em: https://189-016-006-142.asselvi.edu.br/index.php/GESTAO_EaD/article/view/1248/40. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

FERREIRA, F. P. **A Importância do Planejamento Financeiro Sucessório em Empresas Familiares do Município de Aracruz – ES**. Administração de Empresas, Curitiba – PR. Vol.17. N°. 18, p. 29 – 51, 2017.

FENACON – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS. **Menos de 40% das empresas nascidas no Brasil sobrevivem após cinco anos, diz IBGE**. Publicado em 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://fenacon.org.br/noticias/menos-de-40-das-empresas-nascidas-no-brasil-sobrevivem-apos-cinco-anos-diz-ibge/#:~:text=partir%20de%202020,-,Segundo%20o%20IBGE%2C%20apenas%2037%2C6%25%20das%20empresas%20nascidas,e%20o%20tamanho%20das%20empresas>. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

FONSECA, B. G.; SOUZA, L. S.; **A Importância do Planejamento Financeiro para Empresas Familiares.** Revista Científica. Vol. 1. Nº 1. União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO. São Jose do Rio Preto – SP, 2019. Disponível em: <http://189.112.117.16/index.php/revista-cientifica/article/view/168>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

GIRARDI, H. U. **As Relações Entre Propriedade, Gestão em Família e a Adoção de Práticas de Governança Corporativa em Empresas Familiares: Um Estudo de Caso Múltiplo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2019.

GOLDENBERG, M. **Arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

JORNAL DO SUDOESTE. **Martoni Materiais de Construção 63 anos.** ACISSP em foco. Empresas e empresários. Por Nelson de Paula Duarte. Publicado em: 15 de novembro de 2020. Disponível em: <http://jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=207905 &src=sdkpreparse>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

LEMES, A. B. J et. al.. **Administração financeira: Princípios, fundamentos e práticas brasileiras.** Rio de Janeiro, 2002.

LIMA, V. R.; TOMÉ, A.S. **A Importância da Adoção de um Planejamento Financeiro para a Gestão e Crescimento das Pequenas Empresas - The Importance of the Adoption of Financial Planning for the Management and Growth of Small Enterprise.** Revista Eletrônica de Gestão e Serviços. Vol. 9. Nº. 1, pp. 2190 – 2206. Janeiro/Junho, 2018. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/2928/c75389c9ed62274fd267bba8e9_d7d2cfb167.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2022.

LISBOA, I. **Sucessão nas Empresas Familiares e o Impacto no Endividamento.** Revista de Gestão dos países de Língua Portuguesa. Portugal, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rgplp/article/view/78223/74933>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

LUCION, C. E. R. **Planejamento Financeiro.** Revista Eletronica de Contabilidade. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul. Vol. 1. Nº 3. Mar – Mai, 2005, p. 143 – 160. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/142/3955>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

MARCIANO, W.F. **Contabilidade Gerencial e o Planejamento Financeiro como Ferramenta na Gestão e Tomadas de Decisão para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.** Faculdades Doctum de Caratinga. Caratinga – MG. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/3406/1/TCC%20WILLIAN.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

MARQUES, J. H. V. L. **Fluxo de Caixa: Ferramenta na Administração Financeira. Artigo para Graduação de Ciências Contábeis.** Taboão de Serra, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227432491_FLUXO_DE_CAIXA_FERRAMENTA_NA_ADMINISTRACAO_FINANCEIRA. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

MILKOVICH, G. T. BOUDREAU, J. W. **Administração de recursos humanos.** Atlas, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, A. **Coleta de Dados: Quais São os Métodos e Como Fazer?**. Blog MindMiners. Postado em 22 de março de 2022. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/coleta-de-dados-como-fazer/>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

OLIVEIRA, D. C. **A importância do Planejamento Financeiro - The importance of Financial Planning. Faculdade de Jaguariúna.** Revista Intellectus. Ano VIII. Nº 20. ISSN 1679-8902. 2012, p. 75 – 83.

SANTOS, J. R. P.; **A importância do Fluxo de Caixa para a Gestão de uma Pequena Empresa.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Especialização em Gestão Contábil e Financeira. Pato Branco, 2019. Disponível em: http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25779/1/PB_EGCF_XV_2019_11.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2022.

TOLOTTI, C. M. F.; KRUGER, S. D.; PETRI, S. M.; **Características do Processo de Sucessão Familiar: Uma Abordagem em Entidades Rurais de Santa Catarina.** Revista de Extensão da URI. Vol. 14. Nº 26, p.97 – 109. Chapecó, maio de 2018. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_026/artigos/pdf/Artigo_08.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2022.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira.** São Paulo: Makron Books, 2000.

ESTUDO DA VARIABILIDADE DOS PREÇOS DAS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NEGOCIADAS NA B³ NA PANDEMIA DO COVID-19¹

Leticia Braghini Silva²
Lucas Mateus Lima³

RESUMO

A bolsa de valores é um instrumento para investidores que visam retornos financeiros com comercialização de ações. Com a pandemia do COVID-19, a população sofreu danos sociais e econômicos, atingindo o mundo todo. Diante desse contexto, surgiu-se o seguinte problema de pesquisa: Qual a variação dos preços das ações das instituições financeiras negociadas na B³ na pandemia do COVID-19? O objetivo geral deste estudo foi verificar a influência da pandemia do COVID-19 na variação dos preços das ações das instituições financeiras negociadas na B³. Dessa maneira, definiu-se ainda os objetivos específicos como: apresentar de forma gráfica a flutuação dos preços das ações no referido setor nos períodos, pré e durante pandemia do COVID-19, comparar os preços das ações das instituições financeiras nos períodos, pré e durante pandemia do COVID-19 e demonstrar em porcentagem as oscilações dos preços das ações das instituições financeiras no período estudado. Utilizou-se nesta pesquisa como procedimento metodológico a abordagem qualitativa e quantitativa, quanto ao objetivo descritivo e quanto aos procedimentos bibliográficos. Através dos resultados alcançados verificou-se que a pandemia causou queda nos preços das ações das principais instituições financeiras.

Palavras-chave: bolsa de valores; COVID-19; instituições financeiras; pandemia.

1 INTRODUÇÃO

As instituições financeiras exercem um papel fundamental para a economia, por meio da intermediação monetária, como fonte de financiamento, como instrumento estabilizador da política monetária governamental, além de ser fonte de investimento quando possuir seu capital aberto e composto de ações (FREITAS et al., 2018).

Os usuários que utilizam as instituições financeiras como investimento de recursos se preocupam com a situação econômico-financeira, fazendo acompanhamento dos indicadores de liquidez, desempenho, progressão, além de analisar demonstrações contábeis (SILVA, J., 2018).

Tais usuários atentam-se quanto aos diversos fatores que podem influenciar os preços das ações, como sendo: internos ou externos, política, macroeconomia, informações contábeis, mas como também mudanças nos funcionamentos de atividades econômicas da empresa (GOULART, 2007).

E o setor econômico deparou com uma grande crise global causada pela contaminação do COVID-19, sendo um cenário de muitas incertezas, diante do desemprego, fechamento de empresas, queda de faturamento e alto nível de endividamento (DANTAS, 2020).

¹ Artigo submetido em 08/11/2022, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, em 28/11/2022.

² Graduada em Ciências Contábeis pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: leehbraghini@outlook.com.

³ Professor-orientador. Mestre em Engenharia de Produção. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: lucaslima@libertas.edu.br.

Com o enfrentamento da pandemia mundial foram inúmeros os setores afetados, a economia mundial sofreu uma queda inesperada pela necessidade de isolamento social, interrupção das atividades e pela urgência de conter aglomerações (SILVA, M; SILVA, R, 2020).

Ao deparar com este cenário, motivou-se então a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a variação dos preços das ações das instituições financeiras negociadas na B³ na pandemia do COVID-19?

Para responder este problema de pesquisa tem-se o seguinte objetivo geral: verificar a influência da pandemia do COVID-19 na variação dos preços das ações das instituições financeiras negociadas na B³. E para alcançar o objetivo geral definiu-se os objetivos específicos: apresentar de forma gráfica a flutuação dos preços das ações no referido setor nos períodos, pré e durante pandemia do COVID-19, comparar os preços das ações das instituições financeiras nos períodos, pré e durante pandemia do COVID-19 e demonstrar em porcentagem as oscilações dos preços das ações das instituições financeiras no período estudado.

Quanto aos aspectos metodológicos: a abordagem é mista com método qualitativo-quantitativo realizando uma análise aprofundada dos fenômenos com a verificação da oscilação dos preços das ações, utilizando-se nos procedimentos o bibliográfico e os objetivos descritivos.

O presente estudo se justifica, por se tratar de um assunto recente e ainda em discussão a nível global, já que ainda não foi mensurado todos os danos e impactos causados pela pandemia do COVID-19. Neste sentido, de forma específica aos preços das ações das instituições financeiras, se faz necessário o estudo e entendimento, por ser a fonte de recursos financeiros procurados pelas empresas e população.

Diante dessa situação, surgiu-se o estímulo de estudar os preços das ações das principais instituições financeiras, uma vez que, os stakeholders têm a precaução da preservação do seu patrimônio independentemente do valor do seu investimento, e com toda a influência externa acontecendo no presente é importante as informações de todos os possíveis problemas a enfrentar.

Após esta introdução o artigo está estruturado com cinco seções. A seção dois traz o referencial teórico sobre os seguintes temas: mercados de capitais, sociedades anônimas de capital aberto, bolsa de valores, ações e suas espécies, valor das ações, fatores influentes nos preços das ações, instituições financeiras e pandemia do COVID-19. Em seguida a seção três com os procedimentos metodológicos utilizados para elaboração da pesquisa, a seção quatro com o levantamento dos preços das ações das principais instituições financeiras nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, juntamente com as verificações dos fatos e as análises dos dados coletados e por fim para o encerramento do trabalho a seção cinco com as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mercado de Capitais

O mercado de capitais é um dos quatro mercados constituídos no sistema financeiro nacional, que é formalizado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), onde acontece a permuta de recursos financeiros entre as empresas de capital aberto e os investidores de recursos que visam retorno financeiro a curto ou a longo prazo (LAGIOIA, 2011).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é regulamentada por meio da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, ora vinculada ao Ministério da Fazenda é administrada por um

Presidente e quatro Diretores, nomeados diretamente pelo Presidente da República e aprovados pelos senadores federais (BRASIL, 1976).

A CVM está sujeita a regulamentar, administrar, desenvolver e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do Brasil, com o objetivo de proteger e assegurar a ampla divulgação de informações sobre os valores mobiliários (BRASIL, 1976).

As atividades disciplinadas e fiscalizadas pela CVM, ora instaurada pela referida são: (BRASIL, 1976).

- a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado;
- a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- a negociação e intermediação no mercado de derivativos;
- a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Valores;
- a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Mercadorias e Futuros;
- a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários;
- a auditoria das companhias abertas;
- os serviços de consultor e analista de valores mobiliários.

A permuta entre as companhias de capital aberto e investidores ocorre com mediação dos intermediários financeiros a negociação acontece para vários tipos de ativos, afirma Lagioia (2011).

Os ativos negociados pelos intermediários financeiros são chamados de valores mobiliários instituídos pela lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que são eles: (BRASIL, 1976).

- Mas ações, debêntures e bônus de subscrição;
- os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários;
- os certificados de depósito de valores mobiliários;
- as cédulas de debêntures;
- as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;
- as notas comerciais;
- os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;
- outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e
- quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.

Os valores imobiliários são investimentos em dinheiro ou em bens com avaliação monetária em capital de risco feito a um empreendimento, onde não tem administração direta, mas com o objetivo de retorno financeiro lucrativo (PINHEIRO, 2016).

2.2 Sociedades Anônimas de Capital Aberto

O crescimento e desenvolvimento da economia pode melhorar o nível de vida, e para que haja a expansão as empresas necessitam de aumentar sua produtividade e acumular capital produtivo (PINHEIRO, 2016). E as sociedades anônimas surgiram com a necessidade das empresas de captarem recursos de forma mais simples e mais barata para a empresa (GONÇALVES, 2019).

As características dessas companhias são: acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais, boas práticas de governança, acelerar o crescimento, vantagens competitivas, mudança cultural e autonomia relativa (PINHEIRO, 2016).

As sociedades anônimas podem também serem chamadas de companhias, foi instaurada pela Lei de nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que denomina como todas as empresas que obtêm seu capital social dividido em ações, espécie de valor mobiliário, onde a responsabilidade dos sócios e acionistas são limitadas quanto a emissão de ações e adquiridas por eles (BRASIL, 1976).

A companhia será denominada como aberta quando os valores mobiliários estejam em negociação no mercado de valores mobiliários, ou fechada quando não estão admitidos à negociação no mercado. (BRASIL, 1976).

De acordo com Pinheiro (2016), as características das companhias fechadas são: decisões concentradas nos sócios, autonomia na gestão, decisões estratégicas não divulgadas, crescimento limitado e concentração de risco. Essas companhias são sociedades anônimas ora dividida seu capital social por ações, que não são negociadas pela bolsa de valores e não está inscrita na CVM, mas sim negociadas no mercado de balcão não organizado e para que ocorra o aumento de sócios é necessário que seja procurado de maneira particular e reservada.

Conforme Lagioia (2011), o mercado de bolsa é aquele que ocorre em processo de leilão (venda com maior lance) e o mercado de balcão ou mercado de balcão organizado é aquele que os títulos são negociados de forma direta com interessado, mas com mediação dos intermediários financeiros.

As companhias de capital aberto são todas as sociedades anônimas que possuem seu capital social dividido por ações, ora negociadas em mercados de balcão ou de bolsas, mas que devem ser inscritas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para que possam colocar a público a negociação de suas ações (LAGIOIA, 2011; PINHEIRO, 2016).

2.3 Bolsa de Valores

Em concordância com Pinheiro (2016), a bolsa de valores possui como função manter lugar adequado para a realização dos negócios, divulgar e registrar rapidamente todos os negócios realizados e supervisionar a liquidação das operações.

O mercado acionário brasileiro é dividido por mercado de bolsa (Bolsa de Valores) e mercado de balcão que é subdividido em organizado e não organizado. Já o mercado de balcão possui duas divisões, organizado que é um sistema eletrônico de negociação com a supervisão a liquidação das operações e não organizado não possui um sistema e qualquer título pode ser negociado, relata Pinheiro (2016).

Pinheiro (2016, p.349) afirma que “a BM&FBovespa é uma companhia que oferece local, condições e sistemas necessários para a realização de negociações de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente”.

A atual situação da bolsa de valores do Brasil vem de um processo extenso de fusões e incorporações de diversas bolsas importantes já criadas durante a história brasileira econômica. Diante das mais antigas e variadas bolsas de valores brasileiras ressalta-se as de mais recente funcionamento a BM&F e a Bovespa (PINHEIRO, 2016).

A BM&F, Bolsa de Mercadorias & Futuros, foi criada em 26 de outubro de 1917 em face da necessidade de empresários paulistas ligados à exportação, ao comércio e à agricultura (PINHEIRO, 2016).

A Bovespa, Bolsa de Valores de São Paulo, surgiu em 1895, como o nome de Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo, sendo a primeira bolsa de valores criada no estado de São Paulo. Posteriormente com as mudanças do mercado financeiro nacional ela incorporou nove

bolsas de valores em 2000. Pinheiro (2016, p. 344) relata que “o mercado de capitais brasileiro passou a estar integrado, em âmbito nacional, com a participação de sociedades corretoras de todas as regiões do país.”

Em 2008, foi criada a BM&F Bovespa a principal bolsa de valores do Brasil que foi a incorporação da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) a maior bolsa brasileira até 2008 e a Bovespa Holding (Bolsa de Valores de São Paulo), que já nasceu como uma das maiores bolsas do mundo, em termos de valor de mercado (SILVA, A., 2017).

No início de 2017, houve a última e atual fusão da BM&F Bovespa com a Cetip (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos) se tornando a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, também representada como [B]³ (SILVA, A., 2017).

De acordo com Silva (2017), esta consolidação fortaleceu a BM&F Bovespa já que a Cetip era líder na criação, desenvolvimento e administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos, além de operacionalizar e manter sistemas de registro dos respectivos ativos, bem como outras atividades incluídas no estatuto social.

2.4 Ações e suas espécies

As ações são valores mobiliários de títulos de participação de capital social em empresas que são negociados na bolsa de valores. Consideradas como investimentos de renda variável. Mais especificamente são partes do capital social de forma representativa de uma sociedade anônima de capital aberto. Também especificadas como a menor fração do capital social da S. A (Sociedade Anônima) (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

A partir do momento que alguém adquire uma ação independente do seu tipo ele se torna um investidor acionista da empresa, ou seja, se tornando co proprietário com direito a participação nos resultados da entidade (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

Para Mellagi Filho (2012), as ações não são negociadas, mas sim os direitos sobre elas, sendo a venda de uma parte e compra de outra parte.

No tocante aos valores comercializados nas ações, Lagioia (2011, p. 125) relata que: “São influenciadas pela expectativa de compradores e vendedores em relação às empresas e suas perspectivas de geração de resultados.”

A espécie da ação determinará os direitos e deveres de cada acionista, sendo que os direitos deverão ser preservados e respeitados conforme as assembleias e o estatuto social da S.A. (SILVA, A, 2017).

De acordo com o Brasil (1976), as ações possuem duas espécies, de modo a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, sendo ordinárias e preferenciais. As ações preferenciais, o acionista terá prioridade na distribuição de dividendos, antecipação no reembolso do capital, mas não terá direito ao voto em deliberações assembleares (SILVA, A, 2017).

As ações ordinárias são emitidas de forma obrigatória nas companhias, os investidores terão direito ao voto nas assembleias gerais, assim como participação no resultado da empresa, e ainda aquele que possuir mais da metade de ações ordinárias será o acionista controlador (SILVA, A, 2017).

Quanto a forma de emissão das ações tem a nominativa que são emitidos certificados e cautelas a favor do acionista com comprovação da aquisição das ações e as escriturais que são comprovadas a partir da movimentação bancária se emitidos certificados ou cautelas (SILVA, A, 2017).

2.5 Valor das ações

O valor das ações ou cotação das ações é o valor que cada ação será comprada ou negociada na bolsa de valores. Para a definir-se o valor de cada ação são atribuídos critérios pré-estabelecido, que são eles: valor nominal, valor patrimonial, valor intrínseco, valor de mercado, valor subscrição e valor de liquidação (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

O valor de ação nominal é aquela ação que terá o seu valor estabelecido conforme estatuto social da empresa, que coincide com o valor total do capital dividido pela totalidade de quantidade de ações. O valor de ação patrimonial é aquela ação que terá o seu valor correspondendo pela divisão do patrimônio líquido da companhia pela quantidade total de ações emitidas. O valor de ação intrínseco é aquele determinado por analistas especializados em investimentos que denominam que a ação equivale ao valor presente de um fluxo de caixa esperado (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

O valor de ação de mercado, define Lagioia (2011, p. 128) “[...] que nada mais é do que o valor que os compradores estão aceitando pagar e os vendedores aceitando receber para fazer o negócio.” É efetivamente o valor que o mercado está pagando pela ação e o que os vendedores aceitam receber por ela (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

Ação de subscrição é o valor da ação que a companhia decide valer, mas somente em novas ações, ou seja, que serão abertas. E por fim o valor de liquidação é o valor estabelecido para ação levando em consideração a suposição de encerramento da atividade empresarial (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

2.6 Fatores influentes no preço de ações

A determinação dos preços das ações, podem ser definidos por fatores: internos ou externos, política, macroeconomia, informações contábeis, mas também mudanças nos funcionamentos de atividades econômicas, assim como controle interno e administrativo da organização (GOULART, 2007).

A precificação das ações varia conforme a oferta e demanda, sendo a quantidade ofertada e/ou disponível em relação a demanda e/ou procura pela aquisição de ações, ou seja, quando maior a demanda maior será o valor das ações e quando menor a demanda mais baixa o valor das ações (ASSAF NETO, 2015).

Diante do exposto, o preço das ações vai variar conforme o valor de mercado, e algumas circunstâncias podem afetá-las ocasionando até os riscos de investimentos, podendo ser os riscos especificamente da empresa ou o risco do mercado, ou seja, internos e externos (ASSAF NETO, 2015).

Riscos são todas as situações que impedem negativamente uma empresa. São elementos incertos que ocasionam desastres financeiros, conforme (BARALDI, 2018) Nas empresas podem ocorrer diversos riscos que podem influenciar diretamente na comercialização das suas ações, sendo eles: risco de negócio, risco financeiro e risco de mercado.

O risco de negócio está ligado diretamente com a atividade fim e as características da companhia perante as questões macroeconômicas, além de ser um risco assumido voluntariamente com intuito de valorizar a empresa (FRALETTI, 2003).

O risco financeiro é relativo ao endividamento da empresa, sua capacidade de cumprir seus compromissos financeiros assumidos, especificamente revelado pelos índices de endividamento geral, diz Assaf Neto (2015).

Por fim, risco de mercado resulta em mudanças no cenário político e econômico, sendo “[...] as variações imprevistas no comportamento do mercado, determinadas, principalmente, por mudanças ocorridas na economia” (ASSAF NETO, 2015, p. 226).

2.7 Instituições Financeiras

A regulamentação da legislação pertinente às instituições financeiras é a Lei Complementar de nº 105, de 10 de janeiro de 2001, na qual dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (BRASIL, 2001).

São admitidas como instituições financeiras (BRASIL, 2001):

- os bancos de qualquer espécie;
- distribuidoras de valores mobiliários;
- corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- sociedades de crédito imobiliário;
- administradoras de cartões de crédito;
- sociedades de arrendamento mercantil;
- administradoras de mercado de balcão organizado;
- cooperativas de crédito;
- associações de poupança e empréstimo;
- bolsas de valores e de mercadorias e futuros;
- entidades de liquidação e compensação;
- outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

A lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 estabelece também que serão consideradas instituições financeiras todas as pessoas jurídicas públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, sendo em moeda nacional ou estrangeira e a custódia de valor de propriedade de terceiros (BRASIL, 1964).

O funcionamento de quaisquer tipos de instituições financeiras somente poderá acontecer no país mediante autorização prévia do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo quando forem entidades estrangeiras (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

As instituições financeiras utilizam os recursos nelas empregados pelos seus clientes para que haja a movimentação operacional da sua atividade corriqueira e sejam empregados a outros clientes que necessitam de recursos financeiros (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

Os lucros obtidos por elas são os juros e correções monetárias implementadas e cobradas sobre os produtos/recursos financeiros fornecidos pelo banco aos clientes necessitados. E conseqüentemente serão fluídos no encerramento do seu balanço patrimonial que posteriormente levado aos seus investidores por meio das ações comercializadas na bolsa de valores (LAGIOIA, 2011; ASSAF NETO, 2015; PINHEIRO, 2016).

O gerenciamento de resultados contábeis dessas instituições necessita ser de forma transparente e concisa por possuir uma necessidade de construir e manter uma boa liquidez financeira, juntamente com a capacidade de geração de resultados, controles internos eficazes e adequada gestão de riscos, para que assim seus investidores possam ter maior segurança ao investir (GOULART, 2007).

2.8 Pandemia COVID-19

A pandemia do COVID-19 foi uma ocorrência de nível mundial na luta e tratamento do vírus SARS-CoV-2, sua contaminação é de forma rápida e instantânea, abalando as estruturas de diversos setores econômicos. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou como o primeiro caso do vírus em 31 de dezembro de 2019 na China, ocorrendo a primeira onda de contaminação entre janeiro e fevereiro de 2020, posteriormente a doença gerou uma proliferação gradativa pelo resto do planeta (SILVA, M. Cristina; RODRIGUES; YAMASHITA, 2021).

Já no Brasil o primeiro caso declarado foi em 26 de fevereiro de 2020, uma pessoa que se encontrava na Itália e após seu retorno ao país sentiu os primeiros sintomas. A partir daí os casos foram se espalhando e se multiplicando com certas oscilações no decorrer do tempo. Em março de 2020, a OMS designou a doença como pandemia global (OPAS, 2020).

Diante do cenário, com a contaminação do vírus no Brasil e no mundo, declararam emergência pública e isolamento total de todas as formas de contato entre pessoas, acontecendo o fechamento das fronteiras, medida recomendada pela OMS (SILVA, M. Cristina; RODRIGUES; YAMASHITA, 2021).

Com o isolamento social veio a queda brutal das atividades econômicas, somente as tidas como essenciais puderam continuar funcionando, supermercados, farmácias, postos de combustíveis e hospitais (SILVA, M. Cristina; RODRIGUES; YAMASHITA, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa adotou-se como a abordagem mista qualitativa-quantitativa, quanto aos procedimentos bibliográficos e ainda quanto aos objetivos descritivos.

Todas as pesquisas que utilizam o método de abordagem mista são aquelas que não podem ser respondidas por somente um método, ou seja, precisa do tratamento teórico e estatísticos. A utilização da pesquisa mista é vantajosa quando os problemas de pesquisa são complexos e as outras abordagens não fornecem as respostas necessárias (LOZADA; NUNES, 2019).

Segundo (Beuren et al., 2009) o objetivo da pesquisa descritiva é descrever as características de um determinado público referente ao fenômeno analisado. Preocupando-se em observar, analisar, registrar, classificar e interpretar os fatos, não havendo interferência do pesquisador, mais sim uma delimitação precisa das técnicas para conferência na validade científica da pesquisa.

O procedimento utilizado é a pesquisa bibliográfica, que é a busca de informações, em fontes bibliográficas, que se relacionam ao problema de pesquisa e o fundamentam (LOZADA; NUNES, 2019). Este tipo de procedimento deverá ser realizado em fontes confiáveis de informação como, bibliotecas, livros, documentos de caráter técnico-científico como base de dados institucionais (LOZADA; NUNES, 2019).

Quanto aos dados, foram levantados, tratados e respaldados pela B³ (Bolsa de Valores do Brasil). Primeiramente, foi definido o ramo de estudos do referido trabalho, sendo o das principais instituições financeiras inscritas na B³ (Bolsa de Valores do Brasil), com determinação ao ano anterior à pandemia, o ano do surgimento no Brasil e ainda os dois anos subsequentes.

A coleta dos dados foi realizada através da Plataforma Profit Nelógica, versão 5.0.1.65, conectada B3, de acordo com as instituições financeiras listadas no site oficial da B³, no primeiro quadrimestre dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

A fim de desenvolver o tratamento dos dados mediante tabulação e interpretação baseada nos objetivos geral e específicos, apresentando de forma clara e explícita em gráficos os dados selecionados.

4 ANÁLISE DE DADOS

O processo de coleta das informações e interpretação dos dados a fim de cumprir com o objetivo do trabalho foi realizado por etapas que foram discriminadas separadamente. A primeira etapa foi buscar todas as instituições financeiras listadas no site oficial da B³, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Listagem de todas as instituições financeiras listadas na B³.

Instituição Financeira	Quantidade de Ações
ALFA HOLDINGS S.A.	20.873.510
BANCO BMG S.A.	101.429.659
BANCO INTER S.A.	1.753.539.631
BANCO MODAL S.A.	291.184.531
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	14.564.331
BCO ABC BRASIL S.A.	67.592.406
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	19.955.933
BCO AMAZONIA S.A.	1.247.331
BCO BRADESCO S.A.	6.664.960.912
BCO BRASIL S.A.	1.420.530.937
BCO BTG PACTUAL S.A.	3.905.356.768
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	1.548.818
BCO ESTADO DO PARA S.A.	2.036
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	206.996.852
BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	408.473
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	614.477
BCO PAN S.A.	341.124.070
BCO PINE S.A.	54.112.356
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	753.211.210
BCO SOFISA S.A.	SEM DADOS
BR ADVISORY PARTNERS PARTICIPAÇÕES S.A.	171.661.392
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	41.952.156
CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BCO MULTIPLO S.A.	SEM DADOS
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	5.184.179.117
ITAUSA S.A.	5.850.559.658
NU HOLDINGS LTD.	3.520.196.189
PARANA BCO S.A.	SEM DADOS

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que o total de instituições financeiras listadas na B3 com cadastro ativo são vinte e sete, porém, três delas não possuem dados publicados. Para que pudesse ser feita uma análise mais precisa e expressiva, realizou-se a seleção somente das instituições que possuíssem mais de 1 bilhão de ações emitidas, de acordo com a demonstração da Tabela 2.

Tabela 2 – Instituições Financeiras com mais de 1 bilhão de ações emitidas.

Instituição Financeira	Quantidade de Ações
BCO BRADESCO S.A.	6.664.960.912
ITAUSA S.A.	5.850.559.658
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	5.184.179.117
BCO BTG PACTUAL S.A.	3.905.356.768
NU HOLDINGS LTD.	3.520.196.189
BANCO INTER S.A.	1.753.539.631
BCO BRASIL S.A.	1.420.530.937

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Notou-se ainda a necessidade de verificação das datas de abertura dos capitais destas, para que pudessem integrar ao período a ser estudado, relacionando com o fato histórico que é a pandemia do COVID-19, na qual se iniciou no Brasil em março de 2020, com intuito de analisar o ano anterior e durante a pandemia. Portanto, conforme apresentado na Tabela 3 as instituições financeiras listadas na B3 que em 2019 já possuíam seu capital aberto e ainda com mais de 1 bilhão de ações emitidas.

Tabela 3 – Instituições Financeiras com mais de 1 bilhão de ações emitidas, com capital aberto desde 2019.

Instituição Financeira	Sigla	Quantidade de Ações
BCO BRADESCO S.A.	BBDC4	6.664.960.912
ITAUSA S.A.	ITSA4	5.850.559.658
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITUB4	5.184.179.117
BCO BTG PACTUAL S.A.	BPACC11	3.905.356.768
BANCO INTER S.A.	BIDI4	1.753.539.631
BCO BRASIL S.A.	BBAS3	1.420.530.937

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Após a filtragem das instituições financeiras de acordo com a quantidade de ações emitidas desde 2019, prosseguiu-se levantando os valores das ações fechadas no final de cada mês do primeiro quadrimestre dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, conforme apresentado a seguir pela Tabela 4.

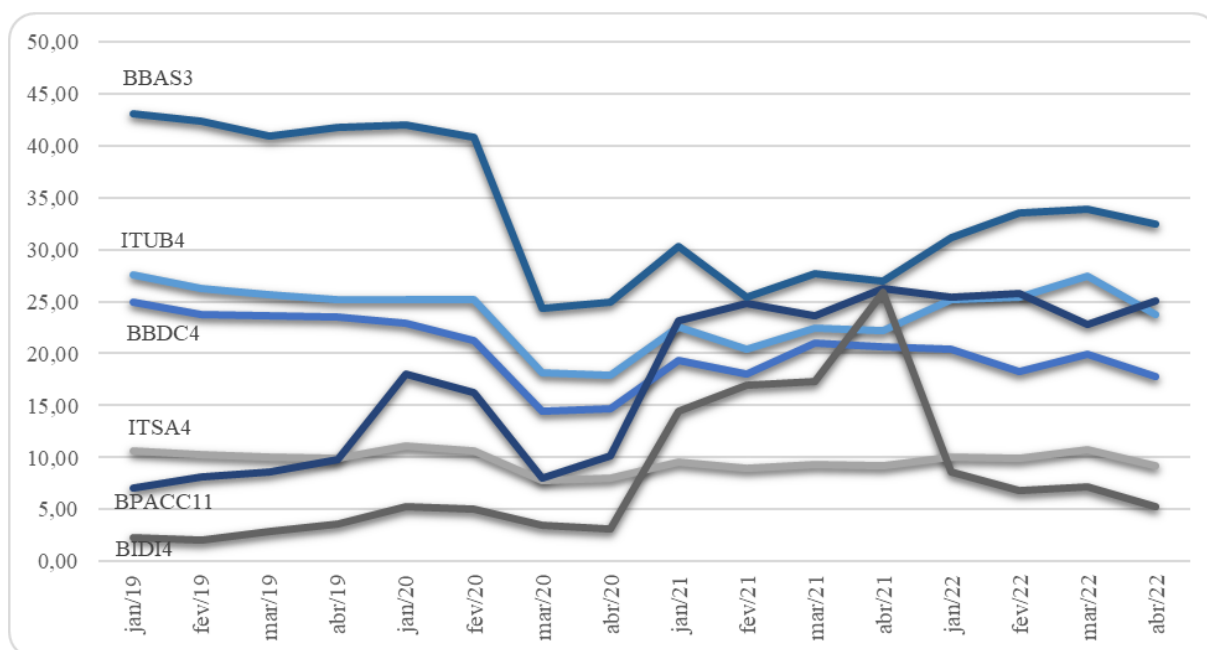
Tabela 4 – Valores das ações fechadas nos respectivos quadrimestres 2019,2020,2021 e 2022.

Sigla	BBDC4	ITSA4	ITUB4	BPACC11	BIDI4	BBAS3
jan/19	R\$ 24,89	R\$ 10,66	R\$ 27,58	R\$ 7,01	R\$ 2,30	R\$ 43,03
fev/19	R\$ 23,80	R\$ 10,32	R\$ 26,23	R\$ 8,09	R\$ 2,10	R\$ 42,38
mar/19	R\$ 23,63	R\$ 10,01	R\$ 25,65	R\$ 8,58	R\$ 2,91	R\$ 40,91
abr/19	R\$ 23,50	R\$ 9,95	R\$ 25,21	R\$ 9,81	R\$ 3,57	R\$ 41,72
jan/20	R\$ 22,88	R\$ 11,09	R\$ 25,14	R\$ 18,07	R\$ 5,28	R\$ 41,95
fev/20	R\$ 21,29	R\$ 10,69	R\$ 25,21	R\$ 16,28	R\$ 5,07	R\$ 40,81
mar/20	R\$ 14,49	R\$ 7,82	R\$ 18,20	R\$ 8,01	R\$ 3,51	R\$ 24,39
abr/20	R\$ 14,71	R\$ 8,02	R\$ 17,96	R\$ 10,19	R\$ 3,10	R\$ 24,93
jan/21	R\$ 19,38	R\$ 9,59	R\$ 22,57	R\$ 23,17	R\$ 14,48	R\$ 30,26
fev/21	R\$ 18,04	R\$ 8,99	R\$ 20,47	R\$ 24,78	R\$ 16,96	R\$ 25,40
mar/21	R\$ 21,01	R\$ 9,37	R\$ 22,46	R\$ 23,66	R\$ 17,32	R\$ 27,68
abr/21	R\$ 20,60	R\$ 9,15	R\$ 22,16	R\$ 26,27	R\$ 25,90	R\$ 26,95
jan/22	R\$ 20,43	R\$ 10,10	R\$ 25,21	R\$ 25,41	R\$ 8,66	R\$ 31,11
fev/22	R\$ 18,24	R\$ 9,93	R\$ 25,38	R\$ 25,76	R\$ 6,80	R\$ 33,54
mar/22	R\$ 19,94	R\$ 10,75	R\$ 27,40	R\$ 22,84	R\$ 7,18	R\$ 33,95
abr/22	R\$ 17,76	R\$ 9,21	R\$ 23,81	R\$ 25,07	R\$ 5,23	R\$ 32,50

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O levantamento das oscilações dos preços das ações das instituições financeiras, de acordo com o período de tempo estudado, foi realizado através de análise gráfica, conforme retratado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Oscilações das instituições nos primeiros quadrimestres de 2019,2020,2021 e 2022.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao verificar o primeiro quadrimestre de 2020 notou-se que até o fechamento de fevereiro mantinha-se uma certa estabilidade em ambas as instituições financeiras, o que mudou consideravelmente até o fechamento do mês de março, de acordo com o Gráfico 1.

E de acordo com Brasil (2020), o primeiro caso confirmado de COVID-19 aconteceu em 26 de fevereiro de 2020, mas em 20 de março de 2020 foi decretado o estado de calamidade pública no Brasil. Conseqüentemente o cenário econômico foi prejudicado, já que para enfrentamento da doença foram adotadas medidas de isolamento social, desencadeando a demanda com gastos básicos para sobrevivência humana, postergando investimentos e o consumo de bens e serviços (SILVA, M; SILVA, R 2020).

Tabela 5 – Análise em percentual da oscilação das ações no mês de determinação da calamidade pública.

2020	BBDC4	ITSA4	ITUB4	BPACC11	BIDI4	BBAS3
Fev	R\$ 21,29	R\$ 10,69	R\$ 25,21	R\$ 16,28	R\$ 5,07	R\$ 40,81
Mar	R\$ 14,49	R\$ 7,82	R\$ 18,20	R\$ 8,01	R\$ 3,51	R\$ 24,39
%	-32%	-27%	-28%	-51%	-31%	-40%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A Tabela 5 representa em porcentagem a variação apresentada pelas instituições financeiras no mês decretado o estado de calamidade pública no Brasil, com relação ao mês anterior, uma média de 35% de queda. Pode-se notar que algumas empresas sofreram uma queda maior, chegando acima de 50% no valor da ação.

O Decreto Legislativo nº 6 de 2020, (Brasil, 2020) relatou que: “Nesse período, as incertezas farão postergar investimentos e aumentarão a poupança precaucional, o que, junto com o menor nível de renda, implica queda no consumo.

Tabela 6 – Análise em percentual do final do quadrimestre de 2020 com 2021.

	BBDC4	ITSA4	ITUB4	BPACC11	BIDI4	BBAS3
2020	R\$ 14,71	R\$ 8,02	R\$ 17,96	R\$ 10,19	R\$ 3,10	R\$ 24,93
2021	R\$ 20,60	R\$ 9,15	R\$ 22,16	R\$ 26,27	R\$ 25,90	R\$ 26,95
%	40%	14%	23%	158%	735%	8%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com Ministério da Economia (2021), o ano de 2021 foi marcado pela volta da geração de empregos, retomada dos níveis de investimento, retomada do comércio exterior, entre outras atividades, afirma ainda que foi o ano em que o Brasil se reergueu aos poucos.

Por isso, em verificação com Gráfico 1 e com a Tabela 6, no primeiro quadrimestre de 2021 não houve quedas dos preços e sim aumentos em relação ao final do semestre de 2020, média de 163% de aumento. Porém, durante os acontecimentos da pandemia verificou-se que a situação econômica brasileira agravou-se podendo ser tratada superior a uma recessão (SILVA, M; SILVA, R 2020).

No gráfico 1 e Tabela 7, apresenta no quadrimestre de 2022 que a partir de janeiro até o fechamento de abril, os preços aumentaram em relação ao ano de 2020, uma média de 52%. Porém, ao comparar com a média de aumento do ano de 2021 com o ano de 2022, verifica-se que as instituições financeiras não tiveram um aumento considerável nos preços das ações, de acordo com a Tabela 8.

Tabela 7 – Análise em percentual do final do quadrimestre de 2020 com 2022.

	BBDC4	ITSA4	ITUB4	BPACC11	BIDI4	BBAS3
2020	R\$ 14,71	R\$ 8,02	R\$ 17,96	R\$ 10,19	R\$ 3,10	R\$ 24,93
2022	R\$ 17,76	R\$ 9,21	R\$ 23,81	R\$ 25,07	R\$ 5,23	R\$ 32,50
%	21%	15%	33%	146%	69%	30%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Tabela 8 – Análise em percentual do final do quadrimestre de 2021 com 2022.

	BBDC4	ITSA4	ITUB4	BPACC11	BIDI4	BBAS3
2021	R\$ 20,60	R\$ 9,15	R\$ 22,16	R\$ 26,27	R\$ 25,90	R\$ 26,95
2022	R\$ 17,76	R\$ 9,21	R\$ 23,81	R\$ 25,07	R\$ 5,23	R\$ 32,50
%	-14%	1%	7%	-5%	-80%	21%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Devido a melhora da pandemia, acelerou-se o reequilíbrio da política macroeconômica, acontecendo a realocação da poupança privada, com a transparência para estimular investimentos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

De acordo com Fia (2022), o Brasil vem realizando medidas governamentais para que as empresas melhorem os seus números, por mais que a população mundial ainda teme quanto ao COVID-19, alguns setores brasileiros começaram a apresentar resultados semelhantes aos níveis pré-pandêmicos.

Em confirmação com a Tabela 7, as instituições financeiras não só recuperam os preços das suas ações no período pré-pandemia, como também apresentaram uma média de 52% de aumento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências causadas pela pandemia em escala mundial, principalmente no setor socioeconômico, originaram muitas incertezas na população. Diante deste cenário, surgiu-se a necessidade de verificação do mercado financeiro, mais especificamente, as instituições financeiras de direito privado, como um dos principais responsáveis pelo fornecimento de recursos financeiros que por conseguinte influenciam assim o fomento e consumo da economia.

Por isso, a pesquisa teve como intuito identificar se a pandemia do COVID-19 teve influência nos preços das ações das principais instituições financeiras que estão listadas atualmente na bolsa de valores.

Por meio de apresentação gráfica e tabelas, no setor analisado, a flutuação dos preços das ações no período pré pandemia de 2019, foi identificado que ocorria uma certa estabilidade entre as instituições financeiras ou pequena oscilação por fatores comuns.

Notou-se ainda que, especificamente no mês em que se decretou estado de calamidade pública no Brasil com a necessidade de isolamento, por conta da pandemia do COVID-19, aconteceu uma queda repentina em todas as instituições financeiras coletadas para a amostra.

Diante das dúvidas que a pandemia trouxe, pode-se verificar que, os investidores das instituições financeiras responsáveis pelo fornecimento de capital no Brasil, não se hesitaram em liquidar seus investimentos para suprir as necessidades básicas e saúde e principalmente

não perder seus investimentos, fazendo assim com que o preço das ações decaia por conta da instabilidade global.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BARALDI, Paulo. Gerenciamento de riscos empresariais. Timburi, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JNNeDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=riscos+empresariais&ots=ZYcIK9vXg0&sig=UtbmqtIXUI_nvqxz4T8GfVikITY#v=onepage&q=riscos%20empresariais&f=false>. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre reconhecimento do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 mar. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 dez. 1976.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 dez. 1976.

DANTAS, Murilo Fernandes de Melo. Comportamento da Bolsa de Valores no Brasil Diante das Crises Globais de 2008 e 2020. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC, Goiania, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1251/1/Murilo%20Mono%20final.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

FIA, Fundação Instituto de Administração. Retomada da economia: cenário brasileiro, desafios e previsões. São Paulo, mai 2022. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/retomada-da-economia-cenario-brasileiro-desafios-e-previsoes/>>. Acesso em: 04 out. 2022.

FRALETTI, Paulo Beltrão. Gestão de Riscos de Mercado: Elemento Diferenciador na Administração de Empresas Não Financeiras. Seminários em Administração do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA/USP. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.fundacaofia.com.br/labfin/pesquisa/artigos/arquivos/162.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

FREITAS, George Alberto de. Governança Corporativa e Desempenho dos Bancos Listados na B3 em Ambiente de Crise Econômica. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, UFC, Ceará, 2018. Disponível em: <<https://journalamg.org/contabil/article/view/1410/pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

GOULART, André Moura Cintra. Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil. Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <

<https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/Gerenciamento%20de%20resultados%20contabeis%20em%20instituicoes%20financeiras%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. Fundamentos do Mercado de Capitais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina da Silva. Metodologia científica. Porto Alegre: Sagra, 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Brasil superou os impactos econômicos da pandemia e está pronto para crescer. 23 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/balancos-e-perspectivas/noticias/brasil-superou-os-impactos-economicos-da-pandemia-e-esta-pronto-para-crescer#:~:text=Todos%20esses%20avan%C3%A7os%20ocorrem%20sob,conter%20os%20impactos%20da%20pandemia>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de Capitais. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SILVA, Anderson Rodrigues da. Aspectos regulatórios da bolsa de valores no Brasil. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/20876/2/Anderson%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, Josemberg Calixto da. Fatores determinantes dos preços das ações: o ebitda é mais value relevant que os indicadores tradicionais?. Repositório Institucional da UFBP, UFBP, João Pessoa, jun. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11920>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, M. Cristina Metzdorf; RODRIGUES, Jessica Marciella Almeida; YAMASHITA, Oscar Mitsuo. Impacto da Pandemia de COVID-19 no Agronegócio Brasileiro. UNEMAT, Mato Grosso, ago. 2021. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/cs/article/view/4087>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, M. Lopes; SILVA, Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. Observatório Socioeconômico da COVID-19, UFSM, Santa Maria, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

O SISTEMA *MANUFACTURING RESOURCE PLANNING* (MRP) COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DE MATÉRIA PRIMA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SEGUIMENTO DE SAÚDE ANIMAL E VEGETAL¹

Juliano De Lima²
Lucas Mateus Lima³

RESUMO

As empresas possuem demandas por informação para suas decisões no processo de gestão. Sobre a programação e aquisição de materiais para a produção, pode ser utilizada a ferramenta *Manufacturing Resource Planning* - MRP. O método programado através de planilhas de MRP na empresa que apresenta programação de compra e estoque de insumos baseado no modo tradicional poderá ajudar a empresa a ter melhor desempenho ou até mesmo um diferencial competitivo? Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a programação de compra de insumos baseado no modo tradicional aplicado na empresa versus método programado através de planilhas de MRP. Já os objetivos específicos: Definir MRP; apontar como o MRP funciona; destacar quais benefícios do MRP. Será realizado um estudo de caso em uma empresa do seguimento de saúde animal e vegetal. O Método do Estudo de Caso foi ser aplicado por meio do levantamento de dados como: levantamentos de documentos, entrevistas, observação participante e observação direta. Foi possível observar os efeitos pandemia COVID-19, nas decisões de compras e estoques, comparados aos controles propostos pela ferramenta MRP.

Palavras-chave: *Manufacturing Resource Planning*; Programação de materiais; Produção.

1 INTRODUÇÃO

Em um mercado mais competitivo é importante que as empresas passem a produzir de forma que atenda às necessidades de seus clientes com qualidade, confiabilidade, menor preço e dentro do prazo de suas necessidades (LISBÔA; SANTOS, 2018).

Assim, com uso de ferramentas para planejar e controlar seus insumos de forma equilibrada evita-se desperdícios e realiza uma melhor gestão de estoques, impedindo a escassez falta de insumos e posteriormente atrasando suas entregas ou mesmo agregando valor alto em estoque.

Com o intuito de controlar o estoque, o Plano de Controle de Produção (PCP) se destaca como uma metodologia que utiliza várias ferramentas para tomadas de decisões, e desse modo programar o sistema produtivo e definir o quanto de suprimento será necessário para atender a demandas de vendas, respeitando as ordens planejadas (LISBÔA; SANTOS, 2018).

Já, o equilíbrio de suprimento com demanda *Manufacturing Resource Planning* (MRP) possibilita quando e quanto de matéria prima serão necessários para atender a produção obedecendo uma lógica de programação. A previsão permite as organizações o reconhecimento

¹ Artigo submetido em 17/10/2022, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Administração em 05/12/2022.

² Graduando em Administração pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: juliano2de2lima@gmail.com.

³ Professor-orientador. Mestre em Engenharia da Produção. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: lucaslima@libertas.edu.br.

de sua curva perfil de uma ferramenta de gerir estoques evitando estagnar valores monetários e faz-se necessário a integração de métodos quantitativos aos métodos qualitativos de previsão de demandas; assegurando as necessidades de produção, gestão melhor de estoque e atendimento das necessidades de seus clientes, isto se apoiando no MRP (SILVA, 2017).

É interessante destacar que, sem a demanda do mercado consumidor a empresa não tem necessidade de adquirir matéria prima, suprimentos em quantidades. Outro fator a ser considerado é o nome da empresa que pode ser comprometido quando uma demanda não é atendida em termos quantitativos ou qualitativos.

Baseando nas considerações supracitadas levantou-se o seguinte problema de pesquisa a ser trabalhado: O método programado através de planilhas de MRP na empresa que apresenta programação de compra e estoque de insumos baseado no modo tradicional poderá ajudar a empresa a ter melhor desempenho ou até mesmo um diferencial competitivo?

O objetivo geral deste trabalho consubstancia-se em analisar a programação de compra e estoque de insumos baseado no modo tradicional aplicado na empresa versus método programado através de planilhas de MRP. Já os objetivos específicos serão os seguintes: definir *Manufacturing Resource Planning* (MRP); apontar como o *Manufacturing Resource Planning* (MRP) funciona e destacar quais benefícios do *Manufacturing Resource Planning* (MRP).

Diante do exposto, justifica-se o tema em estudo tendo como relevância a MRP abordando-o como ajudar a empresa a ter melhor desempenho ou até mesmo um diferencial competitivo, tendo como benefício a melhor gestão do suprimento evitando falta ou investimento altos em estocagem, pois a escassez e atraso nas entregas resultam em cancelamento de pedidos. É que, a ferramenta MRP direciona e orienta para a verdadeira necessidade de suprimento evitando desperdício de matéria prima ou capital de giro parado em estoque. Além disso, a ferramenta em estudo apresenta como lógica a realização de cálculos necessários de materiais para a produção, sendo sistema de planejamento que tem como objetivo de integrar a necessidade de materiais e capacidade surgidas (SILVA, 2017).

De acordo com Viana (2008), presente estudo sempre se identificou com o tema, contudo percebeu a grande escassez de materiais bibliográficos a respeito da questão; aumentando ainda mais seu interesse; e conseqüentemente sendo necessária uma pesquisa mais acentuada para que o mesmo amplie seus conhecimentos, sendo, portanto, uma pesquisa bibliográfica, exploratória e abordagem combinada. E para estreitar esses conhecimentos, realizará também um Estudo de Caso em uma empresa do seguimento de saúde animal e vegetal, na qual o pesquisador é funcionário, e assim observará e coletará dados e evidências ocorridas diariamente dentro da organização.

O Método do Estudo de Caso poderá ser realizado por meio de alguns dados como: registros de arquivos, entrevistas, observação participante e observação direta (VIANNA, 2008).

O estudo foi estruturado em cinco seções, desde a introdução até às considerações finais. A segunda parte aborda o referencial teórico. A terceira seção cuidará da metodologia da pesquisa, quarta seção os resultados e análise. Por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas que deram suporte e fundamentação para a pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento, programação e Controle da Produção - PPCP

Segundo CORREIA (2007), PPCP é essencial para planejamento, execução e controle de estoques. Através deste conceito pode-se definir a quantidade a ser produzida, quais são as necessidades de materiais e quando será entregue o produto final.

A Programação assegura com os responsáveis pelas linhas de produção a quantidade de produto e as tarefas a serem executadas. O PPCP auxilia na tomada de decisões, garantindo melhor gestão das necessidades materiais, assegurando as tomadas de decisões a longo prazo. É necessário implantar um programa de treinamento para quebra de barreira pelos usuários do sistema (CORREIA, 2007).

O PPCP deve compatibilizar as necessidades de produção com a capacidade disponível agregada na programação individualizada, evitando falta de matéria prima ou excesso de estoques. Assim, evitando gastos desnecessários ou antecipados com materiais. (MARTINS; LAUGENI, 2005).

Fazer um desenho procedimental de planejamento deve fazer parte da filosofia da empresa. A logística deve estar coerente com os processos e, conseqüentemente, com a árvore do produto (CORREIA, 2007).

O autor ainda cita alguns pontos relevantes:

- **Garantindo a acuraria das estruturas de produtos:** manutenção de um único registro de produto independente da multiplicidade ou estrutura do produto.
- **O Piloto de Recursos Humanos – RH:** quanto aos treinamentos a serem executados. O Piloto real será executado por todos os envolvidos e seus módulos.
- **Os Dados transformam-se em informações,** recebidos através do sistema de planejamento.
- **As Informações transformam-se em decisões,** através do planejamento, apontamento, parametrizações e customizações.
- **As Decisões transformam-se em vantagens competitivas,** faz com empresa tenha diferencial dos seus concorrentes no planejamento

O objetivo da programação e controle da produção é determinar quais são produtos a serem trabalhados e quais as quantidades de cada um deles. Programar e controlar a produção fazendo ciclo de planejamento mais longo resulta um produto de melhor qualidade. As máquinas e pessoas acabam operando através de indicadores desejáveis, reduzindo estoques e custo operacionais, mantendo ou melhorando o nível de atendimento ao cliente (MOREIRA, 2008).

O Programa de sistema de volume intermediário caracteriza os diversos produtos, onde eles são produzidos na mesma linha de produção. Desta forma, define quanto de cada produto produzir e sua ordem na linha de produção, para se perder menos tempo nas trocas de máquina, tal perda conhecida como setup. Viabiliza a locação de cargas pelo método de designação, faz com que assinale recursos com os trabalhos a serem executados (MOREIRA, 2008).

Para Martins e Laugeni (2005), o PPCP visa a maximização dos resultados pela otimização na utilização dos recursos disponíveis, reduzindo os gargalos e desperdícios. Desta forma, através das Políticas de estoques, evita custos desnecessários.

Outras ferramentas como regras de prioridade, as quais são simples modelos de decisões, usados em situações rotineiras, usualmente usa regras de prioridade para atender uma determinada demanda, e também o Balanceamento de linha, podendo ser conceituado como o fluxo de operações em um sistema contínuo na linha de montagem o qual é dividido em um certo número de operações (MOREIRA, 2008).

2.2 Planejamento das Necessidades Materiais – MRP

O Planejamento das Necessidades Materiais MRP é a conversão de um item de demanda para item de demanda independente, utilizando-se a data e quantidade. O MRP pode ser considerado uma ferramenta de controle de estoque de materiais na produção, sendo proativo, evitando estocagem desnecessária (MOREIRA, 2008).

Moreira (2008) ainda cita que os insumos fundamentais, sem os quais o sistema não pode operar, geram a programação de produção de produtos finais sob demanda e, conseqüentemente a necessidade de emissão das ordens de compra.

O MRP surgiu para atender a necessidade de programar os itens dependentes ou independentes. A demanda independente ocorre pelas necessidades básicas do mercado, são aqueles que são entregues diretos aos consumidores. Desta maneira, atualmente a programação é viabilizada pelos computadores, pois em 1960 era através de mainframes, os quais gastavam horas ou até mesmo uma noite toda para serem processados (MARTINS; LAUGENI, 2005).

A partir da necessidade de produção dá-se a necessidade de componentes, comparando com o estoque atual e a demanda de produção para um determinado período. Assim, aparece a necessidade de compra ou não de múltiplos componentes (MARTINS; LAUGENI, 2005).

O MRP utilizado para calcular as demandas futuras, dos componentes que envolvem os produtos acabados calculando precisamente as necessidades. As demandas são dependentes e independentes, portanto, não sujeito a erro (CORREIA, 2007).

Desta forma, é possível reconhecer, através do MRP, de uma lista de materiais ou da estrutura do produto, se os itens já estão ou estarão em estoque, confrontando a quantidade disponível do produto final. O MRP apoia a gestão de estoque otimizando volumes desnecessários e evitando a quebra de produção (SLACK; CHAMBERS E JOHNSTON, 2009).

Os autores ainda citam sobre a importância e influência do Arranjo Físico (*layout*) no ambiente de produção. Alguns pontos como: o tipo de produção, extensão e clareza do fluxo acabam sendo fatores determinantes quanto à definição do *Layout*. Foram citados quatro tipos básicos: o arranjo posicional, o funcional, o celular e por produto.

2.2.1 Estrutura de cálculo no MRP

A dinâmica de processamento MRP parte da quantidade desejada de um produto final em uma data específica, informações estas fornecidas pelo plano mestre de produção. A partir daí, faz-se a explosão do produto nas necessidades dos componentes, com a devida defasagem de tempo (MOREIRA, 2008).

Recordando a árvore de estrutura do produto, os subconjuntos e componentes do nível 1 devem estar disponíveis antes da data de produzir o produto (MOREIRA, 2008)

MARTINS; LAUGENI (2005), apresenta um esquema de funcionamento de um sistema MRP que a partir do plano mestre dos estoques de materiais, dos estoques de componentes dependente, da lista de materiais, das restrições de mão de obra, da disponibilidade de equipamento e a partir do *lead time*, gera a necessidade de compra.

O MRP, processo sistemático para planejamento e calcular a quantidade das necessidades produtos s, recursos que irão satisfazer determinada demanda. MRP calcula as necessidades liquidas após ser explodido da lista de produtos finais, chamado de processo de programação confronta demanda necessária do produto final menos estoque daí sai a necessidade ou não de compra. (SLACK; CHAMBERS E JOHNSTON, 2009).

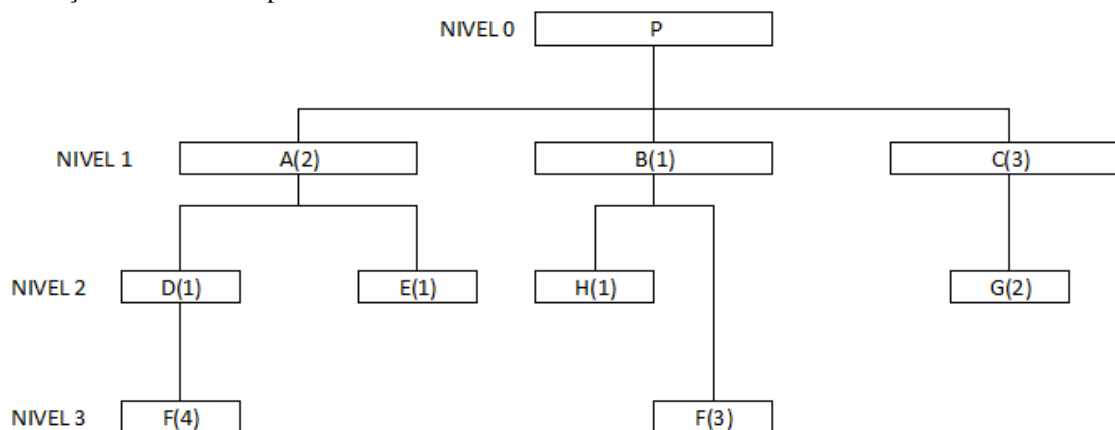
O MRP, no processo de cálculo são demandas dependentes e independentes. Independente demanda futura pela possibilidade de se calcular, tem obrigatoriamente de ser prevista. Dependente parte de um evento como um programa mestre sob controle do planejador (CORREIA, 2007).

2.2.2 Árvore do produto

Segundo Correia (2007) na linguagem do MRP são chamados de itens filho todos os componentes diretos de outros itens. Já os itens pais, correspondem os componentes principais da árvore do produto, a qual demonstra a relação de produto pai e produtos filhos sob demanda.

Segundo Moreira (2008), conforme a árvore de estrutura do produto, torna-se possível identificar a quantidade de cada componente para obtenção do produto final, ela é dividida em nível hierárquico onde são numeradas em ordem crescente.

Ilustração 1 – Árvore do produto



Fonte: Moreira (2008).

Pode-se observar através do conteúdo apresentado, que desde o planejamento há a preocupação com a programação de recursos materiais para a uma melhor gestão de estoques e da produção. Ou seja, não podem ocorrer riscos de falta de matéria prima, nem tampouco o excesso de estoques, tal situação que acaba gerando problemas financeiros da entidade, podendo comprometer seu fluxo de caixa.

2.3 Resultados de artigos publicados sobre a utilização do MRP nas organizações

Implantação MRP e MRP 1 - Artigo elaborado por Pacheco (2014): Estudo de caso na empresa Blukit, relata-se que houve uma grande barreira entre funcionários na sua implantação, mas foi corrigida esta barreira com a capacitação dos colaboradores. Com a implantação, houve um grande aumento na velocidade e resultou significativamente em melhores controles nas ordens. Com o sistema, a empresa planeja compras de insumo de matérias primas através de um histórico de estoques mínimo e de consumo.

Já o estudo de Diniz e Vianna (2018) o MRP auxilia o setor de planejamento e controle de produção na análise de planejamento e na tomada de decisão, determinando a programação de compras de acordo com a necessidade de produção. Destaca-se na necessidade de capital investido para aumentar o meio das comunicações visando a melhoria da gestão de estoque e atendimento a necessidades dos clientes.

Para Godinho Filho e Fernandes (2006), o MRP se mostrou como um planejamento que prevê a situação hierárquica do produto, visando chegar a um plano de produção viável. É um sistema que reage bem às mudanças. Tem capacidade de receber todas as informações das organizações, de acordo com semiacabados e acabados. Melhora o desempenho da organização, aperfeiçoa controles de estoques, ajuda p planejamento de compras e alivia o financeiro, evitando estoques altos por longos períodos sem necessidade.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, necessário, foram estabelecidos uma metodologia para o deslinde da pesquisa. Assim, teve como suporte a teoria expressada por Vergara (2013), que a qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, definida por Cervo et. al. (2014, p. 62), como: “a pesquisa exploratória é aquela que não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo”, sendo que no caso analisar a programação de compra e estoque de insumos baseado no modo tradicional aplicado na empresa versus método programado através de planilhas de MRP.

A caracterização da pesquisa exploratória normalmente ocorre quando a pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. O estudo exploratório busca conhecimento com maior profundidade ao assunto, questão importante para condução da pesquisa (BEUREN et al., 2008). A pesquisa exploratória e desenvolvida o sentido de proporcionar uma visão geral, acerca de um determinado fato (ILSE MARIA BEUREN, 2008).

Quanto à abordagem, a pesquisa será combinada, qualitativa e quantitativa (MARTINS; LAUGENI, 2005, p. 137).

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, definida por Marconi e Lakatos (2016) da seguinte maneira:

A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fitas magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão (...) (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 74).

A pesquisa bibliográfica e exploratória permite ao pesquisador selecionar fontes adequadas àquilo que ele está pesquisando e coerentes umas com as outras, o que possibilita ao pesquisador manter um rumo determinado de pesquisa, sem a contradição de autores que pesquisaram o mesmo assunto/tema, mas deram opinião diferente da linha de pesquisa adotada, quanto aos meios trata-se de uma pesquisa exploratória (BEUREN et al., 2008). A pesquisa bibliográfica foi utilizada para elaboração do referencial teórico deste estudo.

Foi realizado um estudo de caso em uma empresa do seguimento de saúde animal e vegetal.

O Método do Estudo de Caso pode ser realizado por meio de alguns dados como: registros de arquivos, entrevistas, observação participante e observação direta (VIANNA, 2008).

Este artigo foi aplicado através do Estudo de Caso pelo fato de que o pesquisador é funcionário da empresa em estudo, e assim coletará dados e evidências ocorridas diariamente dentro da organização. "Estas evidências geralmente são úteis para prover informações adicionais sobre o tópico em estudo." (YIN, 2009, p.91).

Sendo assim foi feita a pesquisa documental para análise dos relatórios de compras e consumos no período de julho a dezembro de 2021.

Conforme Beuren et al. (2008) a pesquisa documental visa, selecionar tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido em introduzir lhe algum valor podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica.

4 ESTUDO DE CASO

Foi realizado um levantamento de dados através dos relatórios CE0930: estoque de matéria prima, CE0312: relatórios de compras e o CE031: consumo de matéria prima. Com estes dados, foram elaborados tabelas comparativas e gráficos de como foi o resultado no segundo semestre do ano 2021, Como tabelas nos apêndices nas páginas 15 e 16.

Estes relatórios foram gerados através do software ERP da empresa, pelo qual a empresa escolhida para a realização deste estudo de caso utiliza execução de suas atividades de controles.

4.1 Apresentação da empresa analisada

A empresa explorada durante este estudo de caso é uma organização que foi fundada na década de 40, sendo uma sociedade alicerçada em conceitos de administração, cultura e princípios de organização nipônica, empresa que herdou de seus fundadores a perseverança, o trabalho em equipe e o empreendedorismo.

Há 70 anos no mercado brasileiro, tem como foco principal o agronegócio, que envolve a produção e comercialização de sementes para pastagens, suplementos minerais, rações para peixes, equipamentos agrícolas, inoculantes para silagem e saúde animal.

Presente em todo o Brasil, esta instituição conta com nove fábricas estrategicamente localizadas nos municípios de: Alvares Machado - SP e Jacareí - SP, São Sebastião do Paraíso - MG, Cuiabá - MT, Goianira - GO, Vitória da Conquista - BA, Imperatriz - MA e Fortaleza - CE. Possui pontos de distribuição estão em Ji-Paraná - RO, Curitiba - PR, Campo Grande -MS e Água Boa – MT.

Buscando atender todo mercado nacional com as linhas Suplementação para bovinos, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos, uma linha completa de pet para animais domésticos, sementes para pastagens e forragem de solo, um laboratório de medicamentos para animais. Com mais de 1.600 colaboradores diretos e 2.950 colaboradores indiretos, tendo certificados ISSO 9001 e BPF como sendo os principais destaques em sua garantia de produção de qualidade. Sendo ainda detentora de troféus como o Nelore de ouro, este no qual a empresa possui 7 títulos, atualmente no quesito agronegócio hoje está em segundo lugar em todo território nacional, sempre criando, inovando e expandindo suas unidades em busca do primeiro lugar no território nacional.

4.2 Apuração das informações sobre gestão de estoques e consumo de insumos na produção

Para a apuração dos resultados deste estudo, sugere-se a utilização das informações gerais da árvore do produto e dados de produção (Apêndice A)

Dados como: estoque mínimo, correspondente ao estoque que a empresa planejou ter para garantir o processo produtivo e, conseqüentemente, ter segurança caso ocorresse algum rompimento de entrega; lote mínimo de compra, relativo à negociação com fornecedor; *lead time*, o qual evidencia o prazo mínimo estipulado por fornecedores; o produto acabado é apresentado na mesma tabela com a explosão dos itens filhos de “a” até “f”, os quais representam as matérias primas necessárias para a elaboração do produto acabado (produto pai).

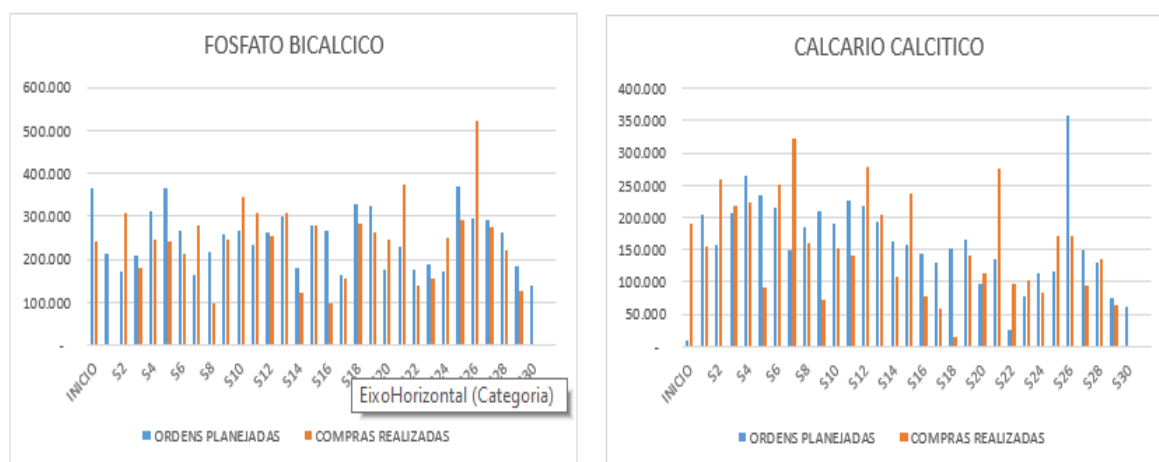
Completando as informações apuradas e utilizadas neste artigo, a Tabela 1 (Apêndice B) apresenta a necessidade bruta (demanda dos itens), estoque mínimo, ordens planejadas (pedidos de compra), todos compilados semanalmente para a projeção de estoque e consumo dos itens através da lógica da proposta MRP.

Assim, através da Tabela 1, é possível observar os itens para análise: fosfato bi cálcico, calcário calcítico, cloreto sódio, farelo de glúten, ureia pecuária e farelo de soja, seguindo o mesmo formato, apresentando-se as necessidades brutas que foram as compras, estoques disponíveis e as ordens planejadas que foram as produções de acordo com as vendas.

4.3. Análise comparativa

Na figura 1, observa-se as projeções, item fosfato bi cálcico, calcário calcítico s1 a semana s36, identificando através dos resultados, que não foi possível manter o estoque mínimo desejável. Evidenciou através das informações destacadas na figura 1, no ano de 2021, segundo semestre, quando refletiu na organização onde foram feitos levantamentos de dados quanto à oferta de matéria prima menor do que a demanda.

Figura 1 - Análise ordens planejadas e ordens realizadas



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Na figura 1, a matéria prima fosfato bi cálcico, identificou-se que esta matéria prima não foi compatível com a ferramenta MRP estudada, pois percebeu-se que as ordens planejadas em comparação com as compras realizadas, foram superiores nas semanas s2, s7, s10, s11, s13, s21, s25 e s26. Nas demais semanas, as ordens de compras foram superiores às planejadas. Isso ocorreu devido ao fato da pandemia mundial.

As ordens de compras não ficaram alinhadas com as ordens planejadas pelo fato de as organizações estarem sofrendo as consequências das paralisações das fábricas por causa do Covid-19. Um elemento fundamental para a produção do fosfato bi cálcico é o ácido fosfórico, um reagente que transforma a mistura de calcário com a rocha fosfórica resultando-se no fosfato calcifício.

Assim, os fornecedores de fosfato bi cálcico não conseguiram entregar a matéria prima (para manter as ordens planejadas) por causa do alto índice de pessoas em casa, aumentando em grande número o consumo de carne, o que gerou uma demanda mundial, ocasionando, uma grande demanda de matéria prima para atender a carteira de pedido.

O fator pandemia, influenciou em grande parte a produção de suplemento mineral, afetando as datas de entrega e ocasionando um desalinhamento entre ordens planejadas e ordens de compras.

Na figura 1, é possível observar sobre a matéria prima calcário calcifício, que as ordens de compras foram superiores a ordens planejadas, da semana s2 até a semana s6 não houve falta desta matéria prima, pois ela pode ser produzida nacionalmente e grande parte de sua produção

é industrial, não utilizando muita mão de obra humana, assim, não sofreu grande impacto durante a pandemia em 2021.

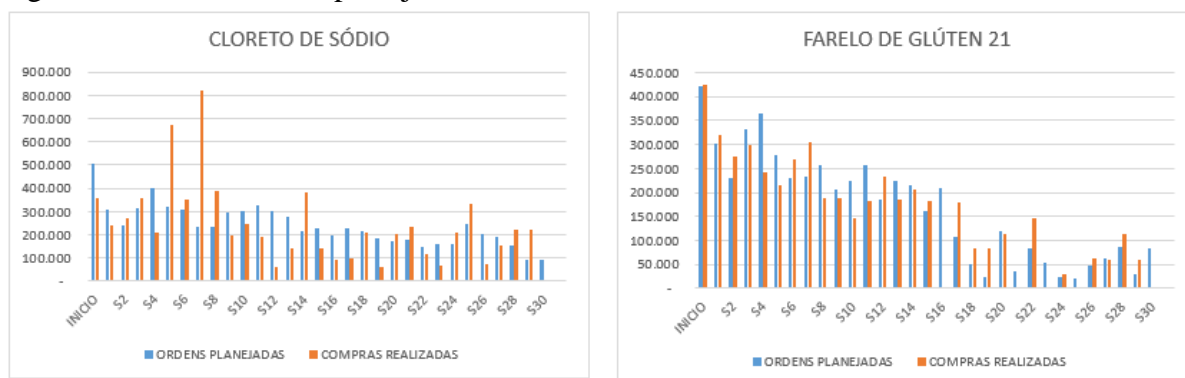
Identificou-se na semana 7 uma negociação de desconto no item onde a organização efetuou uma ordem de compra elevada para garantir preço e se resguardar de uma possível falta nos meses seguintes, pois haviam muitas especulações e incertezas sobre as operações de produção em nível mundial, uma vez que o agronegócio estava aquecido, principalmente relacionado ao seguimento bovino que contava com uma demanda crescente por carne.

A organização usou esta estratégia para garantir que não ocorressem faltas desta matéria prima, o que já havia acontecido com outros itens. Este estoque garantiu as ordens planejadas da semana s8 até a semana s11. Na semana s12, uma nova negociação de preço e disponibilidade da matéria prima levou a organização a efetuar uma nova ordem de compra elevada. Assertivamente, pois na semana s26 aconteceu uma grande demanda de consumo fora da curva, onde a organização acertou na estratégia de compra desta matéria prima, optando por estocar um volume maior. Este fato garantia a grande demanda de ordens planejadas na programação, garantindo o processo produtivo naquele período, não havendo paralisação da fábrica por falta de matéria prima.

Foi possível observar também que esta matéria prima também se comportou fora da ferramenta estudada através do MRP, diante daquele período de pandemia, não tinha uma garantia de entregas pontuais nas datas solicitadas, pois dependia de produção, transportes, ou seja, fatores que tinham relação com a mão de obra e o fator ser humano nas linhas de produção, quando se noticiava constantemente paradas por afastamento e fechamento de fábricas por causa dos efeitos da Covid-19.

Na figura 2 apresentou as projeções, item cloreto sódio e farelo de glúten 21. Visualiza-se no gráfico que não foi possível manter o estoque mínimo desejável. Foi evidenciado através das informações destacadas na figura 2, no ano de 2021, segundo semestre, quando refletiu na organização onde foram feitos levantamentos de dados quanto à oferta de matéria prima menor que a demanda.

Figura 2 - Analise ordens planejadas e ordens realizadas



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Na figura 2, matéria prima cloreto sódio identificou que na semana s1, as ordens planejadas foram superiores, quando comparadas com as ordens de compra. Nota-se que foi devido à pandemia, novamente, o fato de que diversos profissionais da área de transporte estavam afastados por causa da Covid-19. Desta maneira, não haviam mais alternativas de transportes ferroviários no país. Os portos estavam fechados, apenas alguns estavam funcionando em caráter de emergência, não conseguindo transportar toda a matéria prima

Na semana s2 identificou que houve uma melhora no transporte rodoviário, as ordens de compras tiveram um valor acima negociado, elevando o estoque pois a organização vinha sofrendo com a falta de matéria prima. Foi adotado nesta semana uma compra superior a fim

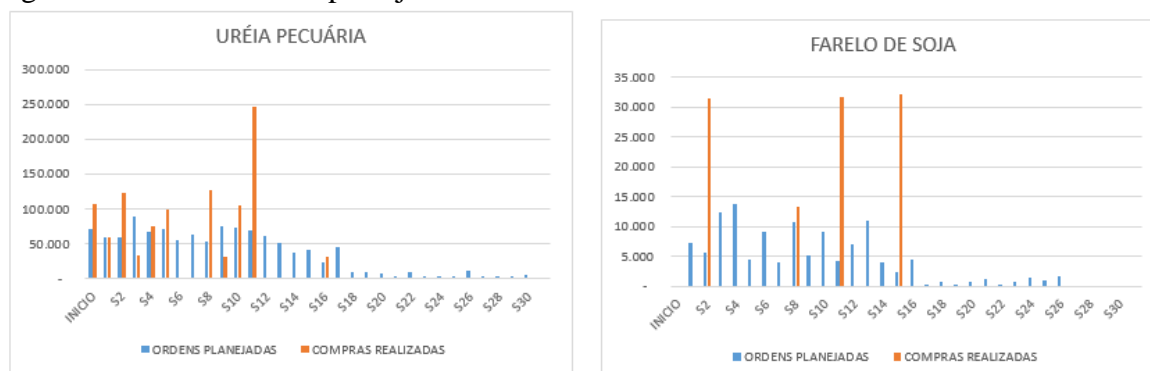
de resguardar as semanas seguintes. Assim, as compras foram superiores apenas nas semanas s12, s15 e s21, o que garantiu a produção, conforme pode ser verificado sobre o consumo elevado de matéria prima na semana s26.

Percebeu-se que, durante a análise desta matéria prima, o resultado foi contrário à ferramenta MRP, não mantendo a coerência entre ordens planejadas e ordens de compras

Na figura 2, a matéria prima farelo de glúten 21 mostra que, nas semanas s2, s3, s4 e s9 as ordens de compras foram superiores às ordens planejadas, e nas demais semanas, as ordens planejadas foram maiores do que as ordens de compra. Manteve-se uma equivalência se encaixando com a teoria dos autores pesquisados. Isto ocorreu porque esta matéria prima não sofreu alteração de fornecimento dos seus fornecedores e tinha outros produtos alternativos, os quais atendia à necessidade das ordens planejadas, garantindo todo o processo, não necessitando de investimentos em altos estoques para resguardar o processo produtivo, ou até mesmo falta da mesma.

Na figura 3 apresentou as projeções do item ureia pecuária e farelo de soja da s1 a semana s36. Observa-se no gráfico que também não foi possível manter o estoque mínimo desejável, evidenciou através das informações destacadas, foi no ano 2021, segundo semestre quando refletiu na organização onde foram feitos levantamentos de dados sobre a oferta de matéria prima menor do que a demanda de mateira prima.

Figura 3 - Analise ordens planejadas e ordens realizadas



Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Na figura 3, a matéria prima ureia pecuária demonstra que, as ordens de compras foram superiores do início da semana s1 até semana s10. Na estocagem, devido ao fornecedor passar uma posição de mercado de que seus estoques garantiria um determinado período e, posteriormente, dependeria de importação e liberação dos portos, a empresa estudada definiu fazer as ordens de compras acima da necessidade das ordens planejadas como estratégia para garantir estoque e não correr o risco de paralisar a produção.

Na semana s11 ocorreu uma grande baixa no dólar, moeda que fixa o valor do produto, pois sua origem é de importação da russa ou ucraniana. Com esta oportunidade de negociação, a organização a qual foi objeto deste estudo, obteve um forte desconto na aquisição, e com as incertezas do fornecedor, não proporcionando uma visão real da situação, decidiram antecipar as compras das semanas s12 até a semana s30, obtendo um diferencial de compra e preço, garantindo assim, todas as semanas seguintes e sua programação na fábrica, pois os portos estavam sendo fechados e os funcionários da Receita Federal, os quais atuam nos portos, acabavam sendo afastados. Assim analisou-se que esta matéria prima foi contrária a ferramenta estudada MRP.

Ainda utilizando a figura 3 para análise, sobre o item farelo de soja, identificou-se que as ordens de compras foram maiores do que as ordens planejadas nas semanas s2, s11 e s15. O

estoque manteve as ordens planejadas das demais semanas. Isso ocorreu pelo fato de ser um produto de baixo consumo, e que ao fechar uma compra de 30 toneladas, sendo o lote mínimo de compra, com baixo custo de frete e de vendas pelos produtores, garante várias semanas de ordens planejadas não havendo necessidade de novas compras em todas as semanas.

Esta matéria prima não se encaixa com a ferramenta MRP devido sua baixa inclusão, quantidade mínima de compra, condições de negociação e preço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado foi possível alcançar o objetivo proposto, verificando o método tradicional e o método MRP.

Percebeu-se por meio dos resultados apurados que a organização estudada no ano de 2021, em consequência da pandemia, teve que tomar decisões diferentes do que se propõe a ferramenta MRP, para resguardar na sua carteira de cliente, devido à falta de matéria prima e devido ao isolamento domiciliar.

Houve um crescente aumento de consumo de carne neste período, com isso ocorreu um grande aumento das vendas, superior aos planejamentos. Fábricas acabaram paralisando, principalmente por afastamento de funcionários com Covid-19.

Sendo assim, como sugestão de pesquisas futuras, é importante analisar durante outros períodos, considerando o pós-pandemia e seus reflexos na programação e nas negociações.

Percebeu-se que, através do método tradicional de gestão de estoques utilizado pela empresa, os níveis de estoques acabam ficando mais altos do que o necessário em relação ao consumo. No entanto, gera uma segurança em casos de instabilidades no mercado, considerando fatores como poder de negociação em quantidade e preço, antecipação e incertezas em determinados períodos. Já o método MRP faz com que se tenha um controle de estoque mais adequado de acordo com o que é consumido, porém, em casos de instabilidades, pode acarretar falta de matéria prima.

Analisou-se a ferramenta MRP com a organização estudada, verificando-se que a pandemia no ano de 2021 alterou os resultados da programação da organização, apresentando condições divergentes à proposta da ferramenta. Identificou-se que em um ambiente sob condições normais de negociação e de suprimentos, a ferramenta MRP é eficaz no planejamento da organização, trazendo melhor gestão de estoques, controle financeiro, não gerando estoques desnecessários, sem demanda de consumo.

Esta pesquisa tem como limitação o estudo de um único caso. No entanto, sugere-se para pesquisas futuras que seja analisado modos tradicionais e MRP em outras organizações para aprofundamento do campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria et al. **Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron, 2014. 158 p.

CORREIA, Henrique L; CORREIA, Carlos A. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DINIZ Piscilla; VIANNA, Fernanda. MRP como ferramenta de controle e planejamento de estoque. **Revista Acadêmica Oswaldo Cruz**, São Paulo, 2018. Disponível em:

<<http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao17PriscilaDiniz.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GODINHO FILHO, Moacir; FERNANDES, Flavio Cesar Faria. Redução da instabilidade e melhoria de desempenho do sistema MRP. **SciELO Brasil Scientific Electronic Library Online**, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prod/a/pzx8Xrk6Sq3cKLGz8JX8tq/?lang=pt>>. Acesso em: 27 set. 2021.

LISBÔA, Educélio Gaspar; SANTOS, Tiago Silva dos. Aplicação da ferramenta de planejamento das necessidades de Materiais em uma microempresa de artigos militares em Marabá-Pa. **Revista Eumednet**. UEPA, Universidade do Estado do Pará, p. 1-12, set. 2018. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/oel/2018/09/materiais-empresa-militares>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016. 256 p.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P. **Administração**. 2. ed. Ver. E atual – São Paulo: Saraiva, 2005.

MOREIRA, Daniel Augusto, **Administração da Produção e operações**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PACHECO, Greicy Bainha. Implantação do MRP e MRPII: um estudo de caso na empresa Blukit. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, UNIOESTE/MCR, Marechal Cândido Rondon, v.14-n. 27-2º sem.2014 -p. 191-207. 2014. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/download/17331/11537/63276>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Roberta Teles. **Integração de previsão de demanda e MRP em uma empresa do setor de implementos rodoviários**. 2017. 59 p. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2009. p. 425-438.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIANNA, Ilca Oliveira De Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: Saraiva, 2008. 304 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2009. 320 p.